

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL**

MATERNIDADES E ESFERA PÚBLICA: um estudo sobre a inserção de mães no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei

VILNIA BATISTA DE LIRA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovação da Banca Examinadora:

Professora Doutora Delma Pessanha Neves (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Doutora Jaqueline Teresinha Ferreira – 1ª Examinadora
GEDHIS - FIOCRUZ

Professora Rita de Cássia Santos Freitas – 2ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro
Dezembro/2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL**

**MATERNIDADES E ESFERA PÚBLICA: um estudo sobre a inserção de mães no atendimento aos
adolescentes em conflito com a lei**

VILNIA BATISTA DE LIRA

Rio de Janeiro
Dezembro/2006

Lira, Vilmia Batista de Lira

Maternidades e Esfera Pública: um estudo sobre a inserção no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, RJ/

Vilmia Batista de Lira – Rio de Janeiro: UFF, PPG/ESS, 2006.

xi, 103f.:il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Dissertação (Mestrado) – UFF/PPG-ESS/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, 2006.

Referências Bibliográficas: f. 98

1. ato infracional. 2. maternidades. 3. gênero. 4. identidades – I Neves, Delma Pessanha, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. III. Título

Para meu irmão Marcelo (in memoriam), é por ele e
para ele o interesse neste estudo.

Para todas as mulheres, mães com filhos em conflito
com a lei.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres do *Movimento Moleque* por compartilhar comigo momentos de alegria e de tristeza, e também, por dedicar parte de seu tempo com as questões levantadas para construir este trabalho de pesquisa.

Aos professores do pré-vestibular comunitário da Rocinha de 1999, aos colegas de turma, principalmente a minha sempre amiga Fabiola.

A minha filha, Fernandinha, por nossa amizade e companheirismo construído desde o sexto período da graduação em serviço social, a sua chegada em minha vida sustentou esta difícil trajetória acadêmica destinada a poucos.

A minha orientadora, Delma, pela paciência e dedicação ofertada nesta difícil tarefa de aprender a desenvolver uma pesquisa acadêmica, tenho certeza que a nossa relação modificou a minha inserção na universidade.

Aos professores do curso de pós-graduação, André, Rita, Deyse, João e Lenaura que, de certa maneira, contribuíram para conclusão deste trabalho. Aos amigos do curso, em especial minha querida amiga, Jurema Stussi, pelo apoio e incentivo nos momentos traumatizantes enfrentados para chegar até aqui, aos amigos e amigas Zezé, Edinalva, Serginho, Anderson, Ritinha e Daise.

A minha amiga e companheira de trabalho, Rosimere de Souza, pela companhia e incentivo desde a graduação, no período de estágio e no trabalho desenvolvido no IBAM. Ao meu querido chefe de área, Alexandre, por toda compreensão quando precisei abandonar as minhas tarefas para ter tempo de estudar e também por ceder recursos próprios para garantir minha participação na apresentação de trabalhos em seminários. Ao meu mais novo amigo, Herculis Toledo, por sempre me escutar e incentivar a não desistir nunca. A Zaide, bibliotecária do IBAM, por estar sempre disposta a pesquisar bibliografias solicitadas.

A minha grande e sempre amiga, Cristiane Raquel, por suportar todo esse tempo a distância e ausência, a Verônica Lameira, por ser uma verdadeira patrocinadora deste trabalho, dando-me de presente um computador. A Liza Uema pela amizade, carinho e cuidados com a nossa filha Fernandinha, e sem esquecer, das contribuições e sugestões para realização deste estudo, desde sua origem.

Ao companheiro e amigo, Rogério da ONG Via Brasil, por me incluir no desenvolvimento do PROJOVEM, e com isso, favorecer à obtenção de recursos financeiros que uma pesquisa desta natureza exige.

A Adriana, professora de alongamento do Casarão Cultural dos Prazeres, por me oferecer momentos de relaxamento e bem estar, componentes essenciais para suportar a tensão com a dupla jornada de trabalho, estudo e cuidados com a minha filha.

Finalmente, agradeço ao Fernando, papai da Fernandinha, por suportar meu mau humor, por ter que abandonar sua segunda jornada de trabalho para se dedicar aos cuidados da casa e da nossa filha, sem esta renúncia eu não teria conseguido.

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta analisar o processo de constituição de um grupo de mães, cuja bandeira principal é definida mediante o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. As mulheres integrantes do grupo de mães, intitulado *Movimento Moleque*, diante das práticas repressivas existentes nas unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), organizam ações em busca da defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei. A participação política das mães no atendimento socioeducativo aos adolescentes, incorpora novos significados a maternidade, que se transforma na possibilidade de preservar a vida dos filhos por meio de ações solidárias e coletivas, diferente da maternidade resolvida no âmbito privado do lar. Para desenvolver este trabalho utilizei instrumentos metodológicos da observação participante e da realização de entrevistas objetivando coletar dados para fundamentar a análise pretendida. Os conceitos de gênero e identidade são utilizados na pesquisa para fundamentar a análise da maternidade, categoria central neste estudo.

Palavras-chave: ato infracional – maternidades – gênero – identidades

ABSTRACT

The present dissertation is intended to analyze the process of organization of a group of mothers, whose main goal is defined by the compliance with the Children and Adolescents Act. The women who are members of this group, entitled *Movimento Moleque (Brat Movement)*, faced with the repressive practices existing in the confinement units of the General Department of Social and Educational Actions (DEGASE), have taken measures in view of protecting the rights of adolescents in conflict with the Law. The mothers' political participation in the social and educational care of such adolescents brings new significances into motherhood, transformed in the possibility of preserving the life of their children by means of collective and solidarity actions, other than the motherhood lived within the private enclosure of a home. In order to develop this work, I have used the methodological tools of participative observation and taken interviews with the purpose of collecting data, to provide grounds for the analysis intended. The concepts of gender and identity are used in this survey to provide grounds for analyzing motherhood, the central category in this study.

Key-words: unlawful act – motherhood – gender - identity

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMAR - Associação de Mães e Amigos das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco

AMÃES – Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei

CEAP - Centro de Estudos de Populações Marginalizadas

CTR - Centro de Triagem

CRIAM – Centro de Reabilitação de Atendimento ao Menor

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DPCA - Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJLA – Escola João Luiz Alves

ESE – Educandário Santo Expedito

ESD – Educandário Santos Dumont

FAFERJ - Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPS – Instituto Padre Severino

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RITS – Rede do Terceiro Setor

SETRAB – Secretaria Estadual de Trabalho e Renda

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I	16
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	16
1.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	16
1.2. A MATERNIDADE E A PATERNIDADE	19
1.3. POLÍTICAS DE IDENTIDADE	24
CAPÍTULO II	27
ESTIGMAS E CONDENAÇÃO PRENUNCIADA DOS JOVENS POBRES	27
2.1. O PROBLEMA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL	27
2.2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30
2.3. MATERNIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIAS	34
CAPÍTULO III	44
O INVESTIMENTO NO PAPEL DE MÃE-LIDERANÇA	45
3.1. AS MÃES DO BOREL E AS MÃES DO CEAP	45
3.2. O ENCONTRO COM OUTROS GRUPOS DE MÃES	51
3.3. A FORMAÇÃO DA AMÃES	58
3.4. MULHER, MÃE E VIDA FAMILIAR: A HISTÓRIA DE UMA MÃE-LIDERANÇA	64
3.5 LIDERANÇA FEMININA, MORALIDADE EXEMPLAR E VIDA PÚBLICA	68
3.6. A MULHER COM PERFIL DE LIDERANÇA	79
CAPÍTULO IV	84
MOVIMENTO MOLEQUE	85
4.1. O ATO DE DESABRAÇO AO INSTITUTO PADRE SEVERINO: NASCE O MOVIMENTO MOLEQUE	85
4.2. AS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO MOLEQUE	89
CONSIDERAÇÕES	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS	113

APRESENTAÇÃO

A pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado, junto ao Centro de Estudos Pós-Graduados Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense, constitui um dos desdobramentos de minha experiência como estagiária na Organização de Direitos Humanos Projeto Legal - ODH-PL e da inserção como bolsista¹ no Núcleo de Pesquisa Histórica Sobre Proteção Social – NPHPS, da Escola de Serviço Social de Niterói. É evidente que esta dissertação não é somente fruto da trajetória acadêmica e da experiência prática adquirida no período do estágio curricular. O interesse por trabalhar com a temática em questão tem implicação também com a minha história pessoal.

O grupo de mulheres relacionado nesta pesquisa chegou até meu conhecimento por intermédio da minha condição como estagiária, entre 2001 e 2003, de uma organização não governamental e de defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Organização de Direitos Humanos - Projeto Legal presta atendimento sócio-jurídico a adolescentes que, também por infrações às leis, se tornam vítimas de violação de direitos, em especial daquela praticada por instituições de execução de medidas socioeducativas. Durante o período de estágio junto ao Núcleo de Serviço Social, tomei conhecimento de casos de extrema violência e crueldade, cometidos contra jovens atendidos nas unidades de privação de liberdade da cidade do Rio de Janeiro. E deste então, construí meu interesse pelo entendimento desses fatos socialmente pouco reconhecidos.

Em 2002 chega, à Organização de Direitos Humanos – Projeto Legal, um grupo de cinco mães e um pai que procuravam assistência jurídica para os adolescentes que, segundo informações, estavam correndo risco de vida nas unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Este grupo de familiares alegava que seus filhos sofriam agressões físicas e, por conta disso, faziam denúncias contra os agressores de seus filhos junto ao Ministério Público, além de mobilizar outras formas de

¹ Programa Bolsa Treinamento do Departamento de Assuntos Comunitários da Universidade Federal Fluminense.

reivindicação, na perspectiva de provocar mudanças na condução do tipo de tratamento dispensado aos jovens internados.

Os dirigentes da Organização Projeto Legal, ao tomar conhecimento dos objetivos do grupo em mobilizar as famílias para lutar pelos interesses dos adolescentes internados, se prontificaram a apoiar este grupo de familiares. Feita a parceria, a direção da ONG abriu as portas da instituição para que o grupo tivesse um espaço físico a fim de se encontrar e tratar de assuntos de interesse deles, como realização de reuniões, atendimento às famílias que se integravam ao grupo, utilização de linha telefônica e de material de informática, bem como o atendimento jurídico e social nos casos em que se julgassem necessários.

No mesmo período em que estagiava no Projeto Legal, fui contemplada com a Bolsa Treinamento destinada a alunos de baixa renda, passando a me integrar ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS). Neste espaço, pude participar da pesquisa *“Famílias e Maternidades em Constituição”*. Por esta inserção elaborava clippings sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro, por meio de seleção de notícias dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia, no período de 1999 a 2002. O objetivo do trabalho era construir um Banco de Dados sobre famílias e violência segundo eixos temáticos: *mães em luta, pais em luta, violência, respostas da sociedade civil e respostas do Estado*. Durante este trabalho, foi-me possível observar que as *“mães em luta”*, assim categorizadas na referida pesquisa, mantinham certa semelhança com o grupo de mães atendidas pela Organização de Direitos Humanos – Projeto Legal. Deste entendimento, surgiu a vontade de aprofundar-me no conhecimento sobre a constituição de um grupo de mães com filhos infratores.

Diante dos argumentos acima relacionados, primeiramente dei início à pesquisa para elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Serviço Social, procurei a equipe do Núcleo de Serviço Social da Organização Projeto Legal, a fim de conseguir contato com uma representante da **Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei – AMÃES**. Conversando com a assistente social desta instituição, chegou ao meu conhecimento que, devido a disputas internas, uma dissidente da AMÃES havia formado um outro grupo. Tratava-se do **Movimento Moleque - Movimento de Mães pela**

Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo, que recebia apoio de representantes da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Este segundo grupo surgiu da união de duas mulheres: Rute Sales e Mônica Suzana.

Na ocasião, realizei entrevistas com uma representante da AMÃES e do Movimento Moleque. As entrevistadas, apesar de serem de grupos diferentes, revelavam certas características semelhantes na condução dos respectivos grupos. No decorrer das entrevistas, as mães fizeram uma retrospectiva dos fatos que consideraram explicativos do momento presente “*liderar um grupo de mães com filhos infratores*”. Portanto, retomam a experiência de ser mãe de adolescente infrator, as passagens que seus filhos tiveram na Delegacia de Proteção da Criança e adolescente (DPCA), na 2ª Vara da Infância e Juventude e nas unidades de internação do Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – DEGASE².

A oportunidade de seguir em frente com a não interrupção da vida acadêmica, por meio do mestrado, foi a razão de continuar o estudo sobre o aparecimento de mães engajadas politicamente em defesa de adolescentes infratores. A proposta da pesquisa tinha a ingênua intenção de analisar os dois grupos de mães (AMÃES e Movimento Moleque), porém fiquei limitada ao Movimento Moleque, uma vez que não disporia de tempo suficiente para, concomitantemente, investigar dois grupos. Tomei a decisão de escolher o grupo Movimento Moleque, porque, no final de 2004, as integrantes da AMÃES estavam dispersas e caminhavam para a dissolução total do grupo.

Assim, diante dos dados que me foram possível registrar com as entrevistas e a observação participante, espero ter alcançado os objetivos da pesquisa elaborados da seguinte forma:

- **Objetivo Geral:** Analisar o processo pelo qual mulheres, através da construção da identidade feminina, centrada na maternidade, protagonizaram um grupo político cuja bandeira principal foi definida mediante cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

² Órgão responsável por executar as medidas socioeducativas contidas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente

- **Objetivos específicos:** verificar como as mães proporcionam, a seus filhos, formas de proteção social, ao constituírem um grupo político, preocupadas em concretizar direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, seria necessário analisar a correlação de forças que qualificam os conflitos entre os agentes que tomam partido na lutas materiais e simbólicas no campo da construção classificatória do adolescente em conflito com a lei.

Dessa forma, o trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se à abordagem teórico-metodológica, em que os procedimentos metodológicos da pesquisa são apresentados e em que a coleta de dados foi possível por meio da realização de entrevistas e observação participante no momento de trabalho de campo. Os conceitos de gênero e identidade são utilizados na pesquisa para fundamentar a análise da maternidade, categoria central neste estudo.

No capítulo II, busquei realizar uma abordagem histórica sobre o processo de edificação da infância pobre como um problema social, merecedor de intervenção pública. Os critérios de classificação da infância como delinqüente e desvalida contaram com a colaboração de agentes especializados e instituições responsáveis por essa construção. Para melhor compreensão da problemática pelas quais essas mulheres tentam sensibilizar a opinião pública e chamar a atenção de autoridades políticas, faço uma abordagem da impossibilidade do reconhecimento da luta dessas mães num contexto no qual a questão da infância era percebida como desajustamento, refletindo perigo e ameaça para o desenvolvimento da nação. Por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, as mães procuram legitimidade jurídica e reconhecimento social para lutar pelos direitos dos adolescentes em conflito com a lei.

No capítulo III e IV centralizam as principais questões da pesquisa. Trata-se do histórico de constituição do referido Movimento Moleque entendido como um processo de constituição de lideranças de mães com filhos infratores. Procurei descrever o método pelo qual mulheres, através da identidade feminina centrada na maternidade, impulsionaram um grupo de mães cuja bandeira principal é definida mediante o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. No IV capítulo, analiso pelo menos três principais tipos de

atividades feitas pelo *Movimento Moleque*: reuniões do grupo para discutir questões e encaminhar possíveis soluções, com vistas a, modificar a situação dos adolescentes em conflito com a lei, a participação das lideranças do grupo em seminários e outros eventos similares e a presença do grupo nas audiências públicas realizadas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Neste estudo, apesar de ter sido realizado com todo esforço que a construção de uma dissertação sugere, é importante relatar que me deparei com dificuldades que impuseram obstáculos. O conjunto de vozes que formam o grupo de mães requer uma aproximação com diferentes sujeitos em questão: as mães, os pais, os adolescentes, representantes das organizações de defesa dos direitos humanos e das unidades de internação. Contudo, o conjunto das diferentes vozes não pode ocupar o espaço de uma dissertação, que exige se estabeleçam unidades de análise e se proponha uma abrangente unidade de análise, estudando-se uma perspectiva mais fechada de investigação. Portanto, o recorte para se chegar aos objetivos estipulados foi centralizado no que se mostrou mais importante para o assunto escolhido.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1. A construção do objeto de estudo

Referidos os princípios teórico-metodológicos inerentes à perspectiva sociológica, analiso o investimento de mulheres mobilizadas em dar visibilidade ao problema dos adolescentes vítimas de violências praticadas nas unidades de internação para infratores.

O método de observação participante foi utilizado para preparar a análise da organização de mães com filhos infratores. Durante o período de trabalho de campo, pude observar aspectos significativos para maior compreensão da organização estudada. A coleta de dados foi realizada em favor da observação em diferentes acontecimentos que marcaram a sustentação do grupo em questão, assim destacados: a participação das líderes como palestrantes em seminários; a realização do primeiro seminário “*O Sistema Socioeducativo na Visão das Mães*” para o qual foram convidados representantes do executivo e do judiciário para entregar o relatório diagnóstico da situação das unidades de internação; a entrega da Medalha Chico Mendes para Mônica Suzana; a participação do grupo em Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e a realização dos encontros sistemáticos em reuniões de grupo entre 2004 e 2005.

Durante o ano de 2004, as mães participaram de oficinas pedagógicas promovidas pela Organização Projeto Legal. As principais discussões destes encontros foram sistematizadas e publicadas com o título *Documento Diagnóstico e Propostas 2005*. Como fonte de dados escritos para o embasamento empírico da pesquisa, utilizei este relatório diagnóstico sobre as unidades de internação produzido pelas próprias integrantes do *Movimento Moleque*.

A realização de entrevistas foi instrumento imprescindível para estruturar a análise, uma vez que a formação do grupo é muito recente. De acordo com os instrumentos de pesquisa inerente a perspectiva metodológica da história oral, há diferentes formas de se proceder a uma entrevista. Neste campo, a técnica história de vida requer um longo tempo de

sucessivas entrevistas para que o narrador possa livremente dirigir o fio condutor dos acontecimentos que presenciou ou experimentou. A história de vida impõe condições inexecutáveis para o meu objetivo. Portanto, nesta pesquisa apliquei a técnica de depoimentos pessoais nas entrevistas realizadas. O relato oral, por meio dos depoimentos pessoais, foi importante pela objetividade dos encontros e do curto tempo gasto com a técnica aplicada.

A diferença entre história de vida e depoimento está na forma de especificar de agir do pesquisador ao utilizar uma destas técnicas, durante um diálogo com o informante (...) Ao colher um depoimento da vida de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no seu trabalho (...) conhecendo o problema, busca obter do narrador o essencial, fugindo do que lhe parece supérfluo e desnecessário (...) Na história de vida, quem decide o que vai relatar é o narrador, pois o importante é que sejam captadas experiências do entrevistado. Este é quem decide o que é *relevante ou não narrar*. (Queiroz, 1988:21)

O depoimento pessoal apresenta-se, então, como uma das técnicas válidas para se elaborar uma análise mais detalhada sobre o processo de formação do objeto de estudo em questão. Por meio de entrevistas com as mães que ocupam a posição de liderança no grupo, busquei compreender o processo de constituição de aliança entre as mães comprometidas com a defesa da dignidade de adolescentes infratores na cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas ficaram restritas às principais lideranças: Rute Sales e Mônica Suzana. As demais mães participantes não se sentiam confortáveis em gravar suas falas, ficavam desconfiadas quando conversavam com uma pessoa que não era mãe de um adolescente infrator. Elas temiam que suas falas pudessem prejudicar a segurança dos filhos que estavam sob a tutela do Estado (preso), ou, quando passaram pela experiência de ter um filho morto por bandidos ou policiais, preferiam ficar caladas por medo de futuras represálias.

O trabalho de pesquisa, no início, tinha a intenção de analisar o grupo através dos diferentes depoimentos e experiências das mulheres. Todavia, encontrei muita resistência ao solicitar depoimentos em função do medo da publicação de seus testemunhos. A aproximação com as lideranças é mais constante e menos marcada por censura ou medo. Segundo a opinião das líderes, acreditam que a pesquisa pode, em certa medida, trazer retornos positivos para o alcance dos objetivos do grupo.

De acordo com Lenoir (1998), para se construir o objeto de estudo é preciso entender-se o processo de elaboração das representações dos fenômenos estudados. As categorias de classificação do mundo social não são definidas de forma natural, mas instituídas por meio de trabalho social de elaboração de critérios constituídos por agentes e pelo contexto no qual a categoria foi significada. A infância pobre, o adolescente infrator e a maternidade são as categorias sociais trabalhadas neste estudo. Portanto, faço uma abordagem da constituição da infância pobre como uma categoria social que apresenta problemas que precisam ser solucionados. As definições instituídas para classificar a criança pobre como desvalida, imoral ou delinqüente é resultado das relações de forças e estratégias postas em prática por agentes e instituições interessadas em solucionar o problema da “*infância pobre*”.

De acordo com os argumentos do autor sobre a construção do objeto sociológico, o objetivo da sociologia é apresentar o procedimento através do qual os indivíduos são socialmente designados. Levando em consideração este raciocínio, descrevo o processo de significação da infância pobre e a sua institucionalização como forma de solucionar o problema social desta categoria classificada como desvalida, imoral, infratora ou em conflito com a lei. Em determinado momento do tempo, as mães surgem como um agente social interessado em lutar pelo reconhecimento da dignidade humana dos adolescentes assim definidos socialmente.

Os princípios de cidadania e de direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente transformaram-se na bandeira de luta das integrantes do *Movimento Moleque*. As mães procuram tornar visível e preocupante a situação dos adolescentes infratores institucionalizados. De acordo com Lenoir (1998), a análise sociológica dos problemas sociais requer, do pesquisador, a compreensão das condições específicas em que grupos articulam ações para modificar um problema social reconhecido e digno de atenção. E também a legitimação do problema pressupõe “*uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações do momento*”. Portanto, as circunstâncias de mobilização dos grupos para investir no reconhecimento e na legitimação de situações definidas como problemas sociais é objeto sociológico investigado numa pesquisa acadêmica.

Neste estudo, as mães constituem um grupo social interessado em tornar pública e legítima a invocação da dignidade humana de adolescentes infratores; as condições de mobilização (o sucesso e os obstáculos) destas mulheres é o foco de análise abordado. A atribuição da maternidade socialmente dignificada favorece, às mães, a condição de porta-vozes dos adolescentes infratores que, por sua vez, constituem uma categoria socialmente estigmatizada pela quebra de normas legais.

1.2. A maternidade e a paternidade

A construção do objeto caracteriza-se pela elaboração do meio para analisar as representações pré-construídas no senso comum, tornando-as problemas sociológicos ou um conjunto de relações construídas intencionalmente. Portanto, a pesquisa sociológica requer uma aproximação com o objeto de estudo, adotando uma postura crítica diante das evidências e das concepções banais produzidas pelo senso comum (Lenoir:1998). Seguindo a proposta de método sociológico descrito por este autor, a maternidade então seria uma categoria de percepção do mundo social e historicamente produzida por mecanismos e agentes empenhados em perpetuar um papel dito feminino.

Neste estudo, ao se problematizar atributos e valores do *ser mãe* e do *ser pai* de adolescentes infratores, percebe-se que a figura paterna é uma raridade entre as famílias que mantêm vínculos afetivos com os filhos infratores. Por outro lado, é expressiva a quantidade de mães sensibilizadas a cuidar dos filhos ainda que sob o estigma do ato infracional. O significado de *ser mãe*, para as mulheres em questão, é interpretado como uma função da qual não podem se eximir, porque elas assumem as atitudes dos filhos como se fossem as próprias infratoras. As mães explicam que o *ser pai* é diferente do significado do *ser mãe*, pelo fato de os pais abandonarem um filho com mais facilidade, porque eles não se sentem responsáveis e não estão dispostos a sofrer junto com aquele. Assim sendo, é possível compreender que, neste estudo, a responsabilidade com o cuidado dos filhos é quase uma dedicação exclusiva das mulheres.

Para Joan Scott (1995), o uso do termo “gênero” sugere que qualquer informação sobre mulheres tem relação com informação sobre homens; utilizar gênero como uma categoria de análise recusa determinações biológicas às atribuições do que é feminino ou masculino e indica *a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.*

As diferenças arbitrariamente instituídas entre o mundo masculino e o feminino evocam divisões entre representações da paternidade e da maternidade, divisões históricas e socialmente construídas que as tornam legítimas, naturais e evidentes. Trata-se de uma separação que estabelece hierarquias e poder nas relações sociais entre homens e mulheres.

Sendo assim, um estudo sobre mães mobilizadas para interferir num programa socioeducativo para adolescentes envolvidos com o ato infracional implica, obrigatoriamente, uma perspectiva de gênero como categoria de análise dos papéis femininos e masculinos. Ainda de acordo com Joan Scott (1995), teorizar o gênero é apreender o aspecto relacional das determinações normativas da feminilidade. Neste trabalho, a maternidade constitui um conjunto de significados e valores responsáveis pela conduta das mulheres empenhadas na condição de porta-vozes de outras mães e dos adolescentes em conflito com a lei.

O caráter masculino perde visibilidade em função do feminino, se o assunto em questão estiver relacionado à legitimidade para o engajamento político pela dignidade dos filhos infratores. Por outro lado, o caráter feminino é imperceptível em detrimento da ênfase ao aspecto masculino no que diz respeito ao ato infracional. Estar na luta em defesa dos filhos significa *“cumprir a minha obrigação de mãe”*. Em contradição, os interesses e a defesa de meninas infratoras ganha invisibilidade porque, na opinião das mães, na internação feminina, o tratamento é relativamente melhor que na internação masculina. Portanto, quando se trata de lutar pela dignidade dos adolescentes em conflito com a lei, as questões que envolvem as meninas infratoras ficam fora de foco em superposição aos problemas dos meninos infratores.

Como referência teórica para análise da construção social do “eu feminino”, pautada na maternidade e na conjugalidade como atributos e valores morais formadores de sentido para a mulher, utilizo o pensamento sociológico de Bourdieu (1983), que analisou a ordem social sob a perspectiva da aceitação, reconhecimento e reprodução dos instrumentos de dominação.

O sociólogo elabora uma teoria da prática, analisando as relações sociais como relações de poder/dominação. Superando a dicotomia entre o objetivismo (indivíduo como produto do meio) e o subjetivismo (indivíduo capaz de interferir e dirigir suas ações independentemente do meio), propõe considerar formas de mediação entre o agente social e a sociedade.

A noção de *habitus* em Bourdieu (1983), “*estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante*”, argumenta que as ações dos indivíduos são orientadas pelas condições sociais de existência (estrutura) interiorizadas, que tendem a formar e orientar uma disposição particular. A disposição para agir numa determinada direção é condicionada de acordo com esquemas de percepção do mundo, classificações que orientam e determinam as ações. A construção dessas categorias (classificações) é produto sócio-histórico das relações de poder/dominação que estão na base das relações sociais. Nesse sentido, as escolhas/ações tendem a reproduzir relações de poder/dominação.

De acordo com Bourdieu (1983), como o *habitus* funda-se nas condições materiais de existência dos indivíduos, ele é o princípio gerador das práticas, sistemas de disposição, da propensão, das tendências adquiridas e relacionadas às condições objetivas incorporadas, condicionantes da subjetividade.

A construção social dos corpos e a divisão do mundo social entre os sexos são separações arbitrárias que produzem categorias de percepção do mundo derivadas dessa lógica assimétrica. Todas as coisas do mundo estão divididas seguindo a ordem do que é característico do “feminino” ou do “masculino”, estabelecendo uma relação de poder entre esses dois mundos categoricamente separados. A maternidade e a paternidade são

categorias de percepção, de pensamento e de ação que admitem divisão de atribuições entre os sexos, tornando-os naturais, evidentes e legítimos.

O papel social da maternidade funciona como origem e causa de mães atirarem-se com ímpeto na defesa de adolescentes em conflito com a lei. A constituição do grupo de mães *Movimento Moleque* contou principalmente com a dedicação de duas mulheres que tiveram seus filhos institucionalizados numa unidade de privação de liberdade para jovens infratores. As lideranças do *Movimento Moleque* (e outras tantas) justificam sua conduta diante do sofrimento de seus filhos e dos outros adolescentes (que tomam como filhos). Suas ações são impulsionadas e justificadas como oriundas dos papéis sociais que institucionalizaram a conduta de um tipo específico de ator: a mulher-mãe. Estar disposta a lutar pela defesa dos filhos (e de outros) é fruto da interiorização de papéis, correlacionados com uma ordem institucional de conduta construída sócio-historicamente por normatizar a maternidade.

O ato infracional traz à tona a maneira como homens e mulheres produzem e reproduzem a relação com os filhos. Neste estudo, os valores, atributos e significados da identidade maternas e paternas são determinados num contexto em que o papel da mulher é supervalorizado em detrimento da pouca ou inexistente relevância da existência de homens que continuam a cuidar dos filhos institucionalizados. O investimento paterno no campo do cuidado dos filhos infratores praticamente não existe e, quando acontece de aparecer um pai, a sua presença é tratada como uma exceção, um caso fora da *normalidade*.

Desta forma, a maternidade é uma categoria de percepção do mundo social que determinou para a mulher ser a principal responsável pelos cuidados com os filhos e preservação da relação intra-familiar de afetos. A maternidade é um papel socialmente objetivado, que institucionaliza a conduta da mulher no zelar e cuidar de sua prole, não podendo, dessa maneira, ser entendida como uma característica intrínseca à natureza feminina.

Bandinter (1985) analisou a contingência do amor materno, contestando a idéia da relação desse amor em consonância com a natureza feminina. O desejo de uma mulher ter filhos e amá-los não se deve simplesmente pela sua evocação biológica, mas, ao contrário, compreende a maternidade como uma instituição social que aprisiona as mulheres aos cuidados com seus filhos, levando-a a renunciar a suas vontades pessoais e a se dedicar exclusivamente à sobrevivência e à educação de sua prole. A autora não discorda da possibilidade da existência desse sentimento, mas vai contra a concepção da sua aparição em todas as mulheres de forma incondicional, sendo determinada por uma essência feminina.

A maternidade contém significados contraditórios para os sujeitos em jogo nesse campo de estudo. Dessa maneira, a categoria maternidade pauta-se sobre dois panoramas de análise: a primeira, na figura materna, como personagem socialmente legitimada para cuidar dos filhos em todos os aspectos. Por este fundamento, as mães funcionam como porta-vozes de um segmento socialmente estigmatizado – o adolescente infrator, pois que, dessa posição, não podem abandonar o filho. Responsabilizando-se a mulher pelo cuidado com a prole, a mãe passa a ser a mais apropriada para *reinvocar* a humanidade do filho, que quebrou normas sociais ao cometer ato infracional. A segunda destaca que as atribuições desse papel maternal causam na mulher sofrimentos irreparáveis, sendo acusada e rotulada como uma “*mãe má*”, por não cumprir adequadamente suas responsabilidades, deixando espaço para que os filhos se envolvam com atos ilegais.

A entrada na vida pública, por meio da constituição de um grupo de mães, possibilitou assim a redefinição da história pessoal das mães que ocupam a posição de liderança. O conceito de identidade é o referencial teórico capaz de explicar o processo de construção de novos significados atribuídos a maternidade, capaz de redefinir a maternidade. A identidade materna é capaz de unir mulheres em prol de seus filhos e resignificar os atributos da maternidade tradicional, transformando-a em uma maternidade social. Por isso, tomarei então o conceito de identidade como linha de pensamento para análise do objeto de estudo.

1.3. Políticas de identidade

O conflito social nas sociedades industriais dava-se em torno das lutas de classe, cujas questões geradas em consonância com a “*cultura*” da sociedade industrial fundamentaram as disputas pela apropriação de bens, especialmente materiais e econômicos, redistribuídos conforme a circulação da mais-valia. O conflito social desse período é expresso pelo choque de interesses entre os que são considerados na divisão do trabalho, os desfavorecidos e os privilegiados. A classe social operava então como categoria abrangente e capaz de fornecer unidade a diferentes identidades.

O constante processo de mudança característico da modernidade corrobora, na mesma medida, transformações na concepção de identidade e de sujeito, que vem sendo fragmentada, dando lugar para as identidades culturais relacionadas com o sentido de pertencimento a um substrato cultural.

De acordo com Hall (2000), o sujeito pós-moderno é detentor, não de uma identidade fixa e estável, mas de identidades variáveis, deslocadas e, por vezes, contraditórias. Para o autor, no mundo moderno, as pessoas não identificam seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe social. A classe social não poderia ser considerada na sociedade pós-industrial como uma categoria com força capaz de unificar os indivíduos em uma identidade central. O sentimento de pertencimento a um grupo homogêneo solidamente constituído é também construído a partir de momentos situacionais e oportunos. De acordo com o autor, as sociedades modernas estão-se transformando, a partir de um tipo de mudança estrutural cujas paisagens culturais vêm se fragmentando, o que faz com que a visão de sujeito integrado e unificado se enfraqueça e provoque novas discussões a respeito das identidades.

A maternidade tem uma representação central na identidade feminina, e foi por meio desta que mulheres interagiram, formando um grupo político. Por outro lado, essa categoria não é fixa e nem cristalizada, uma vez que diferentes identidades podem emergir como resposta a situações específicas que tais mulheres enfrentam para assegurar a existência do grupo.

Castells (1999) conceitua identidade como “*um processo de construção de significado com base em atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado.*” A característica fundamental da identidade é a capacidade de mudar e redefinir a subjetividade dos indivíduos. Ela não poderia ser confundida com o que a sociologia chama de papéis sociais institucionalizados. A identidade envolve uma auto-construção e redefinição de significados empreendidos pelo próprio sujeito da ação. A identidade detém um conteúdo simbólico importante para aqueles que com ela se identificam; segundo o autor, “*identidades organizam significado,s enquanto papéis organizam funções*”.

Do ponto de vista sociológico a identidade é socialmente construída. Procuo estabelecer neste estudo como as mães organizam o significado de um grupo reivindicativo de direitos garantidos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os adolescentes

Nós chegamos a fazer um encontro com adolescentes que estavam evadidos, que tinham pagado suas medidas todas, né, fizemos um encontro com 30 adolescentes pelo Projeto Quebrantar... E aí nós fizemos um encontro numa casa, lá no Recreio... Onde juntamos esses adolescentes... Todos eles estavam com vontade de modificar! Todos eles estavam com uma perspectiva de mudança... Mas não tinha nada! Nem ninguém pra fazer nada! Né? Não adiantou os garotos perceber que eles estão com vontade, mas não ter nada e nem ninguém pra ajudar eles, né? E eu saí dali tão deprimida! Eu falei: “Meu Deus, eles estão com vontade de mudar, mas... E o que é que a gente tem pra oferecer? Não tem nada! Né? Então, esses adolescentes, por exemplo, que a gente atendeu, que fez esse encontro com eles, tem mais ou menos uns quatro ou cinco que morreram... Já... Assassinados! E tem... Desse número deve ter mais ou menos uns dez ou quinze que estão no sistema penal... De adultos já! E o restante a gente nem sabe como é que tá a história deles... Assim: - Estão por aí... Ou estão no tráfico... Tão, né? Mas na sua maioria, a gente pode contar um ou dois que não estão mais, que procuraram um, um outro rumo pra vida... Então, por esses trinta dá um termômetro pra você sentir a história de todos eles... Eu vou até escrever sobre essa história dos 30 adolescentes que nós levamos pra passear... Eu vou escrever a história de um por um.

Rute Sales

CAPÍTULO II

ESTIGMAS E CONDENAÇÃO PRENUNCIADA DOS JOVENS POBRES

2.1. O problema social da infância no Brasil

“No interior das famílias existem crianças, garotos, brotinhos. Diz-se “o meu filho”, “o meu garoto” – jamais o meu menor. Dir-se-ia que menor é filho dos outros”.

Alyrio Cavalliere³

O debate acerca do *problema da infância* no Brasil emerge ao final século XIX, pautando-se na definição de princípios fundamentais da estruturação do significado da infância pobre. Nesta construção, funcionários do Estado, médicos e juristas se destacaram no investimento da categorização de um segmento social percebido como desajustado. Esses mediadores estabeleceram bases específicas para o tratamento do problema, por meio do viés sanitarista e criminalista.

No Brasil, durante a passagem do período monárquico para o republicano, o significado social da infância esteve revestido por idéias e sentimentos opostos. A criança simbolizava o futuro da nação, quando devidamente moldada e preparada para se transformar num adulto trabalhador, adequado aos valores morais e religiosos intensamente difundidos na época. Ao mesmo tempo, a criança representava perigo e ameaça. Estas idéias e representações sobre a infância estavam delimitadas àquela circunscrita ao estrato social desfavorecido econômica e socialmente. Por ficarem expostas a ambientes imorais (de acordo com o termo da época), estariam potencialmente inclinadas à delinqüência. Acreditava-se ser possível medir o grau de moralidade da população, no qual as virtudes e os vícios estariam localizados em pontos superiores e inferiores dentro de uma escala de moralização⁴.

³ Cavalliere, Alyrio. **Direito do Menor**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1978.

⁴ Para saber mais sobre o significado da infância no Brasil Republicano, ver Rizzini 1997.

Ao tomar o debate histórico do significado da infância pobre no país, revejo, através de estudos já aplicados, o período de construção da república brasileira, que contou com a participação de uma elite intelectual e política preocupada em construir uma nação orientada em seguir um modelo de civilização européia. Um dos expoentes da prática da ação educacional moralizadora das famílias pobres era exercido pela medicina eugênica, que acreditava numa possível “*limpeza racial*”, repassando orientação sobre os cuidados com as crianças e os efeitos das doenças contagiosas e o alcoolismo, visando uma verdadeira higienização da população pobre. Sobre as idéias difundidas pela eugenia, Rizzini considera que:

Os filhos nascidos de boa família teriam um pendor natural a serem virtuosos ao passo que os que traziam má herança seriam obviamente vistos (inclusive por si próprios) como portadores de degenerescência. “Essa crença justificava privilégios para uns e corretivos para outros”. (1997:49)

Estas representações da infância e da adolescência mudam de acordo com o momento histórico em que os fatos sucedem, em períodos específicos da história nos quais são formadas as idéias, valores e conceitos sobre o problema da infância. Contudo, isto não implica dizer que os mesmos são marcadamente lineares e progressivos. Em cada contexto da história da infância, deparamo-nos com práticas e pensamentos que podem ou não ser condizentes com os parâmetros normativos e o pensamento social dominante. Os critérios de classificação da infância pobre como desvalida, imoral e delinqüente se deve ao aparecimento de agentes e instituições responsáveis por essa categorização. A definição de um problema social é envolvida por interesses contraditórios da formação cultural de um povo, suas impressões, hábitos costumes, formas como são caracterizados os fenômenos dele constitutivos. (Lenoir, 1998)

Ao observar os mediadores que constituíram o problema da infância e as concepções produzidas sobre ela, no final do século XIX, fica mais fácil calcular como a infância pobre no Brasil, durante a virada do século, foi tomada como um desvio de conduta moral das famílias ou da própria criança, por estar contaminada pelo ambiente vicioso em que foi educada. A medicina e o campo jurídico são considerados saberes que irão reproduzir idéias, valores que irão explicar e dar conta dos comportamentos humanos que agora serão explicados pela relação entre hereditariedade e meio social.

Um problema social não é um fenômeno estático. Ele muda em concordância com o contexto no qual foi concebido. Sendo assim, o tempo e o espaço interferem sobre os elementos que o constituem. Neste sentido, a infância pobre no Brasil na década de 70 (com todas as mudanças estruturais que o país experimentou) será observada e compreendida a partir de uma ótica diferente daquela compreendida no início do século, embora alguns estudos apontem que certas idéias ainda persistam. É o que confirma Batista (2001) sobre suas impressões a respeito da equipe técnica do sistema socioeducativo do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Batista:

As metáforas biológicas que fundaram a República ainda hoje têm presença assustadora nos discursos das equipes técnicas que trabalham nas instituições de controle social e nas do sistema de atendimento ao adolescente com envolvimento com o ato infracional. O olhar moral e periculosista que estes técnicos lançavam às noções de família, trabalho e moradia é digno de nota. Ao ler relatórios, pareceres e diagnósticos, percebemos que o convívio familiar funciona sempre como atenuantes de penas ou alternativas de recuperação. Para jovens infratores, no entanto, a carga ideológica contida na visão das famílias pobres, não incluídas na família padrão, acaba funcionando como carga negativa que afeta durante as sentenças e sanções estipuladas para jovens negros e pobres. (2001:50)

O significado da infância pobre nas últimas décadas, de acordo com os estudos de Fisher (1979), envolveu meninos e meninas na luta pela sobrevivência, motivo pelo qual entraram num processo gradativo de abandono das referências familiares. A rua, para as crianças e jovens das famílias pobres, é utilizada como uma possibilidade de aumentar a renda familiar, através de trabalhos informais como vender doces, limpar pára-brisas de carros, engraxar sapatos e até mesmo pedir ajuda aos que passam por ela. Aos poucos, estas crianças vão perdendo o vínculo familiar e suas estadas nas ruas ficam mais constantes e, por conseqüência, freqüentam cada vez menos o ambiente familiar. A criança assume a responsabilidade de garantir uma parte do sustento familiar e, dessa forma, a rua possibilita um ganho auxiliar na manutenção material de todos os seus membros. Para esta criança, as estratégias utilizadas por elas podem ou não estar próximas do Direito e da Moral. Contudo, se estivessem preocupados com esta questão, não conseguiriam sobreviver.

Nos anos 70, como no início do século, a delinqüência juvenil é considerada como um estágio de passagem para a formação do adulto criminoso. Ser pobre, estar desempregado, morar em favela, pertencer à família que não segue os padrões de uma família tradicional são predestinações para o envolvimento e atitudes criminosas.

Até aqui descrevi, em algumas linhas, o processo pelo qual crianças e adolescentes foram designados e socialmente desclassificados por ideologia higienista e racista. Mas o aparecimento de outros agentes preocupados e especializados no trato com este segmento será o responsável por estabelecer um novo olhar e abordagem sobre as crianças e adolescentes. Avalio que neste contexto seria praticamente impossível encontrar mães (e pais) à frente de uma luta a favor de um segmento socialmente estigmatizado: a posição de desvalidos, delinquentes, vadios, perigosos, entre outros rótulos de destino condenado. Não nego a possibilidade de ter existido alguma posição de resistência desses familiares, mas questiono que em tal contexto poderiam encontrar bases de apoio para ir contra uma ideologia de saneamento social e racista⁵.

Uma questão se coloca ao pensarmos sobre o lugar dos familiares, mais especificamente as mães e pais de crianças reduzidas à categoria de desvalidos, delinquentes, abandonados, ou seja, os socialmente desclassificados: será que mães e pais poderiam participar desse processo de construção do significado social de seus filhos e filhas? Encontrariam espaço para problematizar a situação de *anormalidade* a que seus filhos e filhas foram condicionados?

Em função disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA tornou-se um meio através do qual o grupo de mães pôde-se estruturar. A existência de uma legislação infanto-juvenil foi o mecanismo que fundamentou um propósito coletivo, embora um de seus objetivos também seja o de proteger o próprio filho. O Estatuto da Criança e do Adolescente significa, para as mães, a possibilidade de mudança nas práticas punitivas instituídas.

2.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe mudanças na política pública infanto-juvenil. A legislação anterior ao ECA era baseada na doutrina de situação irregular, com a questão da infância e adolescência centrada na idéia de criminalização e controle da pobreza. As crianças e os adolescentes em situação de pobreza, que viviam nas ruas e/ou cometiam delitos, pelo princípio do Código de Menor, eram classificados indivíduos “*fora das normas*” ou “*inadaptados socialmente*”. Procurava-se a correção

⁵ Sobre a eugenia e a assistência à infância no período Republicano, ver Reis (2000) e Wadsworth (1999).

desses desvios através de atendimentos psicossociais em internatos, casas de “correção e recuperação de menor”. Segundo Costa, a doutrina presente nos códigos anteriores considera a idéia de irregularidade:

A doutrina de situação irregular não se dirige ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos menores em situação de vulnerabilidade social. Limita-se a assegurar a proteção para os carentes e abandonados e a vigilância para os inadaptados socialmente (...). O Estatuto da Criança e do Adolescente é sustentado pela doutrina de proteção integral, a legislação deve dirigir-se ao conjunto da população infanto-juvenil, abrangendo todas as crianças e adolescente, sem exceção alguma. (1998:14)

Com a promulgação do ECA em 1990, formulou-se uma legislação fundamentada na doutrina de proteção integral, garantindo direitos sociais a todas as crianças e adolescentes. A institucionalização seria uma medida a ser tomada somente mediante um cometimento de ato infracional grave. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda que privado de liberdade, o adolescente não pode receber medida de internação com prazo indeterminado, ou seja, a cada seis meses a sua manutenção na unidade é reavaliada, podendo progredir para uma medida mais leve, como semi-liberdade ou liberdade assistida. O adolescente pode participar de atividades externas, exceto quando não permitido pelo juiz, assim como também gozar de outros direitos previstos no ECA, tais como: ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; habitar em alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, receber a escolarização e a profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; manter a posse de seus objetos pessoais e de dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles por ventura depositados em poder da entidade⁶.

O ECA criou um padrão institucional de atendimento, mas a prática não mudou. O sistema socioeducativo segue um modelo carcerário, diferente das normas institucionais contidas na doutrina de proteção integral. Segundo Sento Sé:

As instituições deveriam ser concebidas como educandários, nos quais houvesse as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades educacionais e laborais, em ambiente propício para desenvolvimento de padrões pacíficos de socialização. Salvo algumas exceções não é esse quadro que encontramos. Em

⁶ Brasil, Lei 8069/90, artigo 124, Estatuto da Criança e do Adolescente.

geral, os prédios em que funcionam as unidades do DEGASE apresentam problemas de mais diversas ordens e, em certos casos, se aproximam muito mais do sistema penitenciário adulto do que o modelo concebido e determinado no ECA. Tal proximidade, por sinal, remete-se a uma espécie de problema de identidade de origem desse setor. (2002:36)

A partir das considerações deste autor, é possível perceber que o cotidiano das unidades do DEGASE está muito longe de atender aos preceitos do ECA. A proposta de reintegração do adolescente autor de ato infracional, através da inclusão em políticas públicas básicas, na prática, não atinge as respostas, as necessidades do público atendido.

Num estudo qualitativo das cinco unidades de cumprimento de medidas socioeducativas na cidade do Rio de Janeiro⁷, onde as famílias e os adolescentes internados participaram de grupos focais, foram abordados temas relativos à condição dos jovens internos e à percepção das famílias quanto ao trabalho socioeducativo desenvolvido. Os pesquisadores perceberam que os adolescentes das unidades socioeducativas, quando receberam a informação de que seriam internados, construíam uma imagem das instituições como uma prisão, cadeia com carcereiro, um lugar de tortura e sofrimento. Os pais, por sua vez, também não tinham idéia do que se tratava a unidade de internação e, desinformados, como seus filhos, imaginavam que eles iriam ser encaminhados para uma prisão.

Utilizo como exemplo o cotidiano do Instituto Padre Severino⁸ (IPS), onde há a ausência de atividades (uma de suas características marcantes) e também relacionamento conflituoso entre agentes e adolescentes, uso da força e do controle, ociosidade e castigos. As únicas atividades que os jovens conhecem são as saídas para comer no refeitório. O ambiente é tomado por mofo, sujeira e ratos. A troca de vestuário se dá somente duas vezes por semana e o banho nem sempre é permitido. Assis (2002)

O estudo também revela que o clima de restrição e punição na vida dos adolescentes internos acaba gerando uma linguagem de desrespeito. Os produtos alimentícios e de higiene, trazidos por familiares, são nomeados de “*sucata*” e muitas vezes esses produtos

⁷ Assis, S G de; Minayo, M C S; Constantino; Patrícia; Esteves, Marina. **Cumprindo medida socioeducativa de restrição de liberdade perspectiva de jovens do Rio de Janeiro e seus familiares.** CLAVES/ENSP/FIOCRUZ/IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

não passam da portaria, ficando o adolescente sem receber o alimento. Algumas famílias até desistem de levar, por conta do tratamento que recebem dos funcionários. Estes problemas deixam nítido o total desrespeito às famílias e a difícil concretização de um padrão institucional vinculado a um processo de construção capaz de perceber esse adolescente como um sujeito de direito.

Outro problema é a desinformação dos familiares sobre a situação de seus filhos, que, mesmo sem conhecer seus direitos, expõem casos de abuso de poder cometidos nas delegacias. Os filhos ficam detidos nas delegacias por mais de 24 horas, sem que os pais sejam avisados, passam por variadas instâncias da justiça sem ao menos saber a função desses órgãos, chegando até mesmo não serem informados sobre as datas de audiências de seus filhos, desconhecendo, inclusive, que os adolescentes têm direito a um advogado.

É possível identificar, de acordo com a pesquisa de Assis (2002), que os familiares sofrem desrespeito e não são tratados como parte do processo de reintegração social de seus filhos. Desse entendimento, percebem-se as razões que conduzem mães com filhos internos nessas unidades a serem impulsionadas a tomar atitudes de enfrentamento dos problemas, anteriormente identificados pela pesquisa. As mães que dão continuidade à sua função de protetora são as primeiras a reagir diante dessa ilegalidade instituída para corrigir outras ilegalidades. Diante desses problemas, as mães tomam coragem para se unir e tentar modificar o modo como os adolescentes são tratados.

Então você vai na porta das Unidades, lá tem duzentos e cinquenta internos. Você encontra 230 mães, ou 240 mães pra 10 homens! Então dá pra perceber que esse movimento é das mulheres! Né? E é as mulheres que são bastante humilhadas lá dentro; são as mães que sente a dor do seu filho, né?

De acordo com o trecho acima citado, percebe-se a “*naturalidade*” com é declarado o envolvimento e a responsabilidade das mães diante do ato infracional dos filhos. A formação do *Movimento Moleque* envolve a conduta social de duas mulheres em conjunto com outras tantas que dão sentido e direção ao grupo constituído.

⁸ Unidade de Internação para meninos infratores.

A história das mulheres mostra que a maternidade foi e continua a ser um dos fatores condicionantes da inserção delas no mundo político. Essas mulheres se mobilizam por melhores condições de vida, contra a violência e violações de direitos praticados sobre jovens classificados como infratores. O que chama atenção ao engajamento político das mães em questão é o fato de se proporem a defender um segmento socialmente estigmatizado – o adolescente infrator. Reconhecem que seus filhos violaram normas sociais, passaram pelo sistema de justiça, foram julgados e responsabilizados com medidas socioeducativas como regulariza a legislação infanto-juvenil. No entanto, para elas, o fato de se tratar de infratores não justifica as torturas e a exposição às condições subumanas de sobrevivência nas unidades de internação.

2.3. Maternidade social e violências

As mulheres consideradas neste trabalho organizam-se em torno da condição de mães, cuidadoras e responsáveis pelo bem-estar dos filhos. A violência cometida contra seus filhos e a indignação frente a essa prática constitui a força motriz que conduz para uma luta de cunho coletivo, a rebelar-se contra uma condição que avaliam ser intolerável e, por esta atitude, tornar-se, segundo as palavras de Farge (1971), *as agitadoras notórias* que entram na revolta e surgem no interior da coisa pública. A historiografia tem demonstrado que as revoltas populares as mulheres estiveram presentes em diferentes épocas da história da humanidade. De acordo com os argumentos de Farge (1971), é visível a presença de mulheres em quase todas as revoltas populares do século XVI, por outro lado, a participação política das mulheres não recebeu o devido registro que merecia. Seguindo a análise da autora, a história nos mostra vários exemplos de revoltas femininas condicionadas ao papel de mãe e esposa.

A vida privada do lar e da família é o terreno onde cabem, a elas, a responsabilidade com as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, o marido, os velhos e os doentes. A expansão dos cuidados com os filhos para todo adolescente que se encontra na condição de vítima das práticas punitivas das instituições do sistema socioeducativo e a tomada do espaço público como forma de resolução dos problemas enfrentados contribui para incorporar novos significados à maternidade tradicional, transformando-a em uma maternidade social. A maternidade social faz surgir a necessidade de vincular grupos de

mães com base no interesse comum de modificar a forma como seus filhos são tratados pelo sistema socioeducativo.

Compartilho deste entendimento da maternidade social, ao levar em consideração o estudo de Schmukler (1995) sobre as mulheres na Argentina, em que o ponto de partida é a condição de mãe. As conhecidas *Mães da Praça de Maio* são mulheres que representam um importante movimento reivindicativo de direitos humanos em prol dos presos políticos do período ditatorial, durante o período de redemocratização nos países do Cone Sul (Chile, Uruguai e Argentina). As mulheres que participaram de movimentos políticos e sociais puderam resignificar a maternidade, abrindo caminho para uma cidadania que levasse em conta a identidade feminina. Para a autora, as mulheres surgiram como um novo ator político reinventando a maternidade tradicional, tornando-a uma maternidade social, que lançou mulheres na vida pública. A maternidade aglomerou mulheres numa luta coletiva que teve efeito nas relações familiares, despertando o interesse e conhecimento para as questões de gênero.

A esta nova modalidad la llamamos maternidad social, porque incorporó los elementos de cuidado del otro que caracteriza a la maternidad tradicional pero com un sordo desprecio del aislamiento y la devaluación de la mujer madre. Se planteó la necesidad de perpetuar las organizaciones basadas en la solidaridad, de representar intereses y necesidades de conjuntos de familias en conflicto com el Estado. Y a su vez, en armonía com el deseo de las mujeres de participar, de crecer personalmente, deliderar procesos de la vida pública. (1995:142)

O contexto, o espaço e o tempo das mães do *Movimento Moleque* diferem do que foi constitutivo para as Mães da Praça de Maio. Contudo, o ponto de partida é o cuidado com o outro que lança mulheres a projetar estratégias de proteção social aos adolescentes infratores. O sentido da maternidade social pode ser entendido neste estudo como uma força capaz de agregar mulheres na defesa de uma causa coletiva que em princípio emergiu da preocupação com os filhos, mas, gradativamente, incorporou problemas relativos à condição da mulher, mãe de infrator: “*nosso principal objetivo é tirar as mães de uma atitude passiva para uma postura ativa de reivindicação.*”

Para essas mulheres, permanecer na luta é imperativo, mesmo quando assumem a perda da esperança de que seu filho não volte a cometer novos delitos, em especial para as mães que ocupam a posição de liderança. Estas, embora o desalento seja visível, pois gostariam de que seus filhos fossem exemplos de novas perspectivas para os adolescentes infratores,

alegam que poderiam deixar que outras mulheres sofressem a dor de ter um filho preso num espaço em que a punição é a prática educacional instituída.

Outros estudos sinalizam que a reivindicação por cidadania e proteção social aos filhos é próprio ao segmento de mulheres. A maternidade no final do século XIX foi pensada pelo movimento feminista europeu como um problema que unificava as mulheres. A maternidade de mulheres pobres tornou-se uma preocupação considerável pelas feministas. De acordo com Bok (1971), o maternalismo feminista acreditava que a criação dos filhos era um assunto de interesse de todas as mulheres. A pobreza feminina era um problema que tanto atingia direitos dos homens assalariados, quanto das mulheres assalariadas ou não. A maternidade era tomada, desta forma, como um problema social transversal às relações de gênero e classe social.

Michele Perrot (1988) constrói uma análise do poder das mulheres no século XIX, em que a elas resta administrar a vida doméstica, mas sob o controle, comando e poder dos homens. “Donas da casa” é o termo utilizado para designar as obrigações femininas com o orçamento doméstico. As mulheres operárias, ao desempenharem o cargo de donas de casa, mostraram-se mais combativas que aquelas pertencentes à classe burguesa. As mulheres esposas de operários conquistaram de seus maridos uma parte de seu salário para administrar as despesas domésticas. As carências materiais destas mulheres levaram-nas a lutar por uma parte dos salários de seus maridos, para que pudessem manter o cuidado com os membros da família .

As mulheres das classes populares revoltam-se e reivindicam por questões ligadas à reprodução da vida: a família, a moradia e as condições de sobrevivência. Durante a década de 70, no Brasil, o movimento feminista atuou em conjunto com as reivindicações de mulheres das organizações comunitárias. É o que afirma Sarti (2004:40) sobre as características do movimento feminista no período de democratização no Brasil: os grupos feministas das camadas médias atuaram articuladas às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.

As mães integrantes do *Movimento Moleque* se organizam para enfrentar as violações físicas e morais dos adolescentes sob medida socioeducativa de restrição de liberdade. As mães precisam estar prontas para enfrentar acusações morais porque esses jovens estão

envolvidos com a criminalidade. A maternidade, para essas mulheres, não se restringe apenas ao filho que gerou ou criou, mas inclui a defesa dos que tenham direitos negados. O Estatuto da Criança e do Adolescente é a grande fonte de inspiração, legitimidade e reconhecimento dessa luta.

A unidade de internação para adolescentes infratores é o espaço social de manifestação de familiares que reivindicam mudanças na condução do sistema socioeducativo. As mães estão dispostas a lutar pelo não sofrimento dos filhos. A violência praticada contra eles é o elemento deflagrador de uma série de acontecimentos que irão marcar a constituição de um grupo de mães engajadas na defesa dos adolescentes em conflito com a lei, em especial os privados de liberdade. Diante da diversidade de definições e manifestações do termo violência faz-se necessário esclarecer quais seriam as formas de expressão da violência que elas denunciam.

As instituições de privação de liberdade para adolescentes infratores é o local onde acontecem as formas de violência denunciada. A prática de agressão física contra os adolescentes é a queixa principal. Segundo a declaração das mães, os adolescentes, assim que entram na instituição, são colocados em fileira para serem agredidos por agentes de disciplina. A prática é comparada a um ritual de iniciação, um teste pelo qual os adolescentes precisam passar para conhecer as regras da instituição. O adolescente precisa perceber que ali dentro ele não significa nada, não tem vontade própria, a regra é obedecer. A agressão pode ser desencadeada por qualquer motivo; em alguns casos, as mães disseram que seus filhos apanhavam inclusive por sorrir ou por chorar.

Há outras condições que as mães classificam como formas de violência: dormir numa cama de cimento sem colchão, permanecer preso numa cela lotada sem ventilação e luz solar, servir-se de comida estragada, não ter condições mínimas de higiene, não receber assistência médica, andar de cabeça baixa e mãos para trás e ser chamado por um número, ser induzido por funcionários da instituição a escolher uma facção criminosa, não poder receber visitas de parentes e amigos, ficar num cubículo só com um buraco no chão usado como sanitário.

A definição de violência como “*o não reconhecimento do outro, a anulação e a cisão do outro*” (Zaluar, 1999:13) exprime o ponto de vista elaborado pelas mães. A reclusão dos adolescentes numa unidade de internação para infratores desencadeia transformações perversas na personalidade dos filhos, que provavelmente se tornam mais agressivos e violentos.

Essa é a farsa do sistema socioeducativo, ele tira o garoto da família e coloca naquele local e transforma num marginal. É dito pra ele que ele não tem direito a nada, que ele só tem direito a levar porrada. Você tá transformando cidadania em quem? Pra ninguém. Você tá transformando, dizendo pra esses adolescentes que ele é incapaz.

A manifestação da violência institucional não é a única forma de violência provada pelos filhos, a própria condição de infrator é resultado da relação com outras formas violentas, e, em alguns casos, a resposta é a reprodução de atitudes violentas. Neste domínio, Adorno (1995:303) argumenta que a “*história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência*”. A persistência das violações dos direitos humanos, após a reinstauração da democracia na sociedade brasileira, revela uma enraizada e tradicional maneira de solucionar conflitos sociais por meio de forças repressivas, característica de um regime autoritário. Seja no ambiente doméstico, na rua, nas prisões, nos centros de detenção juvenil, enfim, em diferentes espaços, familiares, comunitários ou institucionais, o recurso à ação violenta tem sido o mais utilizado para resolver as diferenças entre classes, etnias, gêneros e gerações.

Se por um lado, as mães condenam as práticas institucionais, como atitudes violentas contra seus filhos, por outro lado, seus filhos são submetidos à privação de liberdade por serem acusados de praticar violência. A associação entre violência e juventude é um tema pesquisado por Alba Zaluar. A população jovem pobre e favelada (ou periférica) é, ao mesmo tempo, agente e vítima das manifestações de violência⁹.

De acordo com a análise da autora, a violência é parte do cotidiano entre os moradores da cidade do Rio de Janeiro, sentida principalmente por aqueles que habitam as áreas

⁹ Sobre a violência e juventude, ver Zaluar (1998)

economicamente desfavorecidas. Pesa, sobre eles, o sentimento de medo e de acusação dos atos perturbadores da ordem. Sendo assim, as mortes por balas perdidas no *morro* ou no *asfalto* já fazem parte da rotina da cidade, como um acontecimento comum e rotineiro, causador da tendência crescente à banalização da vida.

A Cidade do Rio de Janeiro – representação de uma “cidade maravilhosa” com suas belezas naturais, carnaval e futebol - por outro lado, adquiriu o aspecto de uma “cidade partida”, característico de uma cidade violenta dividida entre o *morro* e o *asfalto*¹⁰. A temática da violência tornou-se um assunto importante e polêmico, utilizada em campanhas político eleitorais, fato que destaca o Rio de Janeiro como um território violento, perigoso e desigual nas manchetes de jornais e revistas de circulação local e nacional.

Neste caso, as mortes em série de jovens pobres se justificam. A ação de grupos de extermínio na conhecida chacina da Candelária, que resultou na morte de 7 (sete) crianças em julho de 1993, o assassinato de 21(vinte e uma) pessoas entre elas crianças e jovens na favela de Vigário Geral e o desaparecimento de 11(onze) jovens moradores da favela de Acari são apenas exemplos nos incontáveis números de crianças e jovens vítimas recorrentes dos assassinatos coletivos.

Encontrar, no outro, a qualidade de violento nos deixa no lugar de vítimas, na medida em que são criados estereótipos dos propulsores dessa violência. Por outro lado, é notável a comoção social quando as pessoas oriundas da elite carioca são vítimas da violência generalizada que tomou conta da cidade. Nesse movimento, os anos 90 foram marcados pelas caminhadas e passeatas na zona sul carioca, a favor de uma campanha pela paz. A comoção parece ser silenciada quando se trata da vida de trabalhadores, crianças e mulheres pobres das favelas e subúrbios cariocas, vítimas da violência policial, de quadrilhas de traficantes rivais ou de grupos de extermínio.

Enriquez (2001), em suas reflexões sobre os assassinatos coletivos, define quatro razões que permitem esclarecer um pouco o problema das causas das mortes coletivas. Em sua análise sociológica, o século XX representa um tempo no qual só tem direito de viver

aqueles que podem vir a se adequar a categorias como *apropriado, o fiel, o integrado* e que podem encontrar seu lugar num universo funcionalizado. Nossas sociedades, querendo-se puras e condensadas sob todas as marcas da perfeição, experimentam uma verdadeira repulsa em face de tudo que possa minar a boa ordem social e levar a doenças perniciosas. Nesta percepção, o que é *estranho, exótico, imigrado, não integrado, não adequado* é apreendido como suscetível de trazer o mal.

Neste estudo, o número de meninos classificados como agentes do ato infracional é maior que o número de meninas. Contudo, não é descartada a participação feminina no mundo do crime, ainda que as meninas sejam, neste campo de domínio masculino, excluídas, não podendo ocupar posição de comando e prestígio¹¹. No mundo das internações, é predominantemente maior o percentual de meninos. Paiva (2002), em seu estudo para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que mais de 90% dos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade no Brasil são do sexo masculino. As meninas internas representam aproximadamente 6% do universo. Em números absolutos, isto significa que nos meses de setembro e outubro de 2002, para cada 100 meninos internados, existiam apenas 6 meninas nas mesmas condições. Ora, a permanência no mundo do crime se dá através da prova de masculinidade, individualismo, violência e uso da força. Como afirma Zaluar:

Numa sub-cultura criminosa que marca o espaço exclusivo dos homens – o campo de guerra, uso da arma de fogo, o primeiro assalto, a primeira morte são como rituais de passagem que marcam a entrada do menino no mundo do crime. (1994:143)

De acordo com a autora, a participação feminina no tráfico de drogas se dá de forma diferenciada. As mulheres não tomam a direção ou comando, quando se trata da criminalidade. Elas podem até ser o motivo para o homem roubar ou trabalhar no mercado ilegal de entorpecentes, com a afirmação de que para mantê-la é preciso dinheiro. Estas representações de “*mercenária*” e “*piranha*” explicam, para os atores, o fato de um homem praticar atividades ilegais. As mulheres no mundo do crime são símbolos de disputa entre homens. Neste universo, quanto mais o homem tiver condições

¹⁰ Sobre as representações da “cidade maravilhosa” e “cidade partida” ver Leite (2000)

¹¹ O envolvimento de meninas no Rio de Janeiro com o mercado ilegal de drogas, roubos e homicídio foi objeto de pesquisa desenvolvida por Assis (2000).

e poder de consumo para oferecer às mulheres, terá supostamente como recompensa quantas mulheres desejar, exemplifica Zaluar:

- Foi por causa de uma mulher que eu entrei para a vida do crime.

O jovem diz enveredar pelo crime para fazer presença junto às mulheres, impressioná-las e conquistá-las. Porém, sob o signo da mulher fatal, o feminino se reduz a uma presença que aumenta o prestígio do jovem no bairro. Ir aos bailes cercados de mulher, com dinheiro no bolso para ser cumprimentado por todos e olhado com admiração e inveja. Ainda aqui, o feminino é mero elemento na competição entre os homens. (1993:140)

Por outro lado, a imagem feminina pode apresentar outros significados, como o da a mulher de verdade, que o apóia nos momentos difíceis da vida do homem na ilegalidade; como aquela mulher que não o abandona quando é apanhado numa batida policial e é condenado a alguns anos de prisão. E a figura materna é aquela considerada a razão para a saída da vida bandida.

A figura maternal, para o criminoso, pode representar proteção e autoridade, assim como também a última ligação com a moralidade. A descoberta que a mãe pode fazer sobre a origem do dinheiro trazido para casa, a vergonha e as preocupações subseqüentes a esta descoberta, o sofrimento por ter um filho preso fazem parte do discurso moral e sentimental que ouvi dos bandidos quando apresentam razões para um possível abandono da vida do crime. (Zaluar, 1993:140)

O jovem envolvido com o mundo do crime acredita que, ao menos sua mãe, vai protegê-lo e salvá-lo a qualquer custo. Neste raciocínio caberia uma interrogação sobre as expectativas em relação à figura paterna, ou melhor, qual o grau de envolvimento dos pais de adolescentes infratores? Nesta pesquisa em curso não pretendo dar conta dessa questão, mas devo ressaltar que, no grupo estudado, há alguns pais preocupados com o bem-estar dos filhos.

É evidente que o número de mães é extremamente superior ao dos pais. As integrantes do *Movimento Moleque* preocupam-se em deixar explícito o caráter feminino e maternal de composição do grupo. Enfatizar a legitimidade das mães é reconhecer que o investimento a favor do filho é um mérito de caráter estritamente feminino. Com este raciocínio,

aceitam e concordam com a afirmativa de que as mulheres adquiriram, por meio do exercício da maternidade, credibilidade total para continuar cuidando dos filhos.

A mãe encontra reconhecimento e aprovação para estar imbuída e entregue a cuidar e zelar pela vida do filho infrator, mas o pai, quando nesta posição, parece estar fora de lugar. Visitar um filho internado significa, para as famílias, sacrifício. Os problemas que os familiares enfrentam durante a permanência de seus filhos na internação, segundo o relato das mães, parecem causar vergonha nos pais, *“tem pai que fica até sem jeito de segurar uma bolsa naquela fila de espera. Como se eles estivessem exercendo uma tarefa que não é esperado de um pai.”*

Quando um jovem, envolvido com atos ilegais, relaciona a possibilidade de uma nova perspectiva de vida com o apoio recebido pela figura materna, subentende que esse cuidado materno condiz com a conduta e atributos regulados para a mãe, ao desempenhar a responsabilidade de livrá-lo de suas atitudes criminosas. Qual seria a função do pai? No que diz respeito ao grupo em questão, embora a presença do pai não seja totalmente impossível de existir, o fato é que as mulheres são mais facilmente seduzidas a se identificar com a luta a favor dos filhos.

O mundo do crime é um espaço da prova da virilidade masculina e da dualidade na representação do papel feminino numa vida bandida – a *mercenária* ou a *mãe protetora*. Correlaciono a representação da *mãe protetora* com as mulheres que surgem como porta-vozes socialmente reconhecidas para agregação dos sujeitos envolvidos com a questão do adolescente infrator. As iniciativas preliminarmente tomadas por elas tornaram os pais coadjuvantes no grupo e sob identidade oculta. Neste domínio, elas constituem maioria e são líderes.

A participação das mulheres numa atividade pública requer novas formas de sociabilidade e mudanças na esfera privada. As mães engajadas no papel de líder conhecem ampliam suas relações com outras pessoas, aprendem a falar em público, viajam, andam pela cidade, passam a ter acesso a outros espaços sociais. Neste investimento, precisam ter um tempo

para si próprias, resultando num alargamento das funções do papel de mãe, do mundo privado para o mundo público. Neste estudo, o papel social associado à mulher não é descartado, por outro lado, a possibilidade de atuar como uma liderança de um grupo de mães resulta em transformar a organização da vida cotidiana. O capítulo seguinte pretende abordar estas transformações.

Ser mãe

É padecer no paraíso? É uma frase muito antiga, mas tem realidade. É lutar... amar muito, mas é também gostar muito de você e se respeitar pra poder gostar do outro, porque se você não tá de bem com você, não tem condições de ajudar teu filho, nem ajudar ninguém, então hoje eu tenho condição de ajudar meu filho e a qualquer um outro porque eu me gosto porque eu me amo, e me faço respeito. Então ser mãe é isso... ser mãe é ser mulher, guerreira, consciente e lutadora por seus idéias e informada. Porque também não tá atualizada com as coisas que acontece no mundo hoje não adianta de nada. Porque se você brigar por uma coisa que você não sabe nem falar aí você passa como despercebida. Eu consegui tirar meu filho, e isso é mais forte que Ter ganhado no prêmio da loteria encalhada.

Mônica Suzana

CAPÍTULO III

O INVESTIMENTO NO PAPEL DE MÃE-LIDERANÇA

3.1. As mães do Borel e as mães do CEAP

Neste capítulo, faço uma apresentação da história pessoal de Mônica Suzana e Rute Sales, mulheres responsáveis pela formação do Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo – mais conhecido como *Movimento Moleque*. Entre 2004 e 2005, realizei entrevistas com Mônica Suzana e Rute Sales durante as quais conversamos sobre o processo de constituição do grupo de mães com filhos infratores, a vida familiar, casamento e maternidade.

As mulheres são figuras marcantes no cuidado com as populações que se encontram nos hospitais, presídios, asilos, internatos. É comum observar um número significativo de mulheres que se aglomeram nas portas das unidades de execução de medidas socioeducativas, para visitar jovens privados de liberdade. Por sua vez, os poucos homens (pais) que se interessam por visitar seus filhos, de acordo com o relato das mães, sentem-se desconfortáveis nas filas de visitantes, como se estivessem fazendo algo que não diz respeito à paternidade. Esses pais chegam a ser considerados pelas mães como uma espécie de “*super-pai*” merecedores de destaque e elogios.

Primeiramente, faço uma exposição dos acontecimentos que marcaram o rumo de Rute Sales na formação do *Movimento Moleque*, visto que a relação dela com problema dos adolescentes internados em instituições fechadas na cidade do Rio de Janeiro diz respeito a um espaço e a um tempo anterior e diferente em comparação ao de Mônica Suzana.

O encontro entre Rute Sales e Mônica Suzana, na Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, representou, para Rute Sales, uma oportunidade de retornar a se envolver novamente com a liderança de um grupo de mães com filhos infratores; para Mônica Suzana, o contato com Rute Sales significou o fim de sua procura por uma

companheira, para estar ao seu lado, na defesa dos adolescentes internados nas instituições de privação de liberdade.

Para falar de Rute Sales, é necessário conhecer um pouco de sua história familiar: o envolvimento de sua mãe com as práticas coletivas dos favelados, segmento social articulado basicamente em torno da questão da posse da terra para construção de suas moradias no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. No instante em que questiono a origem do *Movimento Moleque*, a informante diz que tudo começou com a “*luta social das primeiras conquistas do espaço onde a gente morava*”. Ela faz uma relação entre a posição de liderança de um grupo de mães e as lembranças da infância e da juventude, ao lado de sua mãe - Lídia Sales- representada da seguinte forma: uma mulher negra, mãe de 13 filhos, que sofria com as agressões do marido e que conquistou, com muita criatividade, o direito à moradia. Neste espaço, tornou-se o sujeito responsável por alfabetizar os primeiros moradores e escrever peças teatrais na intenção de mobilizá-los a participar das passeatas reivindicativas por energia elétrica, saneamento básico entre outras questões. Uma luta pela inclusão na cidade e busca por cidadania, uma ação coletiva em torno de questões urbanas, em meados dos anos 70.

A família de Lídia Sales saiu do interior de Minas Gerais, na esperança de obter melhores condições de trabalho e qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, passaram por momentos de muita dificuldade para sobreviver na cidade, inclusive moraram de favor na casa de uma amiga da família. Em pouco tempo depois, na intenção de construir a casa própria, se instalaram num terreno baldio localizado na entrada do Morro do Borel, bairro da Usina, Zona Norte da cidade. Na ocasião, havia, no local, aproximadamente cinco famílias, alojadas em barracos feitos de restos de madeira e papelão, e uma senhora que utilizou, como moradia, uma caixa d'água desativada.

A identidade do favelado é influenciada a partir da gênese da construção social da favela, como uma representação coletiva, definida por critérios de ilegalidade da apropriação do espaço urbano e pela reivindicação por serviços públicos. No plano da formação das identidades, Rute Sales relaciona a interpretação da origem do *Movimento Moleque* com a auto-imagem do favelado em ser uma força social em ação na cena pública, acreditando

que, neste campo, o trabalho social e voluntário de sua mãe traduz essa força que influenciou o caminho percorrido por seus descendentes, em especial o de Rute Sales.

De acordo com os estudos de Burgos (1998), as favelas foram-se multiplicando e, durante um longo período, constituíram tema de medidas repressivas e disciplinadoras, entendidas como um problema que precisava ser superado por meio de dois extremos: a remoção versus a urbanização.

No caso específico da Comunidade da Indiana, os moradores desta área acabaram por adquirir permanência, aceitação e reconhecimento, porque usaram das mais variadas formas de criatividade para conquistar direitos. Esta é a interpretação que Rute faz dos trabalhos voluntários empreendidos por sua mãe, que liderou e organizou os moradores em busca pela integração social no espaço urbano. No princípio, investiram contra as tentativas de remoção de seus barracos. Depois, organizavam passeatas e abaixo-assinados para reclamar por serviços públicos de infra-estrutura habitacional.

O *curso de alfabetização* dos moradores começou, primeiro, em casa, com sua mãe alfabetizando seu pai, que foi beneficiado com o domínio da leitura e da escrita. Com a qualificação adquirida por conta da dedicação de sua esposa, o pai de Rute conseguiu ingressar no mercado de trabalho formal como motorista de ônibus. Com o sucesso do marido, os vizinhos foram pedir a ajuda de Lídia para aprender a ler e a escrever e, talvez com isso, ter a oportunidade de concorrer a um trabalho de melhor remuneração. Ela, por ter mais escolaridade que os demais moradores do local, se responsabilizou por alfabetizar a todos que procuravam seu auxílio. Lídia, durante a noite, após um dia de trabalho como feirante vendendo lanches, carregava as sobras de verduras e legumes da feira para fazer uma grande panela de sopa num fogão à lenha. Os alunos se acomodavam numa mesa de madeira improvisada na sala de sua casa, tomavam um prato de sopa, enquanto assistiam às lições da *professora*. Nesse período, Rute tinha aproximadamente 13 anos e pôde também contribuir com o projeto de alfabetização desenvolvido por sua mãe.

O teatro comunitário foi um dos últimos trabalhos sociais desenvolvido por Lúcia Sales. Inspirada na linguagem teatral da igreja evangélica, escreveu peças teatrais retiradas das histórias cotidianas dos próprios moradores. A utilização de tal recurso teve a intenção de mobilizar os moradores da comunidade sobre assuntos que julgava de interesse coletivo. Escreveu espetáculos assim intitulados: “*Um Drama em cada Barraco*”, encenação criada para chamar a atenção da população local para os problemas vividos numa família pobre, por meio da mensagem de união e solidariedade entre os membros da família, indicava alternativas para superar as dificuldades; “*A Constituinte e o Povo*” abordava a participação da população na Carta Constitucional de 1988; o espetáculo “*Mãe de Pedra*” dramatizava o extermínio de jovens que dormiam na Praça da Igreja da Candelária – episódio internacionalmente conhecido como Chacina da Candelária, na década de 90. Com todas essas atividades promovidas por sua mãe, Rute argumenta que sofreu grande influência de todo esse trabalho de sensibilização popular, para a superação dos desafios de sobrevivência.

Nos contatos que mantive com as representantes do *Movimento Moleque*, pude observar que Rute Sales, ao apresentar-se em público, expunha, logo de imediato, que foi fortemente influenciada pelas atitudes de sua mãe.

Então quer dizer! Eu já estava completamente imbuída na situação da comunidade, na organização da comunidade, na situação de teatro, né?... Cultural, que a gente começou a educar a comunidade através do teatro e, ao mesmo tempo, levava pra fora toda aquela experiência, toda aquela história pra outras pessoas vê.

A construção da comunidade se deveu, primeiramente, às necessidades de infra-estrutura habitacional num local ocupado por migrantes que chegavam à cidade em busca de trabalho. A ausência de escolaridade impossibilitava a inserção no mercado de trabalho formal. A oficina de teatro surge como uma estratégia de superação dessas e outras dificuldades que a juventude favelada pode sofrer como consequência de uma cidadania restrita.

As pesquisas mostraram que as casas de internação estão lotadas de jovens negros e pobres, geralmente por roubar ou vender drogas ilícitas. E é a mesma população que

também aparece nas pesquisas sobre as taxas de homicídio: os afro-descentes entre 15 e 24 anos¹².

Rute teve dois irmãos mortos a tiros, já no final da década de 90, que também contaram para aumentar o índice referente à mortalidade de jovens no país. Um de seus irmãos assassinados desenvolvia um trabalho numa casa de atendimento a jovens que circulavam pelas ruas da cidade. Numa incursão policial ao Morro do Borel, foi levado pela polícia sem causa aparente; depois de passar um tempo na prisão, foi libertado por falta de provas. Ele, antes de ser assassinado, entrou com um processo judicial contra o Estado, e sua família recebeu diversas ameaças para desistir da acusação. Por medo das ameaças, seu irmão mudou-se para Bangu (zona oeste da cidade) e, logo depois, apareceu morto num terreno baldio. Após o episódio, Lídia Sales deu continuidade ao processo judicial contra os policiais acusados; algum tempo depois, ela teve um outro filho levado numa blitz policial. O rapaz foi encontrado morto a tiros, no hospital do Andaraí.

Rute, aos 17 anos, já era mãe solteira e estava inserida num trabalho de organização de lideranças comunitárias nas diferentes favelas assistidas pela Pastoral de Favelas. A sua inserção nesta Pastoral, no final da década de 80, deu-lhe a oportunidade de trabalhar no “*Jornal O Favelão*” que funcionava na sede da Arquidiocese da cidade do Rio de Janeiro. Ela foi capacitada com um curso básico de fotografia, oferecido pela instituição e depois passou a visitar as favelas, fotografando imagens que traduzissem as condições de vida dos seus habitantes, realçando as formas criativas de sobrevivência e a busca por cidadania. O jornal permaneceu somente por três ou quatro anos. Com o término do jornal, ela passou a ser agente social da Pastoral de Favelas com a tarefa de organizar lideranças em diferentes localidades.

Na década de 80, com o processo de redemocratização do país, a organização dos favelados havia-se intensificado. A partir dos anos 60, a Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro – FAFERJ passou a desenvolver uma luta em dois planos: o retorno à democracia e a resistência à remoção. (Burgos, 1998)

¹² Sobre a pesquisa, consultar Waiselfsz, Julio. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasil: UNESCO, abril de 2004.

Em decorrência do aprendizado adquirido com a inserção na Pastoral de Favelas e na FAFERJ, Rute tornou-se uma referência para as mulheres das diferentes comunidades que compõem o Morro do Borel. As *Mães do Borel* foi o primeiro grupo com filhos infratores no qual ela trabalhou, com a função de representante e orientadora dos familiares. Sua tarefa era basicamente a de aconselhá-los a procurar ajuda nas instituições públicas e privadas, onde poderiam encontrar assistência jurídica e social para seus filhos. Nesse momento, ela já contava com o apoio de representantes das entidades não-governamentais como o Centro de Estudos de Populações Marginalizadas (CEAP).

De maneira espontânea, as mães moradoras das comunidades que compõe a Morro do Borel procuravam-na, em busca de informações de como cuidar dos filhos institucionalizados. Pelo fato de se envolver, desde muito cedo, com diferentes instituições de fomento às práticas coletivas da população favelada, sendo elas: a Pastoral de Favelas, a Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) e o Centro de Estudos de Populações Marginalizadas (CEAP), Rute acumulou conhecimento necessário para o encaminhamento dos problemas trazidos pelas mães. A partir desse histórico de lutas de Rute Sales e da dedicação de sua mãe em defesa dos jovens vítimas da violência policial nas favelas e, em certas ocasiões, envolvidos com atos ilícitos, surge um grupo de mulheres que a informante intitula de *Mães do Borel*.

Até aqui, fiz uma breve apresentação das razões pessoais que colaboraram para o engajamento de Rute, ainda jovem, no debate público em defesa dos socialmente injustiçados pela situação de pobreza, pela violência policial, pela ausência de direitos básicos e pela discriminação racial. O exemplo que está em pauta refere-se a mulheres faveladas cuja condição de pobreza é constituída através de múltiplas exclusões. Este contexto permite a existência de um grupo de mães solidárias, uma situação privilegiada de construção de identidade organizada no espaço de relações cotidianas levando, a público, lutas específicas da mulher. Nas atividades com as *Mães do Borel*, Rute não sabia ainda por si mesma o significado de ser mãe de um adolescente infrator. Entretanto, compartilhava com elas a batalha cotidiana para sobreviver como favelados, produto da desigualdade social e portadores de uma cidadania restrita e fragmentada.

A função de Rute junto às *Mães do Borel* era basicamente ouvi-las, conhecer suas experiências com o sistema de justiça, informar quais atitudes tomar nos casos em que era verificada negligência em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA passou a ser, pois, a bandeira de luta das mães que não concordavam com o tratamento dispensado aos adolescentes internados nas instituições fechadas do DEGASE.

O primeiro ato infracional do filho de Rute, aos 14 anos de idade, e a internação na Escola João Luiz Alves (uma das cinco unidades de internação do DEGASE), ocasionou seu contato com outras mulheres que estavam desenvolvendo atividades para promover o bem-estar dos adolescentes.

No Instituto Padre Severino (IPS) e no Educandário Santo Expedito (ESE), Rute encontrou mães comprometidas com um trabalho de reunir as famílias e exigir, por exemplo, água limpa para os adolescentes beberem, melhores condições de higiene dos alojamentos, não permissão de se servir comida estragada, entre outros tantos problemas institucionais observados pelas mães. Rute, ao tomar conhecimento de que existiam outras mães com filhos infratores e interessadas em defendê-los, avalia que a união das *Mães do Borel* com as *mães do IPS e as mães do ESE* poderia resultar num grupo com mais força e poder para interferir na rotina das instituições de privação de liberdade para adolescentes infratores.

3.2. O encontro com outros grupos de mães

Em 1998, o filho de Rute comete o primeiro ato infracional e é apreendido pela polícia. Ela tinha medo de que ele fosse encaminhado para uma instituição de privação de liberdade, porque já sabia, pela experiência com as *Mães do Borel*, que o trabalho desenvolvido nas unidades de internação não conseguia causar nenhuma transformação positiva na conduta dos adolescentes. Ao contrário, as mães acreditavam que seus filhos saíam de lá modificados para pior e mais envolvidos com a criminalidade. Para as mães, os adolescentes tornavam-se agressivos e mais distantes da família. O conhecimento negativo

sobre o papel da instituição de atendimento aos adolescentes infratores, fez com que ela escrevesse uma carta para o juiz representante da 2ª Vara da Infância e Juventude.

Na carta, solicitava que o juiz aplicasse uma medida em meio aberto, que ele não fosse afastado da família e internado numa instituição fechada, onde aprenderia somente coisas ruins, influenciando negativamente sua formação pessoal. Ela já sabia, devido às informações passadas pelas *Mães do Borel*, que a internação deturpa a personalidade dos jovens. Tomou, portanto, a iniciativa de tentar intervir na decisão do juiz e persuadi-lo a aplicar uma medida socioeducativa em meio aberto. Ela acreditava estar unicamente solicitando à autoridade judicial que levasse em conta o fato de seu filho apenas “*ter puxado a bolsa de uma senhora na rua*”, ao qual, de acordo com a legislação, poderia ser aplicada uma medida socioeducativa mais adequada a este tipo de infração cometida, como, por exemplo, a prestação de serviço à comunidade ou a liberdade assistida. É uma determinação do Estatuto que, em casos de ato infracional de natureza leve, não sejam acionadas medidas socioeducativas em regime fechado. Portanto, o adolescente tem a oportunidade de reparar o erro que cometeu por meio da liberdade assistida ou da prestação de serviço à comunidade¹³.

Uma vez que acreditou que seu filho poderia dispor dos direitos contidos no Estatuto, entregou uma carta ao juiz da Vara da Infância e Juventude em que se apresentou como uma mulher moradora de uma favela e que desenvolvia há muito tempo um trabalho voluntário com a juventude da localidade através do teatro popular. Relacionava a iniciativa do teatro comunitário, como uma ação compensatória da cidadania restrita dos jovens moradores de favelas.

Ela tinha esperança que a autoridade judicial levasse em consideração a dificuldade que um adolescente de uma família pobre tem para conseguir sobreviver. Pediu, pois, uma oportunidade de resolver o problema de seu filho no âmbito familiar, comprometendo-se,

¹³ Na liberdade assistida, o adolescente permanece no meio familiar e é acompanhado por uma equipe interprofissional responsável por inseri-lo em serviços sociais básicos como educação, saúde e assistência social. Na prestação de serviço à comunidade, o adolescente é encaminhado para uma instituição onde ele possa prestar serviços voluntários para benefício da comunidade.

em seu papel de mãe, a ficar mais cuidadosa com as atitudes dele. Tudo isto, porque temia as conseqüências do que se aprende com a institucionalização.

É uma mistura de garotos, um que cometeu crime com outro que é drogado, quer dizer meu filho acabou chegando e se misturando com essa história, mas aprendendo toda uma história que não tem nada a ver com o socioeducativo, mas sim marginalismo, né.

Apesar de todo esforço, não teve nenhum retorno dessa carta. Na verdade, nunca teve como falar com o juiz, a não ser nos dias de audiência, dos quais se recorda como momentos em que foi proibida de dirigir a palavra à autoridade jurídica.

Eu nunca consegui ter acesso ao juiz, a única coisa que tive foi na audiência de meu filho, ele sequer deixou eu abrir a boca, né. Com muitas agressões a mim, com muita agressão ao próprio Maurício, né. Pelo ato que ele teria cometido.

Ela temia que seu filho voltasse, pra casa, mentalmente modificado pelo contato com outros adolescentes envolvidos com delitos mais graves e o uso de drogas e, também, pela disciplina de punição física praticada por alguns agentes do sistema socioeducativo. Ela ouvia as histórias de outras mães da comunidade, cujos filhos foram internados, e que não acreditavam no trabalho desenvolvido pela instituição, porque quase sempre encontravam seus filhos com marcas de espancamento pelo corpo, doentes, mal alimentados e altamente deprimidos. O forte receio de ver seu filho mudado por tal experiência foi infelizmente concretizado. Desde então, para ela, o filho nunca mais foi o mesmo.

Fui perdendo mão do meu filho (...) Enfim, meu filho acabou chegando lá. E se misturando com toda essa história, mas aprendendo toda uma história que não tinha nada a ver com sócio-educativo, mas sim com marginalismo, né?

Este tipo de queixa é muito comum entre as mães. Há um sentimento de perda dos filhos quando são institucionalizados. O desligamento dos filhos pode ser causado de uma forma mais traumática, com a morte do adolescente num confronto entre policiais ou quadrilhas rivais do tráfico de drogas. Ou, então, a separação da família é provocada pela aproximação mais estreita com o crime. O jovem continua a cometer novos delitos, passa toda a sua adolescência. Até completar a maior idade, entrando e saindo do sistema sócio-

educativo. As idas e vindas no sistema provoca um afastamento do jovem de seu meio social e familiar: se for encaminhado para escola, ou se já estiver nela, a sua permanência torna-se difícil, porque há uma resistência em aceitar em sala de aula um adolescente que esteja envolvido com um processo judicial. Inclusive os pais de seus amigos proíbem o convívio dos jovens infratores com os filhos não-infratores¹⁴.

A suposição do desvio de conduta devido ao contato com outros adolescentes infratores cria o isolamento do jovem, marcado socialmente por ter quebrado regras sociais. O estigma reafirma que ele infringiu normas legais e, portanto, vai permanecer com as mesmas práticas. Fixam-se, assim, seu destino e a condenação ao envolvimento com a criminalidade. A reafirmação dos estigmas da pré-determinação para criminalidade é confirmada, quando o adolescente não consegue ser aceito em espaços sociais como a escola. Inclusive nos casos, segundo o depoimento das mães entrevistadas, em que a forma como o adolescente é tratado pela instituição denuncia a marca desonrada do ato infracional. A reclamação ao funcionamento dos Centros de Reintegração e Atenção ao Menor (CRIAM) é exemplar nesse sentido.

O meu filho foi passando de um CRIAM [Centro de Reintegração e Atenção ao Menor] pro outro, sofreu várias ameaças, eu ainda segurei o meu filho dentro do CRIAM durante nove meses mais ou menos, pra poder ver se ele saía limpo de, sem nenhuma sujeira que, que... que ele num saísse evadido, né? Mas no fim ele não agüentou mais, porque não promove nenhum tipo de medida socioeducativa, mas sim *spancativa*.

De acordo com os depoimentos das mães, a evasão do CRIAM é uma prática comum entre os adolescentes que são, inclusive, incentivados, pelos próprios profissionais, a escolher entre “*pular ou apanhar*”. O *pular* representa uma postura de descrédito por parte dos profissionais na mudança de conduta dos adolescentes. No CRIAM, o atendimento é voltado para o adolescente sob medida socioeducativa em regime de semi-liberdade, no qual o adolescente deverá realizar atividades de escolarização ou profissionalização, devendo, sempre que possível, utilizar os recursos existentes na comunidade. Portanto, segundo a legislação, o adolescente pode realizar atividades externas independente da determinação judicial.

¹⁴ Observei que, nos dias das reuniões do *Movimento Moleque*, as mães lamentavam o isolamento do seus filhos pelo fato de serem infratores.

Se, por acaso, o adolescente não retorna, depois de realizar suas atividades escolares ou de trabalho ou percebe que lhe é facilitada a fuga da instituição, a evasão representa, para certos funcionários, um benefício. Isto porque, quanto menor o número de jovens presentes, menor também é o tempo de trabalho dispensado, uma vez que tal comportamento segue a lógica do descrédito numa nova direção na trajetória de vida do jovem. Com este raciocínio o destino do jovem está traçado: passar boa parte de sua vida aprisionado ou ser mais um nas estatísticas de homicídio.

No caso de seu filho, Rute conseguiu fazê-lo retornar ao CRIAM por um período considerável. Ela, porém, sustenta que o adolescente não suportava a forma como era tratado pela instituição. Era um paradoxo estar cumprindo por um ato considerado ilegal, quando, dentro da instituição, a quebra das normas legais era uma constante, como por exemplo, a ocorrência de venda e de uso de drogas entre adolescentes e certos funcionários.

De modo que, um dia, seu filho decidiu não voltar para o CRIAM e a instituição, por sua vez, não fez nenhuma tentativa de buscá-lo em casa. Em seguida, seu filho continuou a se envolver em outros delitos. Mas ela, por outro lado, não desanimou no trabalho com as *Mães do Borel* e as *mães do CEAP*, continuou sua procura incansável por tentar modificar o destino dos jovens pobres e moradores de favelas. Dispor-se dessa maneira resultou no fato de ela tornar-se presidente da Associação de Moradores da Comunidade da Indiana.

Em 2000, candidatou-se ao cargo de vereadora no município do Rio de Janeiro. Na ocasião, teve pleno incentivo dos moradores de sua comunidade que apoiaram sua candidatura, acreditando nos benefícios de ter uma representação local na Câmara Municipal Legislativa. Rute Sales foi candidata à vereadora com o propósito de lutar pela vida dos jovens da comunidade que eram vítimas da violência policial e de injustiças sociais causadas pelo desemprego, baixa escolaridade e desqualificação profissional. Rute tornou-se então - espelhada no trabalho de sua mãe - uma líder comunitária.

Na ocasião da candidatura ao cargo público, já vinha desenvolvendo um trabalho de organização das mães junto às *Mães do Borel* e às *mães do CEAP*. De modo que, uma de suas propostas de campanha era o incentivo à criação de uma representação política para as mães com filhos infratores, “*E aí eu coloquei no meu panfleto de criação, é, apoio à associação de mães com filhos em conflito com a lei, então as mães votaram em mim coisa e tal.*” Assim, unidas, poderiam interferir estrategicamente na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, na busca de um projeto efetivamente educativo para o sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro.

Recorda-se, com orgulho, da maneira como obteve recurso para a produção de sua campanha eleitoral: contou com o trabalho voluntário dos seus amigos e vizinhos que distribuía panfletos por toda cidade, colocavam cartazes pelos bairros e nas feiras populares. Nos dias de comícios promovidos pelo partido (Partido dos Trabalhadores), os amigos organizavam venda de lanches na intenção de arrecadar fundos para financiar os gastos com transporte, panfletos, fotos. Embora, não tenha conseguido se eleger com o total de mil votos apurados, alega que seu nome ficou bem conhecido e isso ajudou-a a fortalecer o trabalho com as *Mães do Borel* e com as *mães do CEAP*.

Em 2001, seu filho é internado na Escola João Luiz Alves (EJLA) e passa a ter contato com as mães e familiares que visitam os adolescentes. Rute começa então a conversar com algumas mães sobre a situação de seus filhos e recebe um convite da diretora do EJLA para ajudá-la no Projeto Escola de Pais da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro que funcionava na unidade em que seu filho estava internado.

O Projeto Escola de Pais consistia na reintegração familiar de crianças e adolescentes por meio de ação socioeducacional junto aos pais. Educação, saúde e cidadania são os temas triviais das oficinas realizadas. Nos encontros, as assistentes sociais ou psicólogas orientavam as famílias dos adolescentes a respeito da educação de seus filhos, da necessidade de compreensão dos responsáveis sobre os fundamentos do ato infracional e da medida socioeducativa.

A participação de Rute no Projeto Escola de Pais era importante para mobilizar as mães a fazerem um esforço para estarem presentes a estas reuniões. Em muitos casos, as mães são as únicas a manter o vínculo com o filho quando ele está internado, mas para ela o tempo e o recurso material não são suficientes para cuidar dos filhos institucionalizados. Visto que o número de participantes era baixo e Rute tinha o perfil de uma mãe liderança latente, a equipe da EJLA percebeu que seria proveitoso utilizar estas características dela para viabilizar a permanência do acompanhamento das famílias. Por outro lado, Rute aproveitou o convite para agregar também as mães da escola onde seu filho estava internado. Em função disso, visitou as demais unidades e conheceu o trabalho que Dalva, Valéria, Márcia e Norma estavam desenvolvendo na organização dos familiares no Instituto Padre Severino (IPS) e no Educandário Santo Expedito (ESE).

Com isso, ela percebe que existia um grupo de mulheres decididamente interessadas em defender a vida dos adolescentes que se queixavam dos abusos verbais, dos espancamentos e punições arbitrárias praticados por agentes de disciplina. A partir daí, se reuniam para discutir problemas comuns enfrentados nas diferentes unidades de internação para meninos infratores, tais como: as condições de higiene das unidades, os alimentos estragados servido nas refeições e a falta de água potável para beber; de remédios e de assistência médica, de preparo técnico de alguns profissionais, os casos de espancamento dos meninos como metodologia de educação e disciplina, o uso e o comércio de drogas dentro das unidades, bem como a falta total de atividades de lazer ou profissionalização para os jovens institucionalizados.

Tais problemas eram combatidos por meio de denúncias na mídia. Em certas ocasiões, as mães entravam no conflito direto com a direção das unidades, reivindicando o cumprimento do estatuto ou ameaçavam buscar apoio nas entidades de combate à violação de direitos humanos. Nesse instante, Rute, com as *Mães do Borel*, as *mães do CEAP* e as *mães do EJLA*, juntou forças com Norma, que representava as *mães do IPS*, Valéria e Márcia, que estava à frente das *mães do ESE*.

Em 2002, receberam apoio institucional da Associação Beneficente São Martinho, que forneceu estrutura e local para o atendimento às famílias. A Organização de Direitos

Humanos - Projeto Legal prestava assistência jurídica às famílias. Além do incentivo destas entidades, as mães conheceram um pai: Roberto Girard que, ao observar o modo como as mães estavam organizadas, de imediato, sugeriu que elas buscassem uma forma de instituição jurídica do grupo e se prontificou a ajudá-las nessa empreitada. Colocou-se à disposição como voluntário, pois justificava a sua vontade devido à experiência com uma filha adolescente usuária de drogas, que estava respondendo pelos seus atos no cumprimento de uma medida socioeducativa de liberdade assistida.

A entrada de Roberto foi interpretada, por elas, como um saldo positivo no alcance de objetivos das mães reunidas num propósito de institucionalizar a existência de um grupo de mães em defesa da dignidade humana dos adolescentes infratores. À medida que procuravam reconhecimento social, sentiram a necessidade de esclarecimento sobre o processo de institucionalização do grupo. No entanto, Rute avalia que os resultados não foram tão satisfatórios quanto ela esperava, porque a chegada de Roberto gradativamente interferiu na sua exclusão do papel de representante do grupo que posteriormente formariam: a Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei.

3.3. A formação da AMÃES

Em 2002, aconteceu a transferência do Governo do Estado para a vice-governadora Benedita da Silva, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram nove meses de governo de uma mulher negra, comprometida com a questão racial. Em cerimônia no Palácio da Guanabara, foram nomeados alguns negros para compor sua equipe de governo. Destaco, em especial, a posse da Secretaria de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário por Vânia Santana de Jesus, que provocou alterações no direcionamento administrativo do programa sócio-educativo do Estado¹⁵.

O Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE, que era da responsabilidade da Secretaria Estadual de Segurança e Justiça, passa então para a gestão da Secretaria

¹⁵ Ver documenta anexo.

Estadual de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário que seria administrada por Vânia de Jesus Santana, uma ativista do movimento negro e do movimento de mulheres.

A nomeação de ativistas negros para compor a equipe da secretarias de governo foi interpretado por Rute como uma oportunidade única para as mães que se juntaram a ela a fim de fazer uma intervenção conjunta nas práticas instituídas no sistema sócio-educativo. Isto porque, sendo ela também integrante do partido, poderia articular um espaço para a realização das expectativas das *Mães do Borel, do CEAP, do EJLA, do IPS e do ESE*.

Foi a oportunidade na qual ela acreditou como sendo o momento em que as mães poderiam ter algum poder de decisão na política socioeducativa do Estado. Ela, com sua trajetória no partido, providenciou uma interlocução das mães e a Secretaria de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, por ora responsável pela gestão do sistema socioeducativo.

Aí eu falei assim: gente esse é o momento, né? Porque eu tenho uma sacação das coisas assim, aí eu falei esse é o momento. Aí comecei chamar Valéria, Dalva do ESE, comecei chamar as mães do Borel, as mães do JLA. E aí falei assim: a gente tem que tomar essa Secreta... Se esse grupo toma essa Secretaria, nós temos que buscar o nosso espaço lá dentro, porque o DEGASE deve ir para lá.

O momento político possibilitou, em certa medida, uma concreta interferência das mães na implementação da política socioeducativa: foi cedida uma sala no prédio da Secretaria Estadual do Trabalho e Renda (SETRAB) para a realização das reuniões semanais. Com a interferência de Rute, o grupo de mães adquiriu mecanismos de controle e de participação no programa de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, posto que tinham liberdade para visitar as cinco unidades de internação e mobilizar outras mães para fortalecer a luta do grupo e, também, encaminhavam, para a Secretaria de Direitos Humanos, as denúncias de irregularidades observadas nas unidades de internação.

Devido ao engajamento político de Rute com o Partido dos Trabalhadores e com o CEAP, manteve um canal de comunicação com a secretária Vânia Santana, que atendia as reclamações do grupo de mães. Rute exerceria o papel de porta-voz das mães,

encaminhando as denúncias de irregularidades, que ferissem os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificadas no atendimento ao jovem privado de liberdade. Enquanto isso, Dalva, Norma, Valéria e Márcia continuaram a fazer o trabalho de visitas às unidades do DEGASE, instruindo as famílias a verificar se os adolescentes sofriam algum tipo de violência.

Com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, o grupo de mães, mobilizado por Rute, pôde organizar um seminário sobre a situação dos jovens internados nas unidades do DEGASE. Para este evento contaram com a presença de representantes da Secretaria de Educação e de Cultura do Governo do Estado, do Juizado da Infância e Juventude, de entidades não governamentais de defesa dos direitos humanos e, também, puderam patrocinar a viagem de Conceição Paganelle, mãe da Associação de Mães e Amigos das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco – AMAR - de São Paulo.

Rute lembrou que o seminário foi uma das mais significativas ações que o grupo já havia empreendido, já que conseguiram organizar um evento com apoio do poder público, e no qual os familiares poderiam discutir, com representantes do poder executivo e do legislativo, o programa de atendimento socioeducativo do Estado. No entanto, ela recorda também que esse foi o início de seu desligamento do grupo, porque o Roberto Girard insinuava que ela estaria *do lado do governo*, alegando que o grupo se descaracterizava, ao receber apoio da Secretaria de Direitos humanos para subsidiar seus objetivos.

Mas o Roberto tentou desarticular, desde um Seminário que a gente criou – foi o primeiro seminário da AMÃES. Eu usei toda estrutura da Secretaria! Porque as mães não tinham estrutura... A gente não tinha estrutura pra montar aquele Seminário, né. Mas a estrutura da Secretaria pra gente podia ser ótima. O Roberto começou a falar com as mães que eu tinha mudado de lado, que eu tava do lado do governo; e que o seminário era das mães e não da Secretaria.

Era evidente que a histórica trajetória de Rute com as *Mães do Borel* e do *CEAP* e também as relações que mantinha com o partido e com o governo naquele momento contribuiriam decisivamente para o processo de institucionalização do grupo de mães e impulsionaria a ocupação do cargo da presidência da almejada associação de mães. No entanto, a informante relata que o Roberto Girard, que se dizia pai de uma adolescente também

infratora, tinha pleno interesse em tomar pra si a posição de liderança das mães. *“Ele já tava dando o golpe... Na realidade, ele já tava registrando a Associação, ele como Presidente... Tava fazendo toda uma estória que a gente não sabia.”*

Após o seminário, Roberto decidiu, com as outras mães, que iriam modificar o local de reunião do grupo, pois não poderiam continuar utilizando um espaço de uma secretaria do Governo do Estado. A informante relatou que ele fez de tudo para que ela não participasse dos encontros e das ações do grupo, modificou local e data das reuniões, sem comunicar a ela as decisões. Ela acreditou que a saída do grupo foi uma obra desse pai, que começou a questionar a sua conduta dentro da Secretaria de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, alegando que ela estava *“do lado do governo”* e não encaminhava as denúncias apontadas pelas mães.

A representação do grupo na secretaria e o trabalho de organização das mães nas unidades de internação demandavam maior dedicação, *“Aí eu fiquei entre a secretaria e a associação de mães, quer dizer, era muita coisa, né.”* O acúmulo de trabalho dentro da secretaria fez com que ela deixasse em segundo plano a articulação com o grupo, reconhece que sua ausência também contribuiu para sua saída do grupo, *“E o Roberto foi tomando um pouco esse espaço, porque eu não podia estar em todas as reuniões.”*

Mas depois disso eu perdi, a AMÃES, né. Porque ele modificou o local de reunião, que foi pra Santa Teresa, inclusive, na casa da Márcia, é... Não atendia o telefone quando eu ligava... Eu num sabia onde era a reunião, não sabia o endereço, não sabia nada! Entendeu? Então, quer dizer, fiquei... Tomaram a Associação de mim... De assalto! ...Sem eu nem saber onde estava, né? E aí, nesse tempo, eu fiquei muito desanimada, mas como eu já estava dentro da Secretaria de Direitos Humanos, eu falei assim: - Bom, eu aqui eu tô conseguindo modificá muita coisa... – Eu continuei meu trabalho... Né. Continuei o meu trabalho de entrá dentro das Unidades.

O desânimo com o grupo não significou a anulação da luta em defesa dos adolescentes em conflito com a lei. Rute foi-se envolvendo cada vez mais com as intervenções que fazia nas unidades: conseguiu apoio da Secretaria Estadual de Ação Social, dentro das unidades de internação de atendimento assistencial aos adolescentes e suas famílias, colocou um veículo para transportar os adolescentes para atendimento médico, pôs uma equipe para

atender os adolescentes sem documentação civil. No entanto, ao término dos nove meses do governo de Benedita da Silva, o trabalho que a secretaria estava desenvolvendo foi anulado.

Com a perda, tentou novamente procurar o grupo de mães, que já estava juridicamente organizado como uma Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei sob a presidência de Roberto. Rute soube que os representantes da associação se reuniam na sede da Organização de Direitos Humanos – Projeto Legal, tentou conversar sobre seu interesse em retornar para as atividades do grupo. Porém, as mães que estavam representando a associação de mães sob a presidência de Roberto, disseram que Rute não poderia ser atendida sem agendamento prévio. Rute sentiu-se muito afetada com a recepção que recebera e voltou pra casa pensando que não iria se envolver nunca mais com tais problemas. Até porque, havia passado também por muitas disputas dentro da secretaria.

Aí o pessoal queria que eu fizesse uma Assembléia pra tirar ele, aquela coisa toda, mas eu perdi a vontade, sabe?... Saí dali muito triste. Aí peguei e voltei pra casa, falei: - Quem saber duma coisa: Eu não vou mais mexer com isso; eu me aborreci muito... Eu dentro da Secretaria já tive muitas brigas, né... Assim, pra fazê a coisa funcionar... É... Então, quer dizer, eu vou largar isso pra lá.

No mesmo ano (2003) em que desistiu de continuar envolvida com as atividades da AMÃES, o filho de Rute é apreendido pela polícia e internado no Instituto Padre Severino. Dessa vez, estava excluída do grupo de mães e também desanimada de voltar para o cotidiano de sofrimento e humilhação que as mães enfrentam quando estão com o filho internado. No entanto, a vida pública de Rute não estava totalmente anulada, porque ela continuava a participar dos debates e encontros do seu partido. Numa dessas saídas, recebeu o convite de um amigo para procurar assistência jurídica na Fundação Centro de Defesa Bento Rubião. A decisão de não abandonar seu filho numa unidade prisional para adolescentes infratores resultou no seu encontro com Mônica Suzana.

Quando Rute Sales procurou ajuda jurídica para seu filho na Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, encontrou-se com Mônica e tomou conhecimento de que esta estava à procura de uma *mãe* com o perfil adequado para ajudá-la no trabalho que desenvolvia junto às mães do sistema socioeducativo, por meio do *Projeto*

*Desquebrantos*¹⁶ da Fundação Bento Rubião. Por sua vez, Mônica Suzana, quando conheceu Rute Sales percebeu, de imediato, que havia encontrado a companheira ideal para organizar as mães em um grupo político reivindicativo por direitos aos adolescentes infratores.

Nas sessões seguintes, faço uma apresentação dos acontecimentos que contribuíram para Mônica vir a se tornar uma referência para as mães que visitavam seus filhos no Educandário Santo Expedito. Mas, antes de passar para a quarta sessão deste capítulo, faço uma descrição do desenlace da AMÃES, de acordo com as informações de uma mulher que esteve acompanhando o andamento da associação.

Em fevereiro de 2003, foi publicado no site da Rede do Terceiro Setor (RITS)¹⁷ um informativo sobre a Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei (AMÃES), cuja finalidade é prestar assistência social e jurídica às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Na reportagem eletrônica, Roberto Girard é apresentado como coordenador executivo e de gestão da AMÃES, que conheceu as histórias de certas mães com filhos infratores e que, ao tomar conhecimento das experiências relatadas, se sentiu comovido e teve a iniciativa de ajudá-las na estruturação do grupo: *“Elas iam às unidades para protestar, mas não tinham nenhuma estrutura de organização. Não sabiam como proceder para obter ajuda”*.

Em março de 2004, o site a “Voz do Cidadão”¹⁸ publicou uma mensagem da AMÃES, em nome do coordenador Roberto Girard, na qual informava o objetivo da associação: *“defender menores entregues ao cuidado do DEGASE, pois os adolescentes são alvo da violência praticada por agentes de disciplina do sistema socioeducativo. A finalidade da publicação era sensibilizar o leitor a ajudar a causa da associação por meio de doações.*

Entidade, empresa ou cidadão comum pode fazer doações, se engajar na equipe de voluntários, divulgar a ação da entidade, participar de campanhas, adotar jovens em recuperação, empregar as mães desses mesmos jovens, além de muitas outras atividades. Seja um cidadão!

¹⁶ Ver documento anexo

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

Em abril de 2004, tive a oportunidade de entrevistar uma das integrantes da AMÃES que se apresentou como uma das diretoras da associação que tem Roberto como presidente. Na ocasião, estava à procura de dados sobre o grupo para escrever o Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social. Conversamos sobre como foi a sua experiência com a institucionalização de seu filho. Ela relatou os problemas *financeiros* da AMÃES, declarou que os representantes estavam um pouco dispersos, cada um para seu lado, trabalhando de forma isolada. A escassez de recursos dificultava a reunião do grupo e, para enfrentar tal problema, elaboraram um projeto social para ser encaminhado para o concurso da Petrobrás que estava incentivando projetos na área de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Todos estavam aguardando o resultado da seleção de financiamento para continuar as atividades da AMÃES. Um ano após a entrevista, contou-me que, infelizmente, os integrantes da associação não estavam fazendo nenhuma atividade. O resultado do concurso não foi favorável. Avalia, pois, que, sem recursos financeiros, não teria condições de sustentar o desempenho das atividades do grupo.

3.4. Mulher, mãe e vida familiar: a história de uma mãe-liderança

Mônica Suzana, após o desempenho da liderança no grupo em apreço, assim se apresenta: uma mulher negra, de 39 anos de idade, solteira e mãe de três meninos e que conseguiu concluir o primeiro grau. Ao longo de sua vida, teve contatos esporádicos com seus pais biológicos, sendo adotada por uma família residente em Botafogo, bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Começou a trabalhar aos quatorze anos de idade, estratégia que utilizou para conseguir um pouco mais de autonomia. O trabalho foi assim uma forma intencional de viver uma liberdade que sempre procurou, acreditando que, com seu próprio dinheiro, poderia alcançar certo grau de independência frente aos cuidados de seus pais. Foi no supermercado onde trabalhava como empacotadeira que conheceu o homem com quem veio a se casar e constituir uma família. Casou-se aos quinze anos, acreditando que não poderia se sentir honrada diante das acusações morais que recebia pela prática sexual

anterior ao casamento. Destaca, assim, sentir-se influenciada pela idéia de que, após perder a virgindade, uma mulher, para ser respeitada, precisaria estar ao lado de um homem.

Essa concepção da mulher que associa perda da virgindade à da dignidade, salva, contudo, pelo casamento, foi um juízo de valor construído pela família e os amigos para convencê-la a não prosseguir solteira. Mônica, ao contrário, supunha que, ao praticar o relacionamento sexual com seu namorado, poderia ir às festas e se divertir, sem precisar pedir autorização aos pais. Poderia, então, desprender-se da imposição de convenções sociais com as quais não concordava.

Eu perdi minha virgindade numa de que, achando pra mim na época, perder a virgindade foi ganhar a liberdade (...) eu achava que uma mulher que não era mais virgem era mais livre (...) A minha mãe desde o momento que eu perdi minha virgindade, não aceitou que eu não casasse.

Teve seu primeiro filho com dezesseis anos de idade, uma gravidez planejada e muito desejada pelo casal. Contudo, esperava ansiosa para voltar a trabalhar fora de casa, ter seu próprio rendimento, sem precisar depender do dinheiro de seu marido. Esse desejo de sair um pouco do espaço da vida doméstica foi interrompido com uma nova gravidez, dessa vez inesperada, ocasionada pela suspensão do uso de anticoncepcionais, orientada pelo seu médico, para que pudesse tratar de uma doença ginecológica.

A informante destaca que, antes da gravidez, já havia tentado voltar ao mercado de trabalho, mas não permanecia por muito tempo. Logo que algo acontecia com seu filho, tinha que abandonar o trabalho. O pai não aceitava que nada de errado acontecesse com a criança e transmitia o dever de cuidar dos filhos para a esposa.

Os anos de casada foram para ela vividos num conflito entre as obrigações de cuidar da família, das tarefas do lar e o desejo de ser mais livre e agir segundo as suas escolhas. Viu-se, todavia, presa às vontades do marido, um estilo de vida distante dos seus sonhos de menina. Por já não suportar as contradições cotidianas de sua vida, separou-se do marido, almejando uma independência que até então não havia conhecido, porque, alega, que se sentia entediada com a rotina do casamento. Portanto, decidiu abandonar um estilo de vida

familiar, na intenção de ter mais liberdade para viver novamente experiências que foram interrompidas com as obrigações do casamento. Essa decisão não foi nada fácil de ser tomada, uma vez que todos ao seu redor advertiam-na de que, se se separasse do marido, perderia todo respeito social e seus filhos sofreriam as conseqüências desta atitude.

Mas as pessoas da época falavam assim: - Mônica, olha, uma mulher separada não tem valor, não! Quando os filhos vão para a escola, porque a mãe é separada todo mundo fala, todo mundo comenta... No quartel eles não são aceitos, porque é filho de pai e mãe separado... Então isso me matava!

Mesmo diante de tantas idéias confusas, impedindo a realização de vontades pessoais, decidi sair de casa, após quase doze anos de casamento. Mudou-se para a casa de seu pai biológico, num bairro da Baixada Fluminense, com seus dois filhos. Todo dia saía de madrugada para trabalhar e levava o filho mais velho para o colégio. O caçula, com oito anos, parou de estudar. Um cotidiano de sacrifícios, pois chegava à estação ferroviária às quatro da manhã, providência necessária para que o seu filho concluísse primeiro grau, não perdendo, assim, a oportunidade de continuar com a educação escolar da rede privada de ensino. Os pagamentos das mensalidades eram garantidos pelo pai da criança, única ajuda financeira recebida após a dissolução do casamento.

Mônica permanecia boa parte de seu dia realizando esse trajeto, além de encarar um outro ritmo de vida, com mais restrições econômicas para cuidar de seus filhos. Tempos depois, por não suportar ver a criança madrugando dentro de um trem, solicitou ao seu ex-marido permissão para morar em sua antiga residência. Nesta casa, ela e seus filhos ficariam mais próximos do trabalho e da escola. Contudo, ela pagava o aluguel da casa e mantinha as despesas com sustento das crianças.

Na sua concepção, separar-se do marido seria a solução para ter mais liberdade, já que era ele quem a proibia de trabalhar ou freqüentar festas. Mas, em entrevista, sustentou que foi difícil suportar a decisão de ser mãe solteira, porque não teve apoio de ninguém. O ex-marido, quando visitava os filhos, dizia *“a mamãe não queria o papai de volta.”* E por este motivo, estavam passando por dificuldades e comendo somente arroz com feijão. Concluiu, acreditando que o seu primeiro marido fazia chantagem emocional para

pressioná-la a reatar o casamento. Mas ela estava decidida a se aventurar numa nova vida e se casou pela segunda vez.

A convivência com seu segundo marido foi marcada por um cotidiano de desarmonia, ocasionado pelo uso das drogas, ocasião em que era agredida fisicamente por ele. Alegando uma forte paixão, pressupôs que sua dedicação e amor poderiam modificá-lo, a ponto de vir a ser um bom companheiro e uma referência mais adequada para seus filhos, *“Aí vinha as brigas, ele me batia. A primeira surra que ele me deu, eu tinha dezessete dias que tinha acabado de dar a luz ao filho dele. “*

De acordo com os esclarecimentos da entrevistada, certos aspectos vividos por ela foram marcantes na imposição na ausência de liberdade. Primeiro, a repressão por praticar relação sexual fora do casamento e, por consequência, as atribuições da maternidade impediram que tivesse um trabalho remunerado. Durante certo tempo exerceu o papel de esposa dedicada às vontades do cônjuge, sufocando seus desejos, em favor do consentimento das obrigações ditas da esposa e de mãe. No segundo casamento era agredida fisicamente pelo marido; mesmo insatisfeita, viu-se diante da imediata aceitação do controle do marido, porque acreditava que ela poderia modificá-lo e torná-lo um bom marido e uma boa referência masculina para seus filhos. Todos esses constrangimentos podem ser percebidos na construção da individualidade de Mônica.

Mônica foi oprimida pelo valor moral atribuído à virgindade e ao casamento, instituições sociais de construção e afirmação da honra feminina. A maternidade é traduzida como dedicação da mulher aos cuidados com as tarefas domésticas e a educação dos filhos e a paternidade como a função masculina de principal provedor do sustento material da família. Em entrevista, declarou sua insatisfação em se sentir presa às amarras dessa moralidade socialmente honrada para a mulher.

Aquela vida não era uma vida pra mim, que eu não queria pra mim, as circunstâncias da vida me levou a ela, eu queria viver o que eu tinha pensado pra mim, a liberdade, a vida... assim eu era muito controlada pelo meu marido, né?

Mônica é, pois, um indivíduo socializado segundo os valores morais de que não poderia conhecer a relação sexual fora do casamento. A atribuição do casamento, por sua vez, limitava a possibilidade de trabalhar ou participar de outros eventos sociais. Pronta para modificar sua própria vida, decidiu abandonar a vida de casada com seus valores socialmente honrados e legitimados, para se aventurar a viver a tão esperada liberdade. No entanto, suas frustrações se agravam ao se deparar com o ônus social por romper com as convenções impostas.

3.5 Liderança feminina, moralidade exemplar e vida pública

O tema relativo ao casamento e à maternidade serão questionados, um pouco depois, quando ela se viu envolvida com a liderança de um grupo de mães com filhos infratores. Ela deixa de ser um sujeito invisível e dominado por convenções sociais e passa a ter uma identidade pública. O percurso que essa mulher traçou, ao redefinir a direção de sua vida a partir do sofrimento de seu filho, mesmo que não fosse essa sua intenção, colocou-a numa posição contestadora do próprio significado de ser mãe. O caminho percorrido por ela (em parceria com outras mulheres), em busca da dignidade dos adolescentes em conflito com a lei, pode levá-la a reinventar a sua própria existência e lugar no mundo.

O grupo de mães constituído por Mônica Suzana e Rute Sales não pode abalar, como desejam seus adeptos, as bases em que se afirma a estrutura institucional construída para controle de adolescentes em situação de privação de liberdade. Entretanto, a entrada dessas mulheres na vida política tem o poder de resignificar trajetórias e dar um novo sentido para a forma de viver a maternidade e o significado de ser mulher.

Nesse novo contexto, a maternidade não é mais pensada como uma função social atribuindo apenas à mulher as tarefas de cuidado com os filhos no espaço doméstico. A maternidade, quando une mulheres em prol de seus filhos, transporta os cuidados circunscritos ao espaço privado do lar para o universo público. A maternidade é uma representação central na identidade feminina. Por meio dela, essas mulheres se uniram. Mônica Suzana e Rute Sales, por sua vez, ocuparam um lugar privilegiado de liderança,

através da competência reconhecida pelas outras mães, pelos adolescentes e pela própria equipe de trabalho das instituições de privação de liberdade onde seus filhos estavam internados.

O amor materno é um sentimento carregado de ambigüidades e contradições, uma constatação clara no discurso de Mônica Suzana. Por um lado, admite que os cuidados com os filhos sejam tarefas que somente seriam bem realizadas se pelas mãos de uma mãe, razão determinante da culpa internalizada diante do ato infracional de seu filho. Por outro, o amor materno é um processo em constante construção, razão pela qual pode levá-la a reelaborar um novo sentido para o papel social de ser mãe. De acordo com a declaração de Mônica Suzana ela passou a ser reconhecida como uma *mãe-liderança*, ao se referir como era chamada, quando teve seu filho internado pela terceira vez, no Educandário Santo Expedito¹⁹, “*Eu virei uma mãe-liderança dentro do presídio do ESE, do nada, sem saber.*”

O contato de seu filho com o sistema socioeducativo provocou uma virada de rumo na sua vida: saiu do anonimato de uma vida dedicada às questões familiares inseridas no âmbito doméstico para ser uma liderança feminina, levando, para o espaço público, lutas específicas da mulher.

O primeiro ato infracional do filho foi seguido por outros. Mônica percebeu-se totalmente sem apoio familiar e o pai do adolescente não prestou ajuda alegando: “*não estou aqui pra sustentar marginal.*” Mesmo sabendo que ela estava desempregada e sem condições financeiras de comprar material de higiene, de alimentação e sem dinheiro para pagar as passagens de ônibus; negou qualquer tipo de auxílio ao seu filho.

Mônica, neste desamparo, chegou inclusive a ficar na porta de supermercados pedindo ajuda para comprar comida; andava a pé e pedia carona para se deslocar de sua casa até ao Educandário Santo Expedito localizado em Bangu, zona oeste da cidade, “*Foi um*

¹⁹ Uma das cinco unidades de execução de medidas socioeducativas do Departamento Geral de Ações Socio-educativas da cidade do Rio de Janeiro.

momento muito difícil, eu nunca tinha passado fome, esse tipo de situação eu nunca tinha vivido.”

Ela ouvia o adolescente reclamar que dormia numa cama de cimento frio sem colchão, a presença de ratos era constante, no refeitório a comida servida vinha estragada e, além de tudo, apanhava todos os dias. Mônica, por um tempo, suportou calada a maneira como seu filho era tratado ao passar pelos órgãos do sistema de justiça. Um dia quando visitava o filho no Educandário Santo Expedito, verificou que todos os adolescentes estavam com visíveis marcas de agressões. Neste instante, teve a atitude de questionar a direção da unidade. Com isso, sobressaiu-se entre os responsáveis pelos adolescentes, assumindo a posição de mediadora dos conflitos entre os adolescentes, seus familiares e o corpo técnico do Educandário Santo Expedito.

Não foi de imediato que ela se contrapôs aos atos de violência física que seu filho sofreu nas delegacias, Centro de Triagem (CTR) e unidades de internação. O primeiro ato infracional foi cometido quando seu filho tinha 15 anos de idade em 2001. Vale conhecer a forma como Mônica foi modificando sua conduta ao longo das sucessivas entradas que o filho manteve nas unidades de internação para infratores.

Então ele foi roubar esse carro do delegado no dia 17 de novembro às nove horas da manhã, isso eu fui saber ao meio dia, estava na DPCA uma hora da tarde. Quando ele chegou algemado todo sujo e todo cheio de marcas, cheio de hematomas, a palavra exata é essa, pelo rosto, pelo corpo de tanto que ele apanhou desse delegado e de outros policiais, fizeram mesmo a lenha nele, a verdade mesmo foi essa.

O primeiro contato com o sistema socioeducativo deu-se ao receber um telefonema, informando que o filho estava detido na Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente - DPCA. Recorda que, antes de sair de casa para trabalhar, viu o adolescente uniformizado, pronto para ir à escola com o irmão caçula. Quando ela chegou à delegacia, não acreditou no que presenciou: deparou-se com ele todo sujo, hematomas pelo corpo e marcas da sola de uma bota em suas costas (provavelmente do policial). Havia enfáticos sinais de visível espancamento. Sua primeira reação foi questionar o policial que trazia o jovem algemado. Insistentemente perguntava pelo motivo de o menino se encontrar naquelas condições. O

policial responde de uma forma bem grosseira: - *“Na hora que vocês parem ladrão, vocês num vê. Aí quando ele tá aqui na delegacia, pronto! Ele é sempre bonzinho”*.

Comenta que, ao escutar aquela resposta desaforada, de imediato responde ao policial, argumentando ter dado a vida a uma criança, não a um bandido. Reavaliando, posteriormente, que essa era uma de suas características, justifica-se: *“eu sempre fui muito abusada, não sei se é um defeito ou uma qualidade, eu sei que sempre sou assim”*.

Essa foi a primeira experiência de Mônica com os agentes do sistema de justiça destinado à adolescentes que cometem ato infracional. Após esta primeira, ocorreram outras. Foi nesse processo de entrada e saída de seu filho do sistema, que ela foi construindo, com apoio de outros responsáveis (principalmente mães), sem que tivesse a intenção planejada, um grupo de mães preocupado com a maneira como os adolescentes infratores eram tratados pelo sistema socioeducativo.

No início, a sua única preocupação era a de que deveria contratar um advogado para tirá-lo daquela situação. Revelou que, até então, desconhecia totalmente o que seria um sistema socioeducativo, inclusive que, no Brasil, existia um Estatuto da Criança e do Adolescente desde 1990. Aliás, afirmou que a desinformação é generalizada entre as famílias dos jovens institucionalizados.

A primeira reação foi se sentir culpada, por pressupor não ter cumprido o papel de mãe como deveria, por ter propiciado a seus filhos o ambiente familiar do segundo casamento, muito conturbado e por sua ausência de casa, provocada pela necessidade de trabalhar freneticamente, chegando de madrugada, sobrando poucas horas para preparar a comida do dia seguinte. As crianças ficavam sozinhas em casa um cuidando do outro; enfatiza que a própria vizinhança imaginava que as crianças não tinham mãe. Nesse raciocínio, a mãe aparece como única e absoluta culpada pelas atitudes dos filhos. E por sua vez, os filhos são vistos como indivíduos sem autonomia e que passam a se envolver com o mundo do crime por não ter o controle da mãe.

Atribui-se a responsabilidade, por cumprimento indevido do papel de mãe, quando se diz culpada, principalmente por dedicar a maior parte do tempo que lhe restava ao seu segundo marido. Em certas ocasiões, põe em questão a negligência do pai das crianças. No entanto, atribui a si mesma a culpa pelo destino dos filhos.

A dissolução do casamento trouxe-lhe o encargo de criar os filhos. Quando o menino estava com quinze anos e cometeu o primeiro ato infracional, ela recordou que o sentimento de solidão se acentuou. Não recebeu apoio pessoal, nem mesmo do pai do adolescente. Ela acreditava no amor dele pelos filhos e nunca imaginou a possibilidade de abandono. Concluiu, assim, que as circunstâncias da vida apelavam para sua predestinação no cuidar e zelar pelos filhos e, sendo assim, somente ela seria adequada a dar uma solução àquele drama. Ressalta que é muito difícil não se sentir imprudente no exercício desse papel, mesmo sabendo que o ato do filho não deveria comprometer somente a mulher - percepção mais aguçada adquirida no decorrer do processo de construção do grupo de mães.

Também não tinha noção que ele tinha errado por coisas que eu tinha feito. Eu num... Eu num posso colocar isso, porque eu ensino às mulheres a não colocar isso pra elas, essa culpa... Eu num posso colocar isso pra elas, tá? Nós assim, eu num tenho culpa, mas tenho parceria... Tenho muita!

O sentimento de culpa pelos atos dos filhos é uma constante na fala das mães. Elas são questionadas pela família, os amigos e até mesmo pelos profissionais que trabalham nas instituições por onde passam seus filhos. Na declaração acima, a entrevistada deixa claro que é preciso muito esforço de sua parte para retirar a sobrecarga de culpa internalizada.

“*Eu me tornei uma mãe do ESE*”, sentencia Mônica, diante da maneira como passou a ser reconhecida dentro do Educandário Santo Expedito. Especialmente quando seu filho reincide no ato infracional, retornando a cumprir uma medida socioeducativa de privação de liberdade. Embora a instituição leve nome de *educandário*, está localizada na mesma calçada onde funciona o Complexo Penitenciário de Bangu. Isto para ela é uma contradição, já que durante a audiência do filho conversou com a assistente social do juizado, que lhe assegurou o encaminhamento do adolescente para uma escola, onde teria a

oportunidade de repensar sobre os atos cometidos. No entanto, lembra que ela teve uma imensa dificuldade de encontrar o endereço do educandário, porque estava à procura de uma escola de internação para jovens, mas as pessoas da localidade diziam nunca ter ouvido falar em tal escola, porque, na verdade, a instituição é conhecida como uma prisão.

O juiz, por sua vez, ao aplicar a medida socioeducativa, usa uma expressão explicativa da existência de um educandário para adolescentes estar localizado no mesmo espaço de uma penitenciária para adultos: - *“Bangu nele! bota ele em Bangu”*. Mônica, ao ouvir tal sentença, pensou que seu filho estivesse sendo encaminhado para Penitenciária de Bangu. Só depois veio a entender que não se tratava de tal encaminhamento, mas que, na sentença do juiz, havia um duplo sentido e predestinação. Geralmente o jovem, quando sai do sistema socioeducativo, não passa muito tempo (ao completar maior idade) para retornar a cometer delitos, sendo, então, enviado para o sistema prisional para adultos.

Foi na primeira visita ao educandário, que ela disse ter tomado consciência da gravidade do risco que ele estava sofrendo. Chegou à conclusão de que precisaria tomar alguma providência para não vê-lo chegar à porta de um cemitério. Assustou-se ao vê-lo com uma aparência horrível, de cabelo cortado à máquina, sujo, com uma escova de dentes pendurada no pescoço. O adolescente, ao vê-la, abraçou-a, chorou, dizendo: *“- Mãe, eu tô no presídio de Bangu”*. A entrevistada, quando relembra esse dia, sempre se emociona e não consegue conter as lágrimas.

No dia oito de março de 2003, percebeu que seu filho e os outros meninos estavam com marcas de espancamento pelo corpo, a área dos olhos machucada provavelmente por pancadas, ouvido saindo sangue e pus. Relatou não ter suportado presenciar o estado em que os adolescentes se encontravam e começou falar em voz alta e a exigir uma explicação imediata do sub-diretor do educandário.

Menciona que tentou intimidá-los com ameaças de trazer repórter para publicar os casos de tortura testemunhados pelos familiares e se queixava que eles não tinham o direito de agredir seus filhos a ponto de colocar suas vidas em perigo. O diretor da unidade chegou

no momento do conflito entre familiares e funcionários. A primeira reação foi tentar acalmar a situação gritando mais alto que as famílias, que não recuaram com a presença dele. O diretor, sem muita alternativa, autorizou imediatamente que apenas os pais ali presentes para visitar o interior da instituição. No entanto, impôs que as mães aguardassem do lado de fora.

Nesse dia, recordou que havia somente três pais que tiveram a liberação para verificar as condições do alojamento e o estado físico de todos adolescentes internados.

Aí nisso, ele tirou uma comissão de pais com três homens e levou pra conhecer lá dentro, não me levou dizendo que mulher não poderia entrar. Os pais voltaram revoltados do que viram, dizendo que lá dentro era uma coisa triste de sujo, de imundo, água pingando, era uma coisa do diabo! Era uma coisa do inferno!

Este acontecimento redefiniu a presença de Mônica naquela instituição. A partir daí os outros adolescentes e as mães passaram a procurá-la, na esperança de solucionar os conflitos do cotidiano da unidade. Porque ela demonstrava não ter medo de enfrentar a situação. Ela chegou, inclusive, a propor, ao diretor, uma atuação mais próxima das mães e dos adolescentes, assegurando que ela promoveria uma maior integração dos agentes institucionais com os familiares. Iniciou o trabalho de agregação das mães, promovendo reuniões, nas quais deveriam discutir sobre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esta liderança conquistada por Mônica não se deve a nenhum tipo de comando ou cargo designado por alguém. A liderança de mulheres não as transforma em feministas. No entanto, faz com que a sua posição na rede de poderes no meio social em que está inserida seja transformadora das relações familiares, podendo provavelmente questionar a sua própria condição de mãe e de mulher. Com sua atitude corajosa, adquiriu respeito e admiração dos demais e foi capaz de agregar os familiares, os adolescentes e a própria equipe técnica sob sua orientação. Essa condição foi determinante para se estabelecer seu prestígio e poder de liderança, destacando-se nesse meio social.

A primeira tentativa para assegurar sua competência como representante das mães envolveu a busca por novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefiniu a invisibilidade pública até tornar-se uma *mãe liderança*. O primeiro passo: ler o Estatuto à procura de conhecimento sobre o direito à proteção e aos cuidados à criança e ao adolescente, a fim de transmiti-los às mães e aos pais que visitavam seus filhos. A desinformação dos familiares, segundo ela, era um dos problemas mais graves, assim percebidos desde o começo de sua luta. Esse desconhecimento favorecia ainda mais o desrespeito à cidadania dos jovens. Uma vez informados, ela supôs que o tratamento dispensado nas instituições de atendimento ao adolescente infrator seria diferente. Mônica recorda, com satisfação, que os próprios adolescentes, naquele período, enfrentavam as autoridades da instituição com o exemplar do Estatuto na mão.

Isso eu comecei a ler o ECA, que me deram. Comecei a ler em casa para falar pra elas. Chegava lá dizia tudinho pra elas e dizia que estava no ECA. Você tem que ler o ECA! Você tem direito assim, assim, seu filho também tem direito, eles não podem bater não! Porque a gente chega até achar que é normal apanhar, tá entendendo? Como tá errado mesmo, eles roubaram, vai ter que apanhar mesmo. A pessoa sem informação acredita nisso. Hoje eu vejo, é triste!

Mônica era tão desinformada quanto as outras mães, mas ela apresentava disposição para ver o problema de seu filho, não como caso isolado e muito menos como questão a ser resolvida individualmente. Para tanto, era preciso que todas as mães estivessem juntas. O grupo de mães, a partir dessa visão coletiva, começou a intervir em outras esferas da unidade de internação. As famílias passaram a ter licença do diretor para participar das atividades de rotina junto aos adolescentes. Elas poderiam acompanhar um pouco do dia a dia de seus filhos e, de certa forma, verificar com mais afinco o tratamento recebido. Com isso, os familiares se sentiam parte daquele processo, percepção imprescindível para minorar a condição de privação de liberdade.

Um agente educacional da unidade, ao perceber o investimento de Mônica e sua capacidade de enfrentar, junto com outras mães, aquele sistema (in) disciplinar, orientou-as quanto às formas cabíveis de denúncia de irregularidades que pode ser feita a apresentação à Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público, órgão destinado a fiscalizar o funcionamento das entidades de atendimento. Ela confessa que, antes dessa orientação, quando percebia alguma irregularidade, ficava desesperada e tentava solucionar por meio

de discussões com a equipe da unidade. Mas depois, descobriu outros meio formais de se manifestar de uma maneira mais eficaz e menos comprometedora para segurança de seu filho que poderia receber retaliações.

O funcionário se tornou uma espécie de “*capacitador*” dessas mães, pois foi, a partir dele, que elas vieram a conhecer as formas legais de como fazer valer os direitos de seus filhos. Elas foram levadas por ele até a Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião, lugar onde Mônica teve o primeiro contato com uma organização voltada para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Mônica, por ocupar o papel de representante das mães, conseguiu provocar mudanças no cotidiano da instituição: tinha a licença para entrar e sair da unidade todos os dias, conseguiu liberação para os familiares levarem, todos os domingos, comida caseira para seus filhos. Promoveu pequenas festas de confraternização dentro das unidades. Articulou parcerias com outras organizações para oferecer aos adolescentes cursos de profissionalização. “*Os meninos só podem receber comida uma vez por mês, eu fiz com que ele liberasse pra que as mães levassem comida todo domingo, tudo que eu pedia ele deixava.*”

Logo depois, as reuniões com os responsáveis, dirigidas por ela no interior do Educandário Santo Expedito, passaram a ser realizadas com apoio de estagiários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assim, Mônica, em conjunto com outras mães, conseguiu colocar um maior número de adolescentes assistindo às aulas. No período em que seu filho esteve internado no Educandário Santo Expedito, observou que na instituição não se preocupavam com a presença dos jovens em sala de aula.

Lá tem uma escola, mas tem limite de estudante, tem duzentos e cinqüenta crianças, mas só pode estudar trinta. Aí já comecei a conversar com a diretora, com o diretor do presídio: o Sr. fulano isso não pode acontecer, deixa o menino ir pra escola, porque quanto mais dá ocupação melhor eles vão fazer.

Para que os adolescentes tivessem um acompanhamento familiar e participassem de alguma atividade de lazer, eram organizadas pequenas comemorações de datas importantes

como a Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais. Qualquer data comemorativa era uma razão de se promover uma atividade para quebrar a rotina dos adolescentes e manter o contato das mães com os filhos institucionalizados.

Olha a diretora fazia festa na escola e me chamava pra comprovar o que tava dando certo. Eu era considerada, entrava no ESE todos os dias, Vlnia, de segunda a segunda, entrava no ESE como na minha casa, entrava nos alojamentos.

O trabalho de Mônica, dentro das unidades, durou cinco meses. Mesmo após a saída de seu filho da unidade, ela deu continuidade às reuniões do grupo de mães. Contudo, acreditou em que a sua presença não agradava a todos, razão pela qual foi criada uma situação para proibi-la de continuar desenvolvendo o trabalho. Nesse ínterim, o Grupo Afroreggae desenvolvia algumas oficinas culturais com os adolescentes. O rapaz chamado por ela para realizar as oficinas foi vítima de discriminação, episódio que, na sua concepção, tratava-se de um golpe para gerar desconforto entre ela e a equipe de trabalho da instituição. Diante desses problemas, foi proibida de continuar circulando pela unidade. O diretor alegou que ela não teria mais motivo para estar ali, quando já se passavam dois meses da progressão da medida socioeducativa de internação de seu filho.

Depois fiquei sabendo que foi tudo armado, não deixando o menino do Afro entrar, fazendo uma discriminação ao rapaz, eu comprei o barulho, porque já tava mais entendida do assunto, reclamei. Aí ele tirou o curso e proibiu a minha entrada, a não ser os familiares que tivessem filhos lá dentro, e de lá pra cá nunca mais entre.

Entendeu a impossibilidade para convencer o diretor do Educandário Santo Expedito a deixá-la prosseguir com seu trabalho junto aos familiares. Ficou abalada com o fim de tanto empenho para informação e mobilização das mães, objetivando garantir, para os adolescentes, a confiança de que poderiam modificar seu futuro. Retomou sua rotina, mas a equipe da Fundação Bento Rubião insistiu que ela fosse trabalhar no Projeto Desquebrantos, que prestava atendimento jurídico e psicossocial aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

A decisão de continuar com seu trabalho, contou com a importante contribuição da Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião, lugar em que ela aprimorou seu conhecimento acerca do campo de defesa dos direitos de jovens em situação de vulnerabilidade social. Além do mais, a equipe do centro de defesa de direitos humanos concedeu, ao grupo liderado inicialmente por Mônica, uma sala com recursos de informática e telefonia, para que as mães e responsáveis ligadas ao trabalho dela usufruíssem de uma estrutura mínima a para a realização das atividades do grupo.

A saída do filho de Mônica do Educandário Santo Expedito impediu sua permanência nas unidades e a continuidade das reuniões que coordenava com as mães. Entretanto, o convite recebido da Fundação Bento Rubião para trabalhar como *articuladora do Projeto Desquebrantos* facilitou a continuidade de seu trabalho junto às famílias dos jovens internados. O projeto oferecia apoio jurídico aos adolescentes, as mães eram atendidas e inseridas em outros projetos sociais de qualificação profissional, geração de renda e recebiam uma cesta de alimentos.

A Fundação tinha o compromisso de não excluí-las do atendimento, mesmo após o término do cumprimento da medida socioeducativa. A função de Mônica era, utilizando sua facilidade de chegar até as famílias dos adolescentes, convidá-las a participar do projeto social. Isto porque é uma dificuldade muito grande para as mães acreditarem que existe alguma instituição ou pessoa realmente preocupada com a vida de seus filhos, *“porque elas têm essa dificuldade, têm medo, porque são mulheres tão sofridas, passam por tanta coisa, que quem é que vai acreditar que vai dar tudo isso de graça?”*

Mônica recebia uma ajuda de custo e para visitar as unidades. Nos dias em que os adolescentes recebiam visitas das famílias, ela ficava andando na fila de espera e distribuía panfletos do Projeto Desquebrantos convidando-as a participar de uma reunião para inserir seus filhos nas oportunidades que a Fundação oferecia.

Com esse apoio, Mônica teve condições de ampliar a rede de alianças, conhecendo outros espaços, participando de seminários, congressos e encontros locais a respeito dos

problemas inerentes aos direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, havia dificuldade em encontrar, num grupo de quase cinquenta mães, uma mulher disposta a se desprender dos seus compromissos tradicionais de mãe e esposa, limitados ao espaço privado do lar, para se lançar numa vida pública, ainda que preocupada com questões próprias do universo feminino.

Eu tinha uma idéia de juntar todas as mães, de fazer passeata de a gente juntar, de brigar. a advogada falava assim: - Mônica não é bem assim... Até porque nós perdemos um amigo de uma forma muito suspeita, muito suspeita. Mas eu precisava de uma mulher que tivesse a minha garra. Mas eu tinha aquelas quase cinquenta, mas não tinha nenhuma assim... Elas chora, ficavam tristes... Mas não era o tipo Mônica que gostava de brigar, se tá me entendendo? Eu tinha que ensinar pra elas que tem que chorar, mas tem que brigar também, chorar não vai resolver.

A preocupação com a integridade física dos filhos entregues às instituições de privação de liberdade é uma inquietação comum para uma identidade feminina constituída a partir dos cuidados maternos. Mônica definiu o perfil da *mãe liderança* como aquela que poderia, ao seu lado, lutar a favor dos adolescentes infratores. Recordou-se do dia em que Rute foi até a Fundação Bento Rubião em busca de assistência jurídica para seu filho. Mônica, desde o primeiro instante percebeu que Rute seria a mãe ideal para conseguir oficializar o grupo de mães e ter mais pressão nas exigências por melhores condições de tratamento nas unidades de internação para jovens infratores.

3.6. A mulher com perfil de liderança

Mônica, ao observar a forma como Rute conversava com a advogada da Fundação Bento Rubião sobre o caso de seu filho, interrompeu a conversa e dirigiu-se diretamente a Rute, afirmando que ela era a “*mãe que eu tava procurando.*” Mônica, durante a entrevista, justificou esta afirmação, dizendo que Rute chegou à instituição se expressando gestualmente com intensidade e falava tanto, que qualquer pessoa notaria sua presença; e pela forma como argumentava sobre as responsabilidades sobre o retorno de seu filho a uma unidade de internação, a futura companheira demonstrava que conhecia com propriedade todo processo do sistema socioeducativo. Da primeira impressão que teve

sobre as características de Rute, Mônica compreendeu que, ao lado dela, poderiam juntas mobilizar outras mulheres para planejar e executar ações impactantes no sistema socioeducativo.

A conduta esperada de uma mãe disposta a lutar pela proteção do filho é o avesso da representação da mãe sofredora e passiva diante das dificuldades de sobrevivência, condizente com atitudes de resignação e de invisibilidade pública. Rute, quando conheceu Mônica, já tinha um acúmulo de experiência com a vida pública, e Mônica estava há pouco tempo obtendo conhecimento sobre a maneira de conduzir a maternidade e “*não passar despercebida*”, idéia harmônica com o ajustamento de uma nova identidade de gênero de mulheres participantes e propositivas no processo de condução do sistema socioeducativo. Nesta nova identidade, as mulheres têm a atribuição de exigir que os princípios e garantias de direitos contidos no ECA sejam implementados pelo sistema socioeducativo. O ponto de partida de construção de uma identidade de gênero demarcada pela preocupação com as práticas corretivas e repressoras do sistema voltado para adolescentes infratores congrega um outro sentido para a maternidade.

A tarefa de sensibilizar outras mães para compartilhar do sentimento de indignação frente às práticas corretivas e repressoras do sistema socioeducativo é ressignificar a maternidade e transformá-la em um tema público; questionar por meio de manifestação notória a ausência de condições materiais para exercê-la e trazer outras mulheres para compartilhar desta afirmação, ou seja, moldá-las como um problema coletivo. Como manter a sobrevivência e dignidade humana dos filhos, quando eles estão condicionados a regras institucionais em que qualquer expressão de tristeza ou alegria é respondida com práticas disciplinares punitivas? As ações que as mães empreendem pela sobrevivência dos filhos, nas unidades de internação, compreendem formas de proteção social. A participação nas atividades do sistema socioeducativo é a efetiva incorporação do significado de cidadania.

Um tipo específico de cidadania procede das preocupações no domínio do campo feminino: o cuidado com os filhos. Esta identidade feminina permite às mulheres se verem como um agente social e propositivo. O aprendizado adquirido com a participação em seminários, entrevistas para jornalistas, reuniões com autoridades públicas, interlocução

com ONG's e representantes de movimentos sociais e outras redes de mães conjugam também uma nova possibilidade de dar sentido à própria existência, não só como mãe, mas também como mulher que descobre os próprios direitos de cidadania e de vontades individuais.

Ser mãe é ser mulher guerreira, consciente e lutadora por seus ideais e informada, porque também não tá atualizada com as coisas que acontece no mundo hoje não adianta nada. Porque se você brigar por uma coisa que você num sabe nem falar, aí você passa por despercebida.

A proposta fundamental da existência do *Movimento Moleque* é romper com os sofrimentos dos adolescentes privados de liberdade e, por consequência, fazer com que as mães dos adolescentes tenham força suficiente para lutar pela dignidade dos filhos, “*alguma coisa tem que mudar desse jeito não dá pra continuar, essas mães estão sofrendo na porta das unidades, essas mães são desrespeitadas tanto pelos guardinhas da porta até o juiz.*”

Isto demonstra uma disposição para gerar uma organização de mulheres cuja finalidade é resolver problemas que afetam diretamente questões de ordem feminina, exigindo que seus filhos tenham condições efetivas para estudar e aprender uma profissão, ter acesso aos serviços de saúde e garantia de alimentação adequada. Participar de um grupo de mães é uma oportunidade de compartilhar experiências com outras mulheres que enfrentam (ou enfrentam) problemas de violência doméstica, a desqualificação dos trabalhos ditos femininos, a baixa ou ausência de escolaridade das mulheres com filhos em conflito com a lei e, principalmente, a forma discriminada e vexatória como as mães são tratadas pelo sistema socioeducativo.

Em certa ocasião, estava acompanhando Mônica na participação de um seminário que a turma do mestrado havia organizado. Marcamos encontro nas Barcas da Praça XV porque ela precisava de ajuda com o gasto das passagens para se deslocar até a universidade. A turma resolveu, pois, contribuir com as despesas de transporte. Neste dia, infelizmente, Rute não teve nem mesmo como chegar até o ponto de encontro, porque estava totalmente sem dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Quando me encontrou, Mônica expôs-me

as dificuldades financeiras pelas quais ela e sua companheira estavam passando naquele período; logo depois, justificou o modo como estava vestida, porque ela aprendeu que mesmo sem dinheiro não poderia se apresentar em público com uma aparência que desqualificasse a posição de representante das famílias.

A vida pública requer uma nova forma de se colocar no mundo, um sujeito que interpreta e manipula conhecimentos e saberes produzidos nas relações sociais, entendidas como relações de disputa e de interesses conflitantes. O lugar de mediadora coloca as lideranças em contato com outros agentes sociais, que, por sua vez, irão interferir na construção de uma identidade de gênero em que a mulher é um sujeito ativo de transformação das relações sociais, em busca de superação das necessidades de liberdade individual e coletiva. Desta interação, surgem indagações sobre as desigualdades que as mulheres enfrentam no cotidiano para resolver as questões práticas de sobrevivência familiar.

O ponto crucial deste capítulo foi descrever a maneira pela qual as lideranças do *Movimento Moleque* conseguiram mudar a configuração de suas vidas. As identidades se distinguem de papéis sociais, porque constituem fontes de significado para os próprios atores uma vez que envolvem um processo de autoconstrução. Isto equivale a dizer que, sociologicamente, a identidade é socialmente construída. (Castels, 1999)

Estas mulheres conseguiram dar um salto em suas vidas sem descartar papéis sociais determinados às mulheres; a atuação é importante porque elas avaliam que não podem mais suportar a forma desgovernada como as mães se sentem, quando estão com os filhos internados numa instituição em que as práticas repressivas são uma constante: “*Eu tinha que ensinar pra elas que tem que chorar, mas também tem que brigar, chorar não vai resolver.*”

Ter que brigar para cuidar dos filhos internados, pressupõe a solidariedade e a cooperação entre as mães. Nesta situação coletiva de significar, a maternidade se transforma na possibilidade de preservar a vida dos filhos por meio de uma ação solidária e coletiva, diferente da maternidade resolvida somente no âmbito privado do lar. Neste sentido, as

mulheres inseridas neste campo de estudo podem, talvez, por meio da construção da identidade de gênero, praticar e pensar a maternidade como um atributo solidário e social entre mulheres e não como uma função estritamente individual e doméstica.

Moleque

A gente pensando, né? Eles são uns moleque! Porque a gente pensa assim? Na realidade, antigamente, os meninos da comunidade, jogavam bola de gude, soltavam pipa, isso era a traquinagem do moleque, né. Jogava pedra no telhado dos outros. Quebrar o telhado os outros era muito interessante. Roubar manga no quintal dos outros. Então, era um delito. Era um delito, mas que naquele tempo era uma molecagem! Né? Infelizmente isso cresceu ao ponto de eles achar que eles puxar uma bolsa também é uma molecagem! Né? Tem que ser... É uma molecagem que eles acabam indo parar atrás das grades, e a gente começou a pensar: “- Isso é uma molecagem, né? ” Eles vão... Às vezes nem precisam... Mas vão testar o perigo, testar como fazer, né, e aí eles vão lá, roubam uma bolsa; vão lá, roubam um toca fita, que é uma maneira de testar o poder de, de conseguir fazer alguma coisa. A gente roubava manga. Até chamar a atenção do outro. Uma forma deles chamar a atenção, deles dizer assim: “Ó, eu to aqui. Eu tô aqui... É, ó, eu tenho poder... Ó, eu consegui fazer... Entendeu? Falei pra advogada, eu falei assim: - eu, no tempo em que era menina, sabe... Sabe esses relógios Champion? O poder que era aprovado entre nós meninas era roubar um Champion de uma cocotinha! Então chegava pra uma cocotinha e falava assim: “- Me dá o teu Champion! [Risos] E pegava! Mas... Eu nem queria aquele relógio! Nem precisava daquele relógio! Era só pra seduzir a questão do poder, essa coisa toda. Era uma molecagem! Eu cheguei... É... Chegava na escola e subia num pé de manga - que a professora não queria - pra roubá manga! Era roubo! Que aquela manga não me pertencia! Era do quintal, da, do vizinho da escola... Mas eu... Era um desafio pra mim subir lá e roubar aquela manga! Então, é, são molecagens que a gente tem que saber lidar com isso. Trabalhar pra mudar essa, esse conceito, né, que eu digo... Conceito, conceito de poder... É ir lá e pegar, né. E tal ... E não é! Enfim... Então a gente começou a pensar nisso: “- É uma molecagem, né. É, é uma molecagem, porque antigamente fazia molecagem diferente... Roubava bola de gude... Roubava manga do pé do vizinho... Essas coisas assim... Jogava a pedra no telhado do vizinho pra quebrar, né, e tal... E aí pensei... Moleque, moleque... Esses nossos moleques... Aí a gente começou a pensar: “- Vamos criar um novo... Um movimento moleque!” E aí saiu essa história de criar o movimento moleque dentro da Fundação Bento Rubião e a gente tá nessa luta até hoje.

Rute Sales

CAPÍTULO IV

MOVIMENTO MOLEQUE

4.1. O Ato de Desabraço ao Instituto Padre Severino: nasce o Movimento Moleque

Em outubro de 2003, Rute aceitou participar das reuniões que Mônica promovia com as famílias atendidas no Projeto Desquebrantos da Fundação Bento Rubião. Na ocasião, levantaram a possibilidade de organizar uma manifestação pública contra as práticas punitivas existente nas unidades de internação. Em uma das reuniões, ficou acordado, entre as participantes do grupo, que no dia 10 de dezembro, data comemorativa da Proclamação dos Direitos Humanos, as mães estariam unidas num ato de repúdio às condições desumanas das instituições do sistema DEGASE. A partir de então, Mônica e Rute convocaram outras entidades de defesa de direitos humanos para participar do ato que intitularam de *Desabraço ao Instituto Padre Severino*.

A escolha da instituição surgiu devido à afirmação de que, neste estabelecimento, as condições de infra-estrutura e as práticas de violência contra os adolescentes eram bem mais acentuadas que nas outras unidades. O ato intitulado de *desabraço* foi uma maneira de relembrar as atividades que foram realizadas no ano anterior, quando a gestão do DEGASE estava sob o comando da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário; Rute, com o apoio de Vânia Santana de Jesus - militante do movimento negro e, na ocasião, Secretária Estadual de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário-, organizou um *ato de abraço* ao Instituto Padre Severino (IPS). Esta manifestação se deu em função de, nesta gestão, terem ocorrido modificações, com a aprovação orçamentária para realização de reformas infra-estruturais no IPS e, também, uma articulação com a Secretaria Estadual de Ação Social na intenção de garantir assistência básica para os internos.

E aí nós fizemos um ato de desabraço ao Padre Severino... – Por quê? Porque é... No governo a gente fez um ato de abraço ao Padre Severino. Então o ato de abraço era acabar com aquele sistema, né, que estava lá dentro. Realmente, fazer uma obra, colocar a piscina pra funcionar, colocar os espaços que seria pro

bem-estar desses jovens, pra funcionar, então foi aprovado uma verba enorme pra, pra obra, pra isso tudo, né... Então o Padre Severino ia virar um outro espaço né, de cidadania pra esses jovens. E aí a gente fez aquele ato de abraço, onde foi aprovado obra, um monte de coisas... Só que a gente... Na saída do governo voltou a estaca zero. Então a gente aproveitou o mês dos Direitos Humanos, né, e fizemos um ato de desabraço! (Rute)

No dia 10 de dezembro de 2003, Rute e Mônica reúnem, na porta do Instituto Padre Severino, aproximadamente cinquenta mães e representantes de diferentes entidades de defesa dos direitos humanos. Todos os participantes estavam propositalmente vestidos com roupas de cor preta, comprometidos, numa atitude simbólica (e concreta) do estado de luto e tristeza. Com este espírito, se dirigiram à porta do Instituto Padre Severino numa tentativa de chamar a atenção pública para as condições inadequadas, do ponto de vista humanitário, a que os adolescentes estavam submetidos.

O ato de protesto no dia de comemoração dos direitos humanos foi a primeira ação organizada e idealizada pelo grupo de mães representado por Rute e Mônica. Este acontecimento marcou a existência do grupo Movimento Moleque.

O Movimento Moleque foi criado no dia 31 de outubro de 2003, mas mostrada pra mídia no dia dez dezembro que nós fazemos um *desabraço* na porta do Instituto Padre Severino, nós todos de preto. No dia internacional de direitos humanos e toda entidade de direitos humanos mandou um representante, saímos na Record, Bandeirante, na Rádio Tupi, Globo, carro gritando na porta do Padre, nesse dia 10 foi que o Moleque tava na mídia. (Rute)

Mônica se ocupava de ir até as unidades de internação nos horários e dias em que os adolescentes recebiam visitas, em busca de mobilizar um número significativo de mulheres dispostas a aderir às propostas do grupo de mães; ao mesmo tempo, devido ao convite recebido para trabalhar como *articuladora* da Fundação Bento Rubião tinha a tarefa de divulgar entre os familiares dos adolescentes sobre as oportunidades oferecidas pelo Projeto Desquebrantos, desenvolvido por esta organização não-governamental. Por esta razão, conseguiram mobilizar no dia 10 de dezembro de 2003 um número significativo de mães que estavam com seus filhos internados neste período, e por outro lado, receberam o apoio de diferentes organizações de defesa dos direitos humanos devido a influência da Fundação Bento Rubião neste cenário político.

O ato de repúdio, arranjado por Mônica e Rute, trouxe resultados interessantes para a consolidação do grupo de mães, porque houve uma repercussão da imagem destas mães entre os familiares dos adolescentes internados no Instituto Padre Severino que, logo depois do evento, passaram procurá-las para pedir orientação e apoio.

As lideranças do grupo de mães recordam este episódio como marcante para alicerçar as bases necessárias para a constituição do *Movimento Moleque*. Portanto, a partir do encontro de Rute Sales com Mônica Suzana, surge um grupo de mães, intitulado por suas fundadoras com o nome de **Movimento Moleque - Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes do Sistema Socioeducativo**. A origem do nome escolhido surgiu da rejeição de Rute em constituir um grupo denominado de *associação*. Pelo fato de ter tido uma experiência conflituosa no passado com a formação de uma associação de mães, optou por nomear o grupo de uma forma diferente do que já havia experimentado.

A gente começou a discutir lá dentro do Bento Rubião... vamos criar alguma coisa, vamos criar o quê? – uma associação? – não, eu falei assim: - olha eu não quero mais criar coisa com cara de associação... Porque tá ultrapassado, eu não quero mais. Vamos criar uma coisa muito maior que essa história.

Logo que surgiu a vontade de *oficializar* o grupo de mães, passou a existir o questionamento da denominação que dariam ao grupo. Diante da declaração de Rute de sua aversão a ter que constituir, pela segunda vez, uma associação de mães, apareceu então a opção da palavra *movimento*. A escolha da palavra *movimento* foi tomada diante da vontade de compor um grupo de mães que tivesse relação com a idéia pressuposta de atualidade, de época presente; como se o sentido de uma *associação* fosse uma coisa ultrapassada. E também seria um *movimento de mães*, uma atitude especificamente das mulheres, já que acreditavam na certeza de que são detentoras da legitimidade para reivindicar a favor dos filhos; São elas que sofrem junto com os filhos o rebaixamento da dignidade humana. Portanto, seria liderado por mulheres, pois são elas que se encarregam dos cuidados com o desenvolvimento dos filhos.

Vamos criar uma outra coisa que possa ser muito, ou até maior do que essa história, porque afinal de contas, nós somos as mães; nós é que estamos com os filhos lá dentro; nós somos a maioria, porque na porta das Unidades você conta o número de homens que estão lá. Então quer dizer, você encontra cem mães

pra dois pais! Como é que um pai vai ser presidente da associação de mães?! Então, quer dizer, é totalmente machista, né... É totalmente enganosa! Então, eu... E não quero um homem me mandando, quando eu é que tô lá na porta fazendo e acontecendo. (Rute)

O ponto de vista é estabelecido como uma crítica à possibilidade de um pai se tornar um líder de um grupo de familiares, ao recordar-se da experiência anterior em que perdeu o comando da AMÃES para um pai que passou a ser presidente da associação de mães, que ela havia organizado com outras mulheres. Por outro lado, a declaração revela a opinião de que são as das mulheres que estão resistindo em proteger seus filhos, visto que a proporção de figuras do sexo feminino imersas na função de “*recuperar*” um filho estigmatizado por sua conduta desviante é numericamente superior ao quantitativo de pais que não abandonam os filhos no caso de serem classificados como infratores da lei. Concluindo, a informante é categórica em dizer que: - *o movimento é de mães!* Por outro lado, o grupo é reconhecido publicamente pelo nome de *Movimento Moleque*, chamando atenção para características dos filhos.

Como significado da palavra *moleque*, no dicionário, temos: indivíduo que nada leva a sério; patife; menino de pouca idade; menino traquina; engraçado. O uso da palavra foi inspirado nas ações que levam um adolescente a ter que responder uma medida judicial. Certa vez, Mônica e Rute, discutindo sobre as possibilidades do nome que dariam ao grupo de mães, lembraram-se das molecagens dos filhos; associaram as práticas dos adolescentes às atividades intrínsecas a uma fase da vida do *adolescente da comunidade*, em que ele brinca e comete algumas travessuras. Entretanto, as práticas de rebeldia podem levá-lo a responder juridicamente por uma infração legal.

Então a gente começou a pensar nisso: “- É uma molecagem, né? É, é uma molecagem, porque antigamente fazia molecagem diferente... Roubava bola de gude... Roubava manga do pé do vizinho... Essas coisas assim... Jogava a pedra no telhado do vizinho pra quebrar, né, e tal... E aí pensei... Moleque, moleque... Esses nossos moleques... Aí a gente começou a pensar: “- Vamos criar um novo... Um movimento moleque!” E aí saiu essa história de criar o Movimento Moleque dentro da Fundação Bento Rubião e a gente ta nessa luta até hoje.

Até aqui, entendo que o *Movimento Moleque* é fruto da dedicação de duas mulheres, mães de adolescentes infratores; engajadas em função de uma categoria que organiza a

representação de mulheres nas relações sociais: a maternidade. A trajetória de vida dessas mulheres é formada a partir de questões oriundas da produção e reprodução das relações familiares que foram levadas para o espaço público, lutas específicas da mulher - o cuidado com os filhos. De modo que a politização do cotidiano constituiu um grupo reivindicatório formado por mães.

A manutenção das atividades que o grupo desempenha depende das relações que mantém com diferentes agentes sociais envolvidos no campo de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. A aliança mantida com organizações não-governamentais é uma das estratégias adotadas para conservar a existência do grupo, porque o grupo por si só não teria condições materiais e poder político suficientes para interferir no sistema socioeducativo. A seguir, faço uma exposição das ações empreendidas pelo Movimento Moleque e da relação direta que essas ações mantêm com tais instituições interessadas no problema social dos adolescentes em conflito com a lei.

4.2. As estratégias do Movimento Moleque

Após o ato de *Desabraço ao Instituto Padre Severino* em dezembro de 2003, Mônica e Rute continuaram as atividades do *Movimento Moleque*, contando principalmente com o apoio institucional da Fundação Bento Rubião, por meio do Projeto Desquebrantos. A parceria com entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente é uma forma de aplicar meios disponíveis para atingir os objetivos específicos do grupo, como por exemplo, viabilizar recursos necessários ao atendimento das necessidades das famílias participantes do *Movimento Moleque*.

Com o apoio recebido pela Fundação Bento Rubião, elas fornecem ajuda de custo para o pagamento das passagens das famílias até o local das reuniões que geralmente acontecem na própria Fundação Bento Rubião e, em outras ocasiões, ocorrem em outros espaços mais próximos do centro da cidade; nestas atividades oferecem lanche durante a realização das reuniões do grupo e encaminham as famílias para o atendimento social e jurídico oferecido pela Fundação Bento Rubião que, por sua vez, mantém parceria com a Faculdade de

Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro para atender a demanda de trabalho.

Observei, durante o período de pesquisa de campo, que o *Movimento Moleque* desenvolve suas ações de acordo com as demandas apresentadas pelas famílias que procuram apoio do grupo. As tarefas colocadas em prática são essencialmente: amparar os responsáveis pelos adolescentes por meio de informações sobre o funcionamento do sistema socioeducativo, porque, em muitos casos, as mães chegam ao grupo sem conhecer nada sobre os trâmites legais do ato infracional e desconhecem totalmente a legislação infanto-juvenil em vigor; em certos casos, existe a necessidade de se encaminhar, para atendimento jurídico, os jovens que se encontrem sem acompanhamento desta natureza. Em grande parte, são jovens em que as mães identificam estarem doentes dentro da instituição e sem amparo médico, ou que sofreram agressões físicas, na passagem pela delegacia e na entrada para internação; as mães também precisam de orientação de como levar seus filhos para fazerem exames de saúde pós-período de internação, principalmente de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque as mães alegam que o adolescente tem vergonha de falar sobre o assunto com a família; orientar para atendimento psicológico, uma das ações mais usuais, pois é comum o adolescente sair da internação com algum transtorno psíquico, precisando de atendimento especializado. A pobreza das famílias é identificada como um fator de risco para o retorno do jovem a cometer roubos ou envolver-se com o tráfico de drogas. A entrega de cestas básicas ou compra de medicamentos são oferecidas como um meio de amenizar os problemas que as mães enfrentam para manter a sobrevivência dos filhos.

As atividades acima relacionadas estão sempre interligadas com a contrapartida que as integrantes do *Movimento Moleque* conseguem obter das entidades que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Fundação Bento Rubião, por meio do Projeto Desquebrantos, deu oportunidade às mães de conseguirem desenvolver as atividades já referidas. Esta é uma relação de troca que a instituição estabelece com as representantes do *Movimento Moleque*. A Fundação Bento Rubião convidou Mônica Suzana para trabalhar como articuladora²⁰ no *Projeto Desquebrantos*, porque era problemático para os

²⁰ Articuladora, de acordo com as informações cedidas, é uma espécie de educadora social, pessoa responsável pela interlocução entre as famílias dos adolescentes e a organização não-governamental.

profissionais da entidade chegar até a família do adolescente que está privado de liberdade. Um dos fatores que colaboram para a relação distante entre a entidade e as mães dos adolescentes internados é a desconfiança que as mães têm de advogados e assistentes sociais. De acordo com a declaração de Mônica:

Um dia eu cheguei, tinha um projeto aqui dentro chamado Quebrantar, esse projeto dava cursos pagos pra adolescente em conflito com a lei. Profissionalizante, estivessem preparados quando saíssem do sistema, faziam uma reunião todo mês com os familiares pra saber como é que o adolescente tava indo, pagavam a passagem, quando o adolescente ainda tava no sistema ajudava com uma bolsinha de compra pra poder sobreviver. Aí eu disse isso tudo de graça? É só que a gente não sabe como chegar nas mães. Porque elas têm essa dificuldade tem medo, porque são mulheres tão sofridas, passam por tanta coisa, que quem é que vai acreditar que vai dar tudo isso de graça? A gente acha que tem alguma coisa por trás, e tem uma coisa que a gente acha que todo mundo é do sistema porque advogado, assistente social... porque no sistema tem tudo isso, então agente acha que todo mundo que é formado em direito, assistente social é do sistema e todo mundo não presta, isso são os nossos filhos que passa pra gente.

A partir destas percepções, as mães estão pondo em prática outras formas de proteção social sem simplesmente esperar do Estado contrapartidas para que as famílias possam garantir o mínimo de cidadania para seus filhos: do direito a uma alimentação balanceada, de atendimento médico e compra de medicamentos, de educação escolar e iniciação a qualificação profissional. Neste sentido, as mães de adolescentes em conflito com a lei constituem um novo ator político na defesa dos direitos da criança e do adolescente, em especial ao adolescente em conflito com a lei. Por outro lado, as mães integrantes do grupo *Movimento Moleque*, não se encontram preocupadas apenas com a questão do atendimento socioeducativo para adolescentes infratores, elas se empenham numa luta pela defesa dos direitos da população infanto-juvenil, certas de que o trabalho que desenvolvem com os familiares contribui para sensibilizar mulheres na luta em defesa da cidadania de seus filhos.

Santos (1979) faz uma análise das políticas sociais no Brasil em que foram desenvolvidas ações de caráter corporativo e clientelista que favoreciam parte da população integrante no mercado de trabalho. A construção de uma política social tem envolvimento direto com as relações sociais estabelecidas num determinado espaço/tempo e as relações de poder entre seus atores.

A proteção social para adolescentes infratores pode estar marcada por traços estereotipantes e repressores vigentes na sociedade. Ela não pode ser somente analisada no plano socioestatal e privada. Ao se dissociar a proteção social do plano da política pública, podem-se perceber outras esferas comunitárias ou familiares e compreender que tais esferas guardam relações entre si, transitam no plano familiar, comunitário, público e privado.

A forma como determinada sociedade se organiza para prover a demanda de seus pobres expressa o grau de comprometimento com a questão social. Os sistemas de proteção social no Brasil nunca foram essencialmente estatais, aglutinam estratégias públicas com a presença intensa de sociabilidade primária, familiar e comunitária. As formas de proteção social são marcadas por atributos de exclusão e miséria, produzidas por um padrão de acumulação que deixou um número significativo da população brasileira à margem do acesso aos recursos básicos assim definidos na sociedade.

Foi com a mesma intenção de chegar até as famílias dos adolescentes privados de liberdade que, a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal articulou parceria com as mães do *Movimento Moleque*. O Projeto Atitude Legal²¹ da Organização Projeto Legal, de acordo com o panfleto informativo, tem como principal objetivo atuar diretamente na defesa jurídica-social de adolescentes autores de ato infracional e subsidiar as famílias no controle do processo de vitimização dos direitos humanos infante-juvenis no sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro.

Nos meses de abril a dezembro de 2004, as mães do *Movimento Moleque* e as famílias atendidas pela Pastoral do Menor participaram da realização de oito (8) Oficinas Pedagógicas promovidas pela Organização Projeto Legal. Nestes encontros, as famílias (em certas ocasiões havia a presença de pais) debatiam sobre os direitos fundamentais dos adolescentes, em especial quando sob a tutela do Estado. Por meio da orientação de uma assistente social que coordenava as oficinas, as participantes eram estimuladas a refletir sobre as consequências trazidas com a ocorrência do ato infracional.

²¹ Ver documento anexo

Das oito (8) Oficinas Pedagógicas realizadas com a participação das integrantes do *Movimento Moleque* em 2004, tive oportunidade de estar presente em pelo menos dois encontros que aconteceram na sede do Sindicato dos Correios, localizado no centro da cidade. A condução das atividades do dia era compartilhada entre a assistente social da Organização Projeto Legal e as lideranças das mães do *Movimento Moleque*. Nos dois encontros, havia uma participação de aproximadamente quarenta mães e dois pais.

A assistente social do Projeto Legal, em companhia de Mônica e Rute, introduziu o debate apresentando os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tratam sobre direitos fundamentais. Depois, as participantes se dividiam em subgrupos para discutir os artigos do ECA e fazer uma comparação entre a legislação e a realidade testemunhada por elas nas delegacias, juizados e as instituições que compõem o DEGASE. Ao longo dos encontros, as mães construíram um documento em que elaboraram um exame do atendimento socioeducativo.

O documento intitulado *Documento Diagnóstico e Propostas 2005*²² foi apresentado no Primeiro Seminário O Sistema SocioEducativo na Visão das Mães, organizado pelas integrantes do *Movimento Moleque* em julho de 2005. Neste relatório, há uma crítica incisiva ao programa de atendimento do sistema DEGASE, no qual asseguram que as instituições do DEGASE são negligentes em pelo menos oito aspectos imprescindíveis para a garantia de direitos contidos no ECA: o direito de acesso à justiça, o direito à defesa, o direito à saúde, o direito à educação e profissionalização, o direito à convivência familiar, o direito a um atendimento adequado e, por fim, o direito à individualidade.

No rol de direitos negados aos adolescentes sob privação de liberdade nas unidades de internação do DEGASE, as mães relatam que os adolescentes não são informados sobre o andamento de seus respectivos processos judiciais, alegando que os jovens de *classe média e alta* são tratados com privilégios. Na maioria dos casos, a família não é informada sobre a data das audiências com o juiz; o desrespeito para com as famílias é tamanha, que os adolescentes são transferidos de unidade de internação e a família não é avisada do fato.

O entrosamento entre público atendido (adolescentes e família) e a equipe técnica das unidades de internação é interpretado pelas mães como um campo de relações desiguais, já

que ao primeiro é negado o direito à defesa e reconhecimento. Nos casos de falta disciplinar, o adolescente nem sempre pode defender-se frente à direção da unidade; a versão do funcionário sempre é acatada, mesmo quando há explícita arbitrariedade. De modo que, repressão à liberdade de expressão acarreta uma não cidadania imposta ao público do programa socioeducativo. O adolescente e sua família passam para um estado de desalento e desmobilização frente ao descrédito e ao sentimento de falta de legitimidade da instituição.

As condições de higiene são precárias e o mau cheiro das unidades é uma reclamação constante entre as mães. Os problemas dermatológicos são generalizados: sarnas, piolhos e outros tipos de parasitas deveriam ser tratados como epidemia pela saúde pública. Em alguns casos, os adolescentes são coagidos, sob ameaça de corretivo, a não fazer queixa sobre problemas de saúde às mães. Além do que, é contundente a *regra* de não fazer nenhum tipo de comentário com as famílias sobre machucados conseqüentes da violência física.

Apesar da responsabilidade da instituição de oferecer oportunidade ao jovem de retornar à escola e aprender uma profissão, as mães são categóricas ao afirmarem que o DEGASE não reconhece o direito à educação e à profissionalização, visto que o jovem, ao freqüentar a escola, que funciona dentro das unidades, não recebe nenhum certificado de validade de elevação da escolaridade. E também, durante a permanência ou a saída das unidades, o jovem não é encaminhado para nenhum curso preparatório de qualificação para o trabalho.

O direito à convivência familiar é negado de diferentes maneiras: seja pelo constrangimento do adolescente ao permanecer algemado enquanto recebe a visita de um ente querido, seja pelo critério de permitir somente a entrada das pessoas que constam no registro de nascimento do jovem. Em certos casos, excluem-se inclusive os avós da possibilidade de visita. Essa norma impede que o jovem continue tendo contato com outros membros da família e, por outro lado, sobrecarrega a mãe que fica com a função *exclusiva* de não deixar que os laços familiares do adolescente sejam interrompidos.

Um outro problema é a revista íntima, que pode acarretar o afastamento das mulheres, porque são obrigadas a ficar nuas e fazer o movimento de se agachar e levantar. O

²² Idem

procedimento para revista íntima é extramente invasor do corpo feminino e pode, em certos casos, provocar o afastamento da mãe:

Após a primeira visita, quando passei pela revista, perdi quatorze quilos, ficava o tempo todo chorando, não existe o menor respeito.

Tem um certo preconceito mesmo, quando vê que a pessoa está mal vestida, ou fala muito alto, provoca briga à toa, eles revistam com mais rigor.
(relatos de duas mães durante as oficinas)

A revista íntima é uma polêmica entre os familiares que alertam para a inconveniência desse mecanismo de segurança, porque os jovens também passam pela revista antes e depois das visitas. Em muitos casos, os adolescentes são constrangidos pelos funcionários a acreditar que eles são os culpados pela humilhação a que a mãe é submetida.

O momento de lazer do jovem é condicionado ao bom comportamento, portanto não é um direito e, sim, uma exceção. Nos casos mais complexos, os adolescentes permanecem a maior parte do dia sem fazer nada. Somente saem dos alojamentos - que mais parecem celas - para ir ao refeitório ou receber as famílias nas visitas semanais.

As mães destacam aspectos da proposta pedagógica para as medidas socioeducativas e apontam a total disparidade entre o atendimento real e as expectativas da Política de Atendimento descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente: reclamam do despreparo técnico-profissional dos agentes de disciplina que em muitos casos “*só vão pra bater*” e tratam as famílias com total desrespeito, além de serem coniventes com a entrada de drogas no sistema; a equipe técnica não é suficiente para fazer um trabalho individualizado, fator que dificulta uma leitura crítica da realidade familiar e comunitária do adolescente e compromete a avaliação da medida socioeducativa; o adolescente, quando chega à unidade, é colocado numa fila e recebido a pancadas; passam a ser chamados por números. Os alojamentos são divididos entre as facções criminosas e, portanto, os adolescentes são obrigados a optar por uma destas facções. Portanto, a individualidade perde o significado em processos de institucionalização que abalam a noção de dignidade e identidade; a convivência com a tortura é generalizada. A perda da individualidade dos adolescentes internados foi um dos temas mais polêmicos durante a realização das oficinas.

Como já mencionado anteriormente, essas foram as principais críticas elaboradas pelas mães do *Movimento Moleque* durante as Oficinas Pedagógicas promovidas pelo Projeto Atitude Legal. É interessante notar o silêncio em relação ao atendimento prestado às meninas infratoras. Em raras oportunidades a situação do Educandário Santos Dumont (ESD) é colocada em discussão. O debate sobre a situação das meninas infratoras só é suscitada nas reuniões em que é constatada a presença das mães destas meninas. O posicionamento das mães relativo ao caso das meninas infratoras foi observado por Rute e Mônica numa tentativa de “corrigir” a idéia comum de que as regras de funcionamento do Educandário Santos Dumont seriam melhores, como se a cidadania pudesse ser nivelada pelos casos de “menos violação” de direitos.

Para as participantes do *Movimento Moleque*, o resultado dos nove meses de trabalho junto à ONG Projeto Legal para produzir as Oficinas Pedagógicas pode ser traduzido como um meio de reconhecimento da luta das mães. A parceria do *Movimento Moleque* com a iniciativa do Projeto Legal em incentivar e qualificar a intervenção das mães corrobora com a sua participação política no processo de retorno do jovem à escola e à vida familiar e comunitária.

O relatório diagnóstico da situação do sistema socioeducativo, elaborado pelo grupo durante o ano de 2004, foi entregue às autoridades do poder público local durante um seminário realizado em julho de 2005. Para este evento, o grupo convidou representantes da Secretaria Estadual da Infância e Juventude, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, da Segunda Vara da Infância e Juventude, da Defensoria Pública e Conceição Paganelle, presidente da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco – AMAR de São Paulo²³.

Neste documento, estão contidas as principais queixas das mães em relação ao sistema socioeducativo; por outro lado, descrevem também as alternativas para solucionar os problemas identificados.

A proposta de mudança construída pelo grupo argumenta que a participação das famílias nos diferentes espaços de discussão sobre a questão dos direitos infanto-juvenil é imprescindível para um redirecionamento das práticas punitivas instituídas. E para tanto, o

grupo pede que as mães integrantes do *Movimento Moleque* tenham abertura para conversar com as demais mães dos adolescentes internados. Para isso, necessitam de autorização para realizar as reuniões do grupo dentro das unidades de internação e próximo ao horário de visita familiares.

O grupo solicita que as famílias dos adolescentes tenham o direito de conhecer e participar da proposta pedagógica, a fim de ampliar a intervenção das famílias no momento em que seus filhos estão internados e que seja transparente qualquer informação solicitada sobre as condições dos seus filhos. A instituição necessita adotar outros mecanismos de segurança, pois a revista íntima interfere no direito à convivência familiar dos adolescentes.

O direito ao atendimento adequado pode ser respeitado a partir do momento em que sejam implementadas ações de qualificação e formação profissional de respeito aos direitos humanos. De acordo com as propostas elaboradas pelas mães, esta seria uma intervenção junto à direção das unidades de internação, à equipe técnica e aos agentes de disciplina. Para elas, estes profissionais precisam exercer o papel educativo na vida dos jovens por meio do *amor, da compreensão e da paciência*.

As componentes do grupo solicitam que sejam feitas investigações rigorosas no sistema para verificação de violação de direitos dos adolescentes, porque as famílias são ameaçadas a não fazer nenhum tipo de reclamação sobre as condições de sofrimento dos filhos dentro das unidades. Para tanto, propõem que se faça uma sistematização das denúncias de maus tratos num documento coletivo para garantir a proteção dos adolescentes e de suas famílias. A investigação deve ser estendida também para os gastos orçamentários do DEGASE, pois alegam que há corrupção no sistema, uma vez que as despesas com os materiais de higiene e alimentação dos adolescentes internados são mantidas pelas famílias; por esta razão se faz urgente uma transparência no uso dos recursos públicos disponíveis.

De acordo com as informações levantadas nesta sessão, chega-se a conclusão de que as lideranças do *Movimento Moleque*, durante os quase três anos de existência do grupo, vem articulando uma série de ações que objetivam denunciar a incoerência entre o sistema socioeducativo e a doutrina de proteção integral contida no Estatuto da Criança e do Adolescente, que dá a oportunidade de o adolescente infrator ter o direito a medidas

²³ Ver documento anexo

judiciais de caráter socioeducativo, ou seja, a medida aplicada tem também a intenção de restituir a cidadania e reafirmar direitos sociais. No entanto, as práticas denunciadas pelas mães revelam a incoerência entre o estatuto legal e o projeto socioeducativo das instituições de atendimento do DEGASE.

Além da parceria com as entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente como descrito acima, a participação em seminários é um mecanismo empreendido para explorar condições favoráveis na adesão e apoio de outros grupos de interesse na temática do adolescente em conflito com a lei. Em certas ocasiões nota-se a presença das demais integrantes do grupo nestes espaços de debate; no entanto, a oportunidade de ser palestrante nos eventos desta natureza é uma função exclusiva das mães que ocupam a posição de liderança.

Nos dias 22 e 23 de julho de 2004, a Organização Projeto Legal promoveu o 2º Colóquio Interativo com a participação do *Movimento Moleque*, de diferentes entidades representadas por profissionais da saúde, psicologia e educação e de organizações não-governamentais ligadas à proteção de crianças e adolescentes. Na ocasião, o advogado da Organização Projeto Legal recordou o objetivo do *Projeto Atitude Legal* que visa a elaborar propostas para reestruturar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

A representante do *Movimento Moleque*, em sua fala inicial, fez um breve comentário sobre o objetivo do grupo que foi criado para “*dar apoio às mães dos jovens em conflito com a lei*”. Afirmou que as mães são mulheres muito pobres, sem estudo e não têm conhecimento sobre o ECA, “*o que dificulta o entendimento de que seus filhos, mesmo sendo infratores, são seres humanos e que têm direito a exercer a cidadania que sempre foi negada.*” É por esta razão que o *Movimento Moleque* existe para “*fazer valer o Estatuto e brigar pra que ele seja cumprido.*” Rute Sales apresentou-se como Coordenadora *Movimento Moleque* e concluiu sua fala, alegando que “*o movimento não existe apenas para fazer valer os direitos dos adolescentes, mas também para garantir que as mães dos jovens que cumprem medidas socioeducativas sejam tratadas com respeito.*”

Nota-se neste grupo de mães que em significativa parte dos casos a mulher ocupa sozinha a função de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução. O número de famílias chefiadas por mulheres neste universo da pesquisa é bem expressiva, mulheres

com baixo grau de escolaridade e que recebem rendimentos menores por desempenharem atividades menos qualificadas. A reprodução das desigualdades entre os sexos, mas também entre as mulheres, aumenta a vulnerabilidade e a precarização de alguns grupos sociais frente aos demais, Oliveira (2000). Portanto, as mães com filhos em conflito com a lei podem ser integradas nos grupos sociais vulneráveis no quadro atual de reestruturação econômica e transformações da família.

A idéia de que o *Movimento Moleque* está também preocupado com a situação das mães dos adolescentes infratores é compartilhada por Mônica Suzana. De acordo, com sua declaração na reportagem publicada pela Internet²⁴ em fevereiro de 2005, “*nosso principal objetivo é tirar as mães de uma atitude passiva para uma postura ativa de reivindicação. Precisamos de muita força para agüentar o que estão fazendo com os nossos filhos e para lutar contra toda impunidade do Estado.*” A experiência com a maternidade, ou seja, o cuidado com os filhos provoca ao mesmo tempo a necessidade de mobilizar outras mulheres, a tomar uma postura mais atuante diante das condições de tratamento a que seus filhos estão submetidos.

Outro meio posto em prática para assegurar o lugar do grupo de mães no campo de disputas, decorrente da questão social do adolescente em conflito com a lei, é a participação das integrantes do *Movimento Moleque* em audiências públicas. As audiências públicas são propostas das comissões do poder legislativo da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), que visa a fomentar o processo de democratização na intenção de incentivar o controle social nas políticas públicas e outras questões de interesse social.

Em 17 de dezembro de 2004, a Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude da ALERJ, sob a presidência do Deputado Alessandro Molon, criada com o objetivo de proteger os interesses políticos dos jovens, realiza a 8ª Audiência Pública sob a temática “*A juventude sob custódia*”. Na ocasião, estavam presentes: a professora Julita Lengruher do Centro de Segurança Pública e Cidadania (CESEC) da Universidade Candido Mendes, a advogada Márcia de Castro da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, Fernando Soares membro da Organização Projeto Legal e Rute Sales representante do *Movimento Moleque*.

A professora Julita Lemgruber comunicou a criação da *Associação Pela Reforma Prisional* que tem como compromisso cobrar do Governo do Estado, por meio de ação civil pública, o cumprimento da Lei de Execução Penal. Na oportunidade, lembrou o caso dos adolescentes em conflito com a lei e a disparidade entre as medidas socioeducativas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e o ato infracional cometido, em que, na maioria dos casos, a aplicação da medida judicial não condiz com a natureza da infração cometida pelos adolescentes. A professora destacou que, neste exemplo, também pode ser articulada uma ação civil pública para reivindicar que o ECA seja concretamente respeitado pelas autoridades competentes.

O representante da Organização Projeto Legal expôs a intervenção da instituição em defesa dos adolescentes em conflito com a lei. Em tempo, fez referência ao *Projeto Atitude Legal* que visa a prestar assistência jurídica e social aos adolescentes privados de liberdade, dando, principalmente, estímulo à organização de grupos de mães para apoio e assistência inter-familiar.

A advogada Márcia Castro também aproveitou a oportunidade para comentar a trajetória da Fundação Bento Rubião com relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente. A advogada lamentou a forma como é feito o tratamento jurídico aos adolescentes a quem não é dado o direito de defesa, tendo em vista que somente há como testemunhas de acusação os policiais que conduzem o adolescente até a delegacia cujo desfecho é a aplicação da medida de internação. Apesar de nem sempre ser necessária a institucionalização, a palestrante afirmou de forma irônica que “*a prática hoje é da internação, pois só assim, a cidade será limpa desses adolescentes infratores*”. Em sua declaração, prosseguiu afirmando que os veículos de informação colaboram negativamente na formação da opinião pública que reduz esses jovens a um “*mal sem solução*”. Além disso, reclamou do péssimo tratamento que os adolescentes recebem no sistema socioeducativo: lembrou que as instituições servem alimentos estragados e sem nenhum cuidado de higiene; que os adolescentes, ao entrar na unidade, são divididos entre as facções criminosas e isso é uma regra institucionalizada; que a comprovação de escolaridade oferecida internamente não é válida para rede de ensino fora dos *muros* da instituição.

²⁴ Ver publicação disponível em: www.coav.org.br

A representante do *Movimento Moleque*, Rute Sales, introduziu sua fala, apresentando o histórico do grupo de mães que tem sua origem nas constantes reclamações da maneira como seus filhos são tratados pelo sistema socioeducativo. Aproveitou a oportunidade e revelou que o Diretor Geral do DEGASE tinha declarado, em entrevista a uma emissora de rádio, que o sistema socioeducativo é exemplar: a piscina, a educação física e escola funcionam normalmente, contribuindo para a reintegração de direitos aos adolescentes. De acordo com suas considerações, Rute Sales mostrou-se descrente frente à assertiva da direção do DEGASE, uma vez que os adolescentes, ao permanecerem institucionalizados, são submetidos a regras de conduta que os transformam em indivíduos agressivos. Concluiu, dizendo que a internação afasta os adolescentes do convívio familiar e comunitário e depois o jovem volta para casa com a mente perturbada, por causa das experiências traumáticas da internação.

Estes poucos exemplos, dentro do universo de ações desenvolvidas, postos em destaque sobre as ações do grupo *Movimento Moleque*, dá sentido ao significado da maternidade vivida por elas, que por sua vez, está associada com a luta das mulheres em prol da cidadania que as coloca em espaços e instituições onde se estabelecem expressão do exercício de poder da esfera pública da vida social. Estas mulheres conseguem conciliar a forma subordinada da esfera doméstica e privada, integrando-se continuamente no mundo da política, quanto nas demais esferas de sociabilidade.

Em apenas dois anos de existência do grupo, as mães conseguiram interagir com diferentes redes de defesa dos direitos humanos. No dia 31 de março de 2006, Mônica Suzana recebeu uma homenagem do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. A Medalha Chico Mendes de Resistência foi criada pelo Grupo Tortura Nunca Mais em 1989, para homenagear pessoas e entidades que se destacam na luta contra a violação de Direitos Humanos. Na ocasião, Mônica fez questão de que seu filho estivesse presente para vê-la receber a homenagem; justificou-se, afirmando que “*mesmo que ele não estivesse disposto a vir, seria arrastado à força, porque devo tudo isso a ele, é por ele que cheguei até aqui.*” Durante seu discurso, Mônica chamou a atenção para a presença de Rute Sales no evento. Dedicou a medalha recebida à vida de seu filho e concluiu sua fala dizendo que a homenagem recebida é uma prova de que as mães vão continuar na luta em defesa de seus filhos.

As lideranças do *Movimento Moleque*, ao pensar sobre as perspectivas do grupo, acreditam que a falta de estrutura própria para realizar as atividades é o principal obstáculo a ser enfrentado. A intenção de institucionalizar legalmente a organização das mães é uma das perspectivas do grupo apresentadas pelas dirigentes, porque acreditam que esta realização irá garantir a concorrência do grupo em busca de recursos financeiros para as ações planejadas.

A iniciativa das mulheres com filhos em conflito com a lei, empenhadas em defendê-los de perversidades praticadas nas unidades de internação para adolescentes privados de liberdade, revela-se como uma atitude de construção objetiva de cidadania. A convivência com as práticas repressivas das unidades de internação, a experiência com os órgãos da justiça, a passagem de seus filhos na Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente e na Vara da Infância e Juventude, todas essas formas de inserção levaram-nas à certeza de que os adolescentes não estavam sendo tratados de acordo com as normas legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Todavia, há de se valorizar o contexto político para a expressão dessa indignação moral. O apoio recebido pelas organizações não-governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, foi de fundamental importância para a constituição do grupo de mães. Seus dirigentes tornaram-se os co-responsáveis pela formação política destas mulheres, ampliando e aprofundando o conhecimento delas sobre as questões raciais, de classe e gênero, intrínsecas, nessa visão política, ao problema social da adolescência e ao ato infracional.

As integrantes do *Movimento Moleque* na defesa dos adolescentes em conflito com a lei procuraram fazer convergir às diversas forças produzidas pelos diferentes atores envolvidos neste campo de disputas e relações de poder. No primeiro momento, procuraram estabelecer uma convivência harmoniosa com os técnicos, agentes educacionais, diretores e demais funcionários atuantes nas unidades. Com a finalidade de fazer com que a permanência de seus filhos nas instituições fosse mais suportável e, acima de tudo, por temerem pela segurança e risco de vida que eles poderiam sofrer, uma vez subjugados à política repressiva e autoritária de alguns profissionais. As mulheres inseridas no grupo de mães tudo fizeram para tornar públicas suas ações.

À medida que se envolveram mais profundamente com a luta na defesa dos direitos de seus filhos (e de outros), descobriram que não bastariam somente aquelas mudanças pontuais conquistadas no interior das unidades, como proporcionar maior tempo de visita, incluir os adolescentes e familiares em cursos, buscar parceria para qualificar o atendimento educacional ao adolescente, entre outras melhorias. Certificaram-se também de que tais ações não são suficientes para combater o problema, pois reconhecem que seus filhos, embora um dia venham a ficar em liberdade, não estão completamente imunes ao retorno à infração das normas legais. De qualquer maneira, retornam para uma dinâmica social em que as restritas perspectivas não foram alteradas.

A organização de mulheres e a identificação que estabeleceram a partir de um sofrimento coletivamente compartilhado, demonstram, mais uma vez, o papel da família e das relações comunitárias na provisão da sobrevivência do próprio grupo frente às dificuldades e aos obstáculos que as políticas sociais estatais dirigidas ao jovem (pobre) não conseguem dar conta ou não correspondem na prática ao estatuto legal do papel. Neste raciocínio, um programa social ao ser implementado necessita que seu público beneficiário esteja disposto também a investir num trabalho social de coibir desumanidades praticadas contra adolescentes socialmente rotulados como pervertidos e criminosos.

O engajamento do grupo de mães é uma ação originada por sujeitos que, de uma forma geral, foram historicamente objetos de ação assistencialista do Estado, da Igreja e de organizações filantrópicas. Todavia, as mulheres estão lutando pela cidadania de seus filhos, luta que afeta a tomada de consciência de sua própria cidadania. Nesta mobilização, saem da condição de vítimas e se transformam em protagonistas de sua própria história, por esta razão podem, por vezes, provocar indagações quanto às funções da maternidade nas relações familiares, bem como problematizar papéis femininos em outros âmbitos da sociedade expressos, por exemplo, no valor da virgindade, do casamento e da maternidade. Relações sociais de gênero, relações essas assimétricas, contraditórias e antagônicas, base de uma desigualdade no plano material e simbólico.

Neste estudo, falei de mulheres pobres que certamente irão buscar cidadania própria a partir de características de pobreza e exclusão em que as famílias sob seu comando estão submetidas, estes atributos de desqualificação social agravam-se ainda mais quando os filhos estão sob o estigma do ato infracional. Portanto, a luta pelo reconhecimento da violência contra os adolescentes respondendo medidas socioeducativas, mobiliza mulheres em torno dos direitos de exercer a cidadania.

A organização de mulheres e a identificação que estabeleceram a partir de um sofrimento coletivamente compartilhado, demonstram, mais uma vez, o papel da família e das relações comunitárias na provisão da sobrevivência do próprio grupo frente às dificuldades e aos obstáculos que as políticas sociais estatais dirigidas ao jovem (pobre) não conseguem dar conta ou não correspondem, na prática, ao estatuto legal do papel. Neste raciocínio, um programa social, ao ser implementado, necessita de que seu público beneficiário esteja disposto também a investir num trabalho social de coibir desumanidades praticadas contra adolescentes socialmente rotulados como pervertidos e criminosos.

CONSIDERAÇÕES

Ao modo de conclusão, a constituição do *Movimento Moleque* é apenas um recorte do amplo fenômeno mães envolvidas com a defesa dos adolescentes infratores. Ao aproximar-me do objeto de estudo, deparei-me com outras mães que, como Mônica e Rute tentaram intervir no programa socioeducativo estruturado para os adolescentes privados de liberdade, como é o caso da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco - AMAR organização criada em 1998, no estado de São Paulo. Este grupo surgiu devido à iniciativa de Conceição Paganelle ao presenciar o sofrimento de seu filho durante sua permanência na Fundação de Bem Estar do Menor – FEBEM de Tatuapé.

Neste aspecto, é interessante notar que Mônica e Rute passaram por processos semelhantes quando estiveram com seus filhos internados. Por outro lado, existiram outras mulheres que, de maneira semelhante, investiram num processo de participação política em busca da construção da cidadania para adolescentes em conflito com a lei. A história dessas mães não foi exposta neste estudo, mas eu não poderia deixar de lembrar que este fenômeno não está restrito às integrantes do *Movimento Moleque*.

Existem outras mulheres que não estão envolvidas nesta pesquisa, e que, conforme o trabalho com os familiares e adolescentes se tornava mais expressivo e fortalecido, foram proibidas de continuar desenvolvendo suas atividades no interior das unidades. O expediente mais notável para a desmobilização delas fora, sobretudo, a saída de seus filhos da unidade, pois a extinção da medida socioeducativa lhes retirava o direito de circular pela instituição. A continuidade na participação política no atendimento ao adolescente em conflito com a lei é o diferencial entre as lideranças do *Movimento Moleque* e estas *outras mães*.

Esta pesquisa não foi suficiente para retratar a maneira como os filhos das integrantes do grupo de mães percebem a atuação de suas genitoras. De maneira geral, os filhos destas mulheres, embora percebam que suas mães estão lutando para redefinir a trajetória de vida deles mesmos, continuam a se envolver com outros delitos. Motivo que, muitas vezes, acarreta o trágico destino de permanência no sistema penitenciário ou a morte precoce. Entretanto, durante as primeiras ações do *Movimento Moleque*, os filhos de Rute e Mônica

estavam trabalhando ao lado delas, contribuindo estrategicamente na inclusão dos jovens egressos do sistema socioeducativo nas atividades oferecidas pela Fundação Bento Rubião. Por outro lado, foi somente uma experiência que não durou muito tempo, porque voltaram a se envolver com novos delitos. Um deles se encontra preso na penitenciária de Bangu.

Esta dissertação coloca em destaque a existência de um grupo de mães dedicadas a proteger a vida de seus filhos internados nas instituições do DEGASE. O adolescente privado de liberdade é levado para um cotidiano institucional marcado pela violência e pela arbitrariedade, razão pela qual se reconhece que a internação em nada contribui para sua reinserção social. A falta de perspectivas dos jovens que se encontram submetidos às práticas repressivas e às condições qualificadas como desumanas impulsionou mães, estrategicamente articuladas, para protegê-los da violência. Elas continuam intencionadas a contribuir para o estabelecimento de uma nova prática educacional, interferindo assim numa não reincidência ao ato infracional e na luta pela garantia de direitos alcançados com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

O interesse pelo estudo sobre mulheres mobilizadas pela defesa da integridade física e moral de adolescentes infratores foi impulsionado pela minha identificação com a trajetória social desses atores. Acredito que não foi por acaso o meu envolvimento e vontade de analisar o grupo de mães engajadas na luta pela defesa dos direitos dos adolescentes. A minha origem familiar e de classe social possui uma relação muito estreita com o ambiente ao qual essas mulheres pertencem; condição que diria determinante para a aproximação com os desafios especialmente de acesso a instituições, colocados frente ao problema social denunciado por elas.

Considerar, em termos analíticos, a problemática que as mães tentam tornar pública é enfrentar as contradições inerentes às atuais condições de reprodução geracional. Por esta razão, são mulheres sob o exercício da maternidade e que cobram da sociedade a possibilidade deste exercício as que lideram tal grupo. Tais dados revelam ainda os modos de banalização da violência, quando dirigida ou praticada sobre segmentos da população pauperizada.

A formação do grupo de mães organizadas e preocupadas com a situação de violência sofrida pelos adolescentes internados em unidades socioeducativas veio à tona devido a uma vasta experiência destas mulheres com o modo de objetivação desse sistema de prestação de serviços. As idas e vindas dos adolescentes no cometimento de ato infracional implicaram a entrada dessas mulheres numa nova realidade, na qual tiveram que aprender a reconduzir o exercício da maternidade. Mesmo que não aceitassem a situação de maus tratos que seus filhos sofriam, até chegar a questionar e a se mobilizar frente à violência, elas passaram por um longo processo de reflexão e de gestão de sofrimentos.

As mães incorporadas nos referidos grupos, diante dos maus tratos que seus filhos recebiam quando internados nas unidades, mobilizam-se na esperança de que o sistema socioeducativo respeite a política de atendimento normatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, a entrada num grupo de reivindicação articulado por elas, ainda como uma extensão da maternidade, refletiu diretamente sobre suas vidas. Elas, ao integrarem um grupo de mães, estavam ao mesmo tempo ampliando o cuidado com os filhos para além do espaço privado do lar e também auto-construindo a condição de mãe e de mulher.

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas.** Brasília/UNESCO/BID, 2002;

ADORNO de ABREU, S. F. **A violência na sociedade brasileira: um painel incluso em uma democracia não consolidada.** Revista Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 10, Nº 2, 1995;

ASSIS, S. G de. **Traçando Caminhos numa Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores.** RJ/Brasília: FIOCRUZ/CLAVES/UNESCO/DCA – Secretaria de Estado de Direitos Humanos – Ministério da Justiça, 1999;

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985;

BECKER, Howard. **A história de vida e mosaico científico. In: Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo:Hucitec, 1993;

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 1973;

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999;

BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica.** In: Ferreira, Marieta e Amado, Janaina (orgs), Usos e abusos da história oral, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996;

BOURDIEU, P. **Sociologia.** São Paulo: Ática:1983;

BRASIL, Lei 8069/90, **Estatuto da Criança e do Adolescente;**

BRITO, L. M. T. **Jovens em Conflito com a Lei: a contribuição da Universidade ao Sistema Socioeducativo.** EDUERJ, 2000;

BURGOS, Marcelo Baumann (1998). **Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro.** In A. Zaluar e M. Alvito (orgs): Um século de favela. Rio de Janeiro, FGV;

CAROS AMIGOS, São Paulo, n. 60, março, vol. v, ano 2002. p. 30;

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 1999;

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Um Histórico do Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes Autores de Ato Infracional no Brasil: mediação entre o conceitual e o operacional.** In: Políticas Públicas e Estratégia de Atendimento Socioeducativo ao

Adolescente em Conflito com a Lei., Brasília/Brasil. Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente, 1998 (Coleção Garantias de Direitos. Série Subsídios; V2);

DEBERT, Guita. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral.** In: Cardoso, Ruth (orgs) A aventura antropológica teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

DESOUZA, Eros. **A construção social dos papéis sexuais femininos.** Psicologia: Reflexão e Crítica, VI. 13, Nº 3, 2000;

Enriquez, Eugéne. **Matar sem Remorso: reflexões sobre assassinatos coletivos.** In: Histórias, Questões e Debates, volume 18, número 35, jul/dez de 2001, Ed. UFPR;

FARGE, Arlete. **Agitadoras Notórias.** In: Duby, G, Perrot, M. História das Mulheres no Ocidente o século XX. Porto: Afrontamento, 1971;

FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **As entrevistas, Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993;

FOISIL, Madeleine. **A escritura do foro privado.** In: ARIÉS, Philippe e Chartier, Roger (orgs), História da Vida Privada 3. Da Renascença ao Século das Luzes, São Paulo. Companhia das Letras, 1991;

FREITAS, R. C. S. **Mães de Acari: preparando a tinta e revirando a praça, um estudo sobre mães que lutam.** 2000. 255f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000;

GIDDENS, Anthony. **A transformação na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993;

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002;

GISELE, Bok. **Pobreza Feminina, Maternidade e Direito de Mães na Ascensão dos Estados-Providência (1890-1950).** In: Duby, G, Perrot, M. História das Mulheres no Ocidente o século XX. Porto: Afrontamento, 1971;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, DP&A, 2000;

KLEIN, Carin. **A produção da maternidade no programa Bolsa Escola.** Revista Estudos Feministas, Vol. 13, Nº 1, 2005;

LEITE, Márcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, Nº 44, outubro de 2000;

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: Champgne, Patrick et alii, Iniciação a Prática Sociológica. Petrópolis Vozes, 1998;

LEVI, Giovani. **Usos da biografia**. In: Ferreira, Marieta e Amado, Janaina (orgs), Usos e abusos da história oral, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996;

PAIVA, Denise. **Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Ministério da Justiça/ Departamento da Criança e do Adolescente, 2002;

PERROT, Michele. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988;

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo; Vértice editora Revista dos Tribunais, 1988;

REIS, J. R. F. **De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental**. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, VII(1): 135-157, mar/jun, 2000.

SAFFIOT, I B H.: **No Fio da Navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil**. In: Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Madeira, Reicher Felícia (org). Editora Rosa dos Tempos, UNICEF, 1997;

SANTOS, W. G. . **Cidadania e Justiça**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2):264, maio/agosto, 2004;

SCHMUKLER, Beatriz. **Las Mujeres en la Democratización Social**. Revista Estudos Feministas, Vol.3, Nº1, IFCS,UERJ, PPCIS, 1995;

SENTO-SÉ, João Trajano. (coord.). **Perfil do Jovem em Conflito com a lei na cidade do Rio de Janeiro**. CESEC/UCAM/LAV/UERJ – Relatório de Pesquisa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002;

SIMMEL, George. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983;

SOARES, Vera. **Movimento Feminista Paradigmas e Desafios**. Revista Estudos Feministas, número especial, CIEC/ECO/UFRJ, 1994;

SONNET, Martine. **Uma filha para educar**. In: Duby, G, Perrot, M. História das Mulheres no Ocidente o século XX. Porto: Afrontamento, 1971;

OLIVEIRA, M. C. **A família brasileira no limiar do ano 2000**. In: Revista Estudos Feministas. Volume 4, número 01, IFCS/UFRJ – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ, 1996;

TOURAINÉ, Alain. **Movimentos sociais**. In: Podemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto, Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIEZZER, Moema Libera. **O Problema não está na Mulher**. 1988. 392f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP;

WADSWORTH, J. E. **Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil**. Revista Brasileira de História, V.19, N37, São Paulo, setembro, 1999.

ZALUAR, Alba. **Condomínio Diabo**. RJ. Ed. UFRJ, 1994.

_____. **Para Não Dizer que Não Falei de Samba**. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade Contemporânea /coordenação geral coleção Fernando A Novais: organizadora do volume Lília Moritz Swarcz. SP: Companhia das Letras, 1998;

_____. **Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical**. In: ESTUDOS FEMINISTAS, Dossiê Mulher e Violência. Vol 1. Nº 1, CIEC/ECO/UFRJ. 1993;

_____. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 13. Nº 3, 1999;

_____. **Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. FIOCRUZ: 2000;

_____. **Cumprindo Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade Perspectiva de Jovens do Rio de Janeiro e seus familiares**. In: Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei – CLAVES/ENSP/FIOCRUZ/IPEA – RJ, 2002;

ANEXOS